Eliza Teixeira de Toledo

A Vida Sexual (1901-1933) de Egas Moniz: um discurso médico-científico sobre os corpos sexuados

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais

2015

Eliza Teixeira de Toledo

A Vida Sexual (1901-1933) de Egas Moniz: um discurso médico-científico sobre os corpos sexuados

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Historia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História

Linha de Pesquisa: Ciência e Cultura na História

Orientadora: Ana Carolina Vimeiro Gomes

Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal de Minas Gerais

2015

Resumo

Pretendemos na presente dissertação analisar a construção de noções de sexualidade normal e patológica que o neurologista português Egas Moniz (1874-1955) organizou nos dois tomos da obra *A Vida Sexual* (1901-1933), um discurso construído a partir da interseção entre diferentes campos do conhecimento, tais como a psiquiatria e a psicanálise. Propomos uma análise histórica do contexto de produção da obra e de seu conteúdo segundo um viés de gênero. Através desse viés, procuramos problematizar uma produção médica que determina padrões de sexualidade sadia e patológica ancorados em um modelo de diferenciação sexual elaborado no ocidente, com contribuição dos discursos médicos, desde o século XVIII. Acreditamos que ao categorizar o que era considerada uma sexualidade desviante e passível de controle clínico, Moniz, como ampla uma bibliografia produzida nesse contexto, buscou também normatizar condutas sociais das mulheres, respondendo a contestações em torno dos papéis de gênero vigentes no momento de produção da obra.

Palavras-chave

Gênero, sexualidade, história das doenças, história da medicina.

Abstract

The purpose of this dissertation is to analyze the construction of notions of normal and pathological sexuality proposed by the Portuguese neurologist Egas Moniz (1874-1955) in two volumes of the book *A Vida Sexual* (1901-1933). The book is constructed by the intersection of different discourses from several knowledge fields, such as psychiatry and psychoanalysis. We propose a historical analysis of the context of production of the book and its medical contents from a gender point of view. Our attempt is to discuss, therefore, the production of a medical knowledge that determines the pattern of healthy and pathological sexuality which is grounded in a model of sexual differentiation developed in the Western, with contribution of medical discourses produced since the eighteenth century. By categorizing what was considered a deviant sexuality and, accordingly, its clinical control, Moniz, similar to a wide bibliography from this context, also sought to regulate women social behavior, in order to respond to contemporary challenges on the existing gender roles.

Keywords

Gender, sexuality, history of diseases, history of medicine.

Para minha mãe,

pelo amor, dedicação e inspiração ao longo de minha vida.

Agradecimentos

Aos meus queridos pais, por acreditarem em meus planos e me motivarem e ampararem sempre, e às minhas irmãs por cada felicitação e por todo o estímulo ao longo desse projeto. Sem vocês eu não estaria aqui hoje.

À minha orientadora, Ana Carolina Vimieiro Gomes, pela excelente orientação e pelo companheirismo. Suas contribuições foram essenciais para minha formação acadêmica e também pessoal.

A todos do Grupo Scientia, pelo carinho e pelas colaborações acadêmicas. À professora Betânia, pelo interesse e motivação ao meu projeto desde o começo. Ao professor Mauro, pelas questões instigantes e pela valorização de minha pesquisa fora da universidade. À professora Anny Jackeline Torres da Silveira, que me abriu as portas para a história da medicina, e que durante toda a graduação me incitou sempre a seguir aquilo que buscava dentro desse campo. À professora Rita de Cássia Marques, pelo grande auxílio aos meus estudos de gênero e pelas parcerias desde a graduação. Anny e Rita, meu projeto não teria sido possível sem a ajuda de vocês. Aos amigos que fiz nesse grupo: Aleana, Valéria, Reinaldo, Bráulio, Teresinha, Natalia, Carol, Paloma, Gabriel Ávila e Gabriel Verdin. Em especial às amigas Ana Carolina Rezende e Isabela, por tantas conversas sérias e divertidas, pelo apoio recorrente dentro e fora dos muros da universidade. Aninha, muito obrigada também pela ajuda com o texto, por seu olhar sempre atento e palavras de motivação.

À professora Renilda Barreto, por ter aceitado participar de minha banca e ao professor Yurij Castelfranchi, por todos os apontamentos que me ajudaram na pesquisa.

A toda a minha família, tios, tias, primo e primas, pelas alegrias compartilhadas ao longo dessa jornada, pelo incentivo terno e pelas orações. Por confiarem em mim, e me ajudarem sempre a buscar aquilo que anseio. À vó Noeme, que sempre me apoiou em meus estudos. Amo vocês.

Aos amigos que mesmo longe estiveram sempre presentes, com tanta compreensão durante todo o meu processo de escrita, com palavras de estímulo e imensa paciência. À Natalia, cuja amizade me fortalece a cada dia, pela serenidade que sempre busca me passar. À Patrícia, que tanta falta me faz, mas que esteve a cada dia comigo, dividindo em outro canto do mundo minhas ansiedades e expectativas. À Camila, pela alegria e preocupação constantes, e pelo bônus de amizade que me concedeu através do Marcelo e do Erick. Ao Tunico, pelas piadas enviadas em minhas madrugadas de estudo solitário. À Erika, por cada "courage" que me escreveu (tu es toujours là, avec moi). Ao Gustavo, por toda atenção em minhas pesquisas no Museu Histórico da FMUSP e pela amizade que nasceu em meio a essas pesquisas. À Talita, Ana e Jordana, pelo dia-a-dia leve, pelas risadas, pelos desabafos entre as tensões da escrita. À Su, pela amizade ao longo desses anos todos. Ao Lucas, por ter visto em meu projeto uma possibilidade quando eu ainda duvidava dele. Aos amigos do mestrado,

sobretudo àqueles que fizeram parte da comissão organizadora do III Ephis, pela troca de experiências ao longo desses dois anos.

Aos meus alunos, pelas ricas problematizações que tanto me estimularam a estudar cada vez mais sobre ciência e gênero e a refletir sobre esses temas em nossa vivência. Agradeço de coração pelas contribuições em nossas conversas nas manhãs das terças-feiras. À Jéssica e Isabela, especialmente, por me permitirem participar de seus processos de produção dentro desse domínio de estudos após nosso curso.

Àqueles que lá atrás, mesmo sem saber, foram fundamentais para que eu descobrisse e adentrasse o mundo do gênero e da ciência. Aos professores Juarez Guimarães e Marlise Matos, por me apresentarem o gênero dentro da ciência política. Ao Felipe Riccio, pelo incentivo que me foi tão caro. À professora Yumi, pelos debates de gênero e pela solicitude, e também à professora Solange Simões, por valorizar minha participação em aula. Ao João, pela contribuição com o material de pesquisa.

À Capes, pelo financiamento que me possibilitou à dedicação à pesquisa.

Agradeço, enfim, a todos aqueles que estiveram envolvidos, de alguma maneira, na realização desse trabalho.

Sumário

Introdução, 8

1. CAPÍTULO I: Corpo sexuado e a construção das diferenças de gênero no discurso científico, 15
   1.1. O conceito de *Gênero*: História e uso, 16
   1.2. Gênero e ciência: caminhos possíveis, 26
   1.3. A construção de diferenças a partir do corpo sexuado, 34
      1.3.1. O modelo dos dois sexos e seu contexto sociopolítico, 40

2. CAPÍTULO II – *A Vida Sexual:* gênero, sexualidade e dispositivos de ordenação social no corpo sexuado, 48
   2.1. Sexualidade e gênero em Portugal e temporalidade, 51
   2.2. Egas Moniz e a defesa eugênica e neomalthusiana, 67
   2.3. Egas Moniz e a recepção de Freud em Portugal, 79

3. CAPÍTULO III – O corpo sexuado sadio e doente na construção das diferenças de gênero em *A Vida Sexual*, 87
   3. 1. O instinto sexual e o amor romântico, 90
   3.2. A ciência dos opostos e os exageros sexuais da mulher, 95
      3.2.1. Prostituição feminina como patologia, 113
   3.3. Masoquismo e Sadismo, 118

Considerações finais, 132

Fontes, 140

Bibliografia,140

Anexo I, 156

Introdução

Os estudos em história das ciências me acompanham desde a graduação, quando comecei a iniciação científica nessa área. Engajada em uma pesquisa que visava o mapeamento da saúde pública em Minas Gerais no século XIX, lia, por meio de documentos oficiais, as tensões que permeavam os discursos de medicina e higiene. A construção da legitimação da ciência médica vista de tão perto acentuou em mim a compreensão de que a tão falada "ciência" não é, afinal de contas, neutra e imparcial. Relações de poder entre médicos e entre a medicina das novas academias e as práticas populares de cura pintavam um panorama de interesses, negociações e conflitos. Nesse cenário, no entanto, algumas vozes não apareciam: as vozes femininas.

Ao incômodo gerado por esse silêncio, somou-se minha descoberta dos estudos de gênero através de disciplinas na ciência política. E às discussões sobre os empecilhos à participação de mulheres na política, somaram-se minhas inquietações sobre o silêncio das mulheres na ciência. Instigada por alguns professores, procurei uma bibliografia que relacionasse gênero e ciência e em que a sexualidade aparecesse como um dos fios condutores dessa relação. Os estudos de Michel Foucault sobre o sexo como construto histórico me motivaram a uma busca cada vez mais intensa sobre discursos que, sobretudo desde o século XIX, organizavam no ocidente, a partir de uma biologia sexuada, o que deveriam ser os papéis "naturais" de homens e mulheres. Nessa divisão "natural", eram encontrados argumentos que excluíam essas últimas da participação da vida pública (incluindo aí, da prática científica institucionalizada).

Minha curiosidade me levou até o Centro de Memória de Medicina da UFMG (CEMEMOR). Em uma prateleira, encontrei diversas obras que "ilustravam" o que eu lia na teoria. Sim, uma grande bibliografia havia sido construída em torno da sexologia, e naquela seleção diante da qual me deparei, uma obra me chamou mais a atenção. Para mim, o livro *A Vida Sexual*, de Egas Moniz, destoava das outras pelo intenso diálogo com outros autores, pela forma explícita como tratava temas "tabus", e de como o discurso nele produzido chamava para si o estatuto de legitimidade que o seu caráter científico lhe atribuía. A procura por informações sobre seu autor, que até então eu desconhecia, apenas me instigaram mais a estudá-lo.

A presente dissertação de mestrado tem então como objetivo a análise da obra *A Vida Sexual* escrita pelo português Egas Moniz (1874-1955), doutor em medicina pela Universidade de Coimbra, que se especializou em neurologia na França e ocupou a

cadeira dessa disciplina na Universidade de Lisboa em 1911. A análise dessa obra será feita a partir de um viés de *gênero*, categoria que, apesar de revisões e críticas em trabalhos atuais, não deixa, a nosso ver, de servir de base para a problematização de relações entre feminino e masculino e para historicizar a construção de discursos que pretendem gerir essas relações.

Obra constituída por dois tomos – *Fisiologia* e *Patologia – A Vida Sexual* teve seu primeiro volume produzido em 1901, como fruto de tese de doutoramento desse neurologista. O segundo volume foi realizado para provas do concurso de Moniz em 1902, quando aspirava a uma vaga de professor na Universidade de Coimbra, onde se formou e passou a lecionar após o concurso. Os dois tomos foram, então, compilados, dando origem à obra que rendeu 19 edições até 1933, quando o governo do Estado Novo português proibiu novas tiragens e restringiu seu acesso à venda nas farmácias, obrigando, ainda, a justificação de sua procura pelos consulentes das bibliotecas públicas (PINA e CORREIA, 2012). Estruturalmente, desde as primeiras edições, o livro comporta no tomo Fisiologia os seguintes capítulos: "Os órgãos sexuais", "A puberdade, a menstruação e a menarca", "O instinto sexual", "O ato sexual – fecundação", "A hereditariedade – origem dos sexos", "A esterilidade artificial na mulher", "A fecundação artificial na mulher" e "O casamento e a higiene da vida sexual". O tomo Patologia é dividido em "Neuroses sexuais", "Heterossexualidade mórbida", "Homossexualidade", "Parassexualidade" e a "A vida sexual dos alienados". Os preâmbulos dos dois tomos foram também compilados, como aparece no início da obra de 1931, que difere das primeiras edições, essencialmente, pela presença do acréscimo do texto sobre Freud no prólogo e da "Advertência" do editor.

A edição que será examinada, de 1931, consta como a 19ª publicação, partindo da casa de 33 milhares de cópias. A escolha dessa edição se justifica por encontramos nela o texto escrito por Moniz dedicado à teoria psicanalítica de Freud, que antes de ser anexado ao prólogo da obra foi publicado como "As bases da psicanálise" na *Lição inaugural do curso de neurologia*[1] apresentada por ele em 1915 na Faculdade de Medicina de Lisboa (QUEIROZ, 2007: 38). É ela, também, a última edição à qual tivemos acesso antes da censura e interrupção de tiragens em 1933[2]. Na "Advertência"

[1] Em A Medicina Contemporânea, 33, 377-383, 1915 (QUEIROZ, 2007: 38). Uma separata da *Lição* pode ser encontrada no acervo do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da USP.

[2] Na edição de 1916 a qual tivemos acesso no CEMEMOR, já consta o prólogo. Alírio Queiroz indica que ele foi incluído a partir da 4ª edição (QUEIROZ, 2009). A edição de 1931 que utilizaremos na dissertação foi encontrada na cidade do Porto, em Portugal. Ela condensa poucas mudanças que dizem

o editor afirma que foram esgotados 23.000 exemplares em nove edições sucessivas, o que o faz alegar que "Poucos livros portugueses têm alcançado a expansão que este obteve em Portugal e no Brasil" (MONIZ, 1931: 7). Assim, ele valoriza a continuidade das publicações que levariam "junto dos adolescentes pela palavra autorizada de um dos nossos mestres consagrados, a exposição de doutrinas que a todos convém conhecer", rechaçando a publicação de outras obras, "incitadoras de curiosidade da gente moça, livros em geral sem base científica e que visam a fins exclusivamente mercantis" (MONIZ, 1931: 8). Nesse sentido, ressaltamos que nossa pesquisa se justifica pelo rico enfoque da temática abordada por Egas Moniz de maneira explícita – a sexualidade normal e patológica – e ainda pelo anseio do autor de difundi-la para além da academia, considerando o seu conteúdo útil para um público leigo. Dá-se, também, por percebemos seu autor como um renomado médico e intelectual, cuja voz era ouvida em diferentes áreas do saber, na Europa e no Brasil. Cabe dizer que as pesquisas científicas de Moniz em âmbito internacional atingem grande reconhecimento em 1949, quando ele recebe o Nobel pelo desenvolvimento da leucotomia, que é o primeiro prêmio concedido a um cientista de língua portuguesa na área de Fisiologia/Medicina[3].

Como fio condutor e auxílio para o exame do conteúdo dessa obra, partimos de duas questões centrais: 1) Como Egas Moniz construiu, a partir de discurso médico e apoiado em diferentes campos do conhecimento – tais como a anatomia, a eugenia, a criminologia, o higienismo, a psiquiatria e a psicanálise – noções de sexualidade normal para OS homens e, principalmente, para as mulheres?; 2) O que determinaria nesses indivíduos um comportamento sexual desviante, e, portanto, patológico? Uma terceira questão norteou esta pesquisa: qual a relevância desse discurso no âmbito científico, social e político no contexto em que foi produzido?

---

respeito principalmente a crença na evolução erótica na idade púbere, mantendo essencialmente o mesmo conteúdo da edição de 1902. No Brasil foram encontradas também as edições de 1906, disponível para consulta na Biblioteca de Medicina da UFRJ, e a de 1929, na Biblioteca da Faculdade de Medicina da USP. Todas as edições mapeadas e às quais tivemos acessos são portuguesas.

[3] A leucotomia é uma técnica neurocirúrgica que extrai, na substância branca do cérebro, feixes de associação com centros afetivos diencefálicos, tendo como finalidade a modificação de comportamento ou eliminação de sintomas psicopatológicos (MASIERO, 2003). Concebida em 1935, chegou ao Brasil no ano seguinte, quando começou a ser aplicada no então maior manicômio da América Latina, o hospital do Juquery em São Paulo. A delegação brasileira que vai ao I Congresso de Psicocirurgia, organizado por Moniz em Lisboa no ano de 1948, organizou a indicação do neurologista português ao Nobel. Na lista de indicação, de 1949, constam os nomes de ao menos 3 brasileiros: Ernesto de Sousa Santos (São Paulo), Jayme Regallo Pereira (São Paulo), R. Locchi (São Paulo). Essa referência consta nos arquivos Nobel, vol. 1948-1949, gr. IV. p. 43-65 (CORREIA, 2006: 1204). A relação de proximidade com o Brasil mantida por Egas Moniz é por ele relatada na obra *Confidências de um investigador científico* (1949).

Para elucidar esses pontos, recorremos a uma bibliografia produzida em grande medida no campo disciplinar das ciências sociais e da disciplina história, e que se volta, sobretudo, para a crítica à compreensão das ciências naturais – e dentro delas, da ciência médica – como lugares de discursos neutros e objetivos. No processo de crítica à objetividade e neutralidade da ciência – conceitos que a validam como detentora da "verdade" – destacamos a contribuição de Ludwik Fleck, cujo trabalho irá nos amparar ao longo do exame para a leitura das representações dos órgãos sexuais contidos na obra como construções sócio-culturais. Nessa mesma perspectiva crítica, são produzidos estudos que promovem reflexões sobre a quem historicamente é legado o trabalho de produção de ciência moderna – notavelmente, aos homens – e nos ajudam a compreender a produção dos discursos científicos como nichos de construção de saber majoritariamente masculinos, como os estudos de Evelyn Fox Keller. Seus trabalhos explicitam a oposição de noções de feminino e masculino e esclarecem que o próprio conceito de ciência moderna está alicerçado sobre conceitos dicotômicos de gênero. Na análise da construção dessa dicotomia, recorrendo, principalmente, a discursos médicos, Thomas Laqueur elabora um rico exame histórico da produção da diferenciação sexual entre homens e mulheres. Seu olhar atento aos enunciados científicos, que promovem a ideia de incomensurabilidade entre os dois sexos a partir de fins do século XVIII, nos serão especialmente caros para a compreensão daquilo que nomeamos corpos sexuados dentro da obra "moniziana".

Argumentamos que, no contexto em análise, Moniz dialoga com diversas obras e autores que atribuem distinções de papéis naturalmente atribuídos a homens e mulheres a partir de sua constituição biológica e que se dão na ligação direta entre condutas sexuais e sociais. Voltamo-nos especialmente para a preocupação com a sexualidade feminina – sem, no entanto, concebê-la dissociada dos discursos sobre a sexualidade masculina – por concordarmos que é no corpo da mulher que será construída a diferença em que se apoia o modelo de dois sexos incomensuráveis que se delineia a partir de fins do século XVIII (LAQUEUR, 2001). Será ele, também, o grande lócus de manutenção de uma ordem social salutar.

A necessidade de um discurso que define a salubridade das condutas sexuais, pensadas dentro de uma organização social, e que prescreve o que é "normal" acontece quando outras condutas são consideradas desviantes. Alguns comportamentos sexuais patológicos expostos por Egas Moniz legitimariam a intervenção dos médicos que afirmavam – do seu lugar de fala considerado neutro, porque científico – o que seria um

modelo de sexualidade sadia, construída a partir da diferenciação de instintos sexuais de homens e mulheres e de enunciados pautados em princípios moralizantes. Assim, a medicina, ao ocupar-se da sexualidade – assim como a psiquiatria e a justiça penal – cedia subsídios ao controle social que se desenvolvia em torno dela. Para a compreensão da ciência médica como "filtro" da sexualidade de casais, pais e filhos, recorremos a Michel Foucault, para perspectivar *A Vida Sexual* como produção que procurava prevenir "perigos" sociais, "solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas" (FOUCAULT, 1985: 32). Percebemos essa disciplina inserida no processo de instauração de discursos de poder sobre a sexualidade a partir da "medicalização do insólito sexual". E, nesse, sentido concordamos com Foucault quando ele afirma que

> Engajadas no corpo, transformadas em caráter profundo dos indivíduos, as extravagâncias sexuais sobrepõem-se à tecnologia da saúde e do patológico. E, inversamente, a partir do momento em que passam a ser '*coisa*' médica ou medicalizável, como lesão, disfunção ou sintoma, é que vão ser surpreendidas no fundo do organismo ou sobre a superfície da pele ou entre todos os signos de comportamento. O poder que, assim, toma a seu cargo a sexualidade, assume como um dever roçar os corpos; acaricia-os com os olhos; intensifica regiões; eletriza superfícies; dramatiza momentos conturbados. Açambarca o corpo sexual" (FOUCAULT, 1985: 45).

O controle médico pode ser feito a partir da nomeação da "doença". Vemos, na obra "moniziana", a classificação de modelos de sexualidade considerados patológicos, desqualificados na medida em que "Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado" (CANGUILHEM, 1978: 93). Em seu trabalho "O Normal e o Patológico", Georges Canguilhem entende que "o estado patológico ou anormal não é consequência da ausência de qualquer norma" (CHANGUILHEM, 1978: 148). O doente não seria anormal por essa ausência, mas por sua incapacidade de ser normativo (CANGUILHEM, 1978: 148). A norma e o desvio, não seriam, no entanto, os mesmos no que tangia à patologização sexual de homens e mulheres sob o prisma da diferenciação dos sexos, como veremos na análise de *A Vida Sexual* e em discursos que a perpassam.

Por conceber essa obra como produto de um contexto histórico de tensões entre papéis femininos e masculinos que se intensificam em fins do século XIX e adentram o século XX, partimos da hipótese de que tal produção corrobora com uma corrente que procura reafirmar algumas prescrições sociais – como o casamento e a

heterossexualidade – diante de debates que visam questioná-los naquele momento. Argumenta-se, ainda que, a partir de análise da obra, assistimos seu autor construir um discurso de caráter normalizador e normatizador amparado pela noção de diferenciação de feminino e masculino, tendo como objeto os *corpos sexuados* e suas patologias.

Procuramos elucidar o conceito de *corpo sexuado*, com o qual iremos operar ao longo do trabalho com uma exposição feita por Tânia Navarro Swain. Para essa autora

> Corpo e sexo são a primeira vista, indissociáveis. Mulheres e homens, os seres aparecem assim constituídos como evidência de sua materialidade biológica. Entretanto, as funções corporais começam a desenhar estes corpos ao encontrarem-se implicadas em relações simbólicas⁄ sociais. Assim, a representação social do ser humano investe os corpos e os define por um sexo biológico, dando-lhes um lugar e funções – esposa e mãe para as mulheres – segundo valores determinados pelas significações do social (SWAIN, 2000: 46).

Orientados por essa ideia, nomeamos *corpos sexuados* os corpos de mulheres e homens que passam por processos de representação e significação social a partir de seu sexo biológico, processos que ditam, segundo múltiplos discursos e práticas, os papéis de cada um deles na sociedade. Nossa atenção se volta, aqui, especialmente para os discursos médicos, pois os percebemos como contribuintes da ampla engrenagem de demarcação de atribuições de gênero.

Visamos, então, entender como Egas Moniz em *A Vida Sexual* representa e significa o que é ser homem e, especialmente, o que é ser mulher a partir da fisiologia e patologia desses corpos vistos sob a lente da sexualidade, dentro da imbricada rede de saberes na qual o autor se situa e de seu contexto histórico. Pretendemos não apenas traçar um panorama que problematize discursos científicos como não neutros e ancorados em distinções de gênero a partir do corpo e da sexualidade, mas também como discursos que produzem essas diferenças. Ansiamos, assim, contribuir, dentro de nossas limitações, com uma perspectiva de análise histórica que propõe o diálogo entre ciência e gênero, de maneira especial a partir da noção de *corpo sexuado*.

Para tal, organizaremos a dissertação em três capítulos. No primeiro, visamos elucidar o termo *gênero* a partir de sua gênese histórica e da análise de trabalhos que nos servem de referência. À medida que caminhamos com a apresentação de estudos que têm por base essa categoria de análise, discutiremos conceitos como sexo, corpo e sexualidade, que em vários pontos se imbricam. Nesse momento, daremos maior explanação à noção de corpo sexuado, que utilizamos como ferramenta analítica para o

trabalho. Trataremos, ainda, da associação entre os campos de estudo de gênero e ciência, procurando entender, principalmente, como a prática científica moderna foi construída segundo diferenciações de gênero e as consequências históricas desse processo. Introduziremos, finalmente, nosso objeto de estudo amparado por nosso aporte teórico, associando discursos científicos de diferenciação sexual ao seu contexto sociopolítico.

No segundo capítulo, aprofundaremos a análise histórica do contexto em que a obra *A Vida Sexual* foi produzida, com foco em Portugal nos séculos XIX e XX. Esse exame será, sobretudo, feito a partir dos discursos sobre sexualidade e papéis de gênero naquele país. Veremos como essas duas esferas se entrelaçam, na medida em que a sexualidade age como dispositivo de ordenação social de homens e mulheres segundo noções de gênero, transformando os corpos em corpos sexuados essencialmente diferentes. Apresentaremos, ainda, dois outros eixos analíticos, mobilizados por Egas Moniz em sua obra: a eugenia (em associação com o neomalthusianismo) e a teoria psicanalítica de Freud, também compreendidos como dispositivos de ordenamento e controle dos corpos pela sexualidade. Os três pontos que estruturam esse capítulo: sexualidade, eugenia/neomalthusianismo e a teoria psicanalítica freudiana, configuram um conjunto de prescrições traçadas por Moniz para a manutenção da população sob um viés moralizante e de diferenciação sexual.

Por último, abordaremos no terceiro capítulo algumas patologias sexuais ordenadas por Egas Moniz em *A Vida Sexual*, priorizando sua preocupação com as desordens no corpo sexuado feminino. Pretendemos elucidar que não apenas a fisiologia serviu para o processo de diferenciação de homens e mulheres na obra de Moniz. Esse autor buscou também naquilo que considerava doenças – como o onanismo, o sadismo, o masoquismo e a homossexualidade – a conformação de modelos ideais de comportamento sexual que delimitam lugares de atuação na sociedade para os dois sexos.

1. CAPÍTULO I – Corpo sexuado e a construção das diferenças de gênero no discurso científico

> *Mas o "corpo" é em si mesmo uma construção, assim como o é a miríade de "corpos" que constitui o domínio dos sujeitos como marcas de gênero.*
>
> (Judith Butler, *Problemas de gênero*, 1990: 27)

Os estudos que promovem a interseção entre os campos de gênero e produção de conhecimento científico ganham cada vez mais espaço em discussões promovidas nesses dois domínios, em âmbito nacional e internacional. O presente trabalho de mestrado propõe a análise histórica da produção e conteúdo da obra *A Vida Sexual* de Egas Moniz, amparada por uma bibliografia produzida nessas duas esferas e a partir do cruzamento entre elas. Para a crítica da fonte, que aborda a sexualidade segundo um discurso médico e tendo como pressuposto as diferenças biológicas entre mulheres e homens, faz-se necessário um balanço bibliográfico que destaque obras que também dialogam com essas duas áreas, e que se tornaram produções de destaque na academia, sobretudo no âmbito das ciências sociais e da história.

Nosso intuito nesse capítulo é ressaltar a proficuidade de estudos de gênero e ciência que, a partir de diferentes recortes e objetos, vêm se tornando importantes referências nesse campo. Dessa forma, o balanço bibliográfico que se segue é fundamental para dar visibilidade, ainda que superficialmente, à produção de trabalhos que são o fruto do diálogo entre esses dois domínios, além de nos ajudar a entender como se deu esse diálogo. Nesse recorte daremos destaque a trabalhos que orientam nosso estudo da obra *A Vida Sexual*, no que diz respeito, sobretudo, à historicização de discursos das ciências biomédicas sobre o corpo e a sexualidade de mulheres e homens, com maior atenção às mulheres. Seguindo esse trajeto, chegaremos à noção de corpo sexuado, que nos servirá de eixo operacional para a análise em questão.

Nosso primeiro esforço é a elucidação do termo *gênero*, cujo significado não pode ser compreendido fora do contexto em que passou a ser utilizado academicamente. A definição desse termo explicará, em grande parte, a sua escolha como suporte de análise para o trabalho que se segue e sua inserção nessa área de pesquisa.

Em segundo lugar, visaremos o levantamento de produções que trouxeram "aportes fundamentais a todo o processo em curso de reflexão crítica sobre a construção

das ciências naturais" (LOPES, 2006: 55), ciências essas que "assumiram uma autoridade inigualável nas culturas ocidentais nos últimos séculos" (LOPES, 2006: 37). Destacaremos algumas produções bibliográficas que relacionam as discussões de gênero com a crítica da ciência, explanando alguns dos caminhos de pesquisa já consolidados nessa área. Nesse sentindo, não pretendemos levantar aqui um estado da arte, mas elencar algumas obras que foram estudos essenciais para a construção de nosso projeto.

Por fim, introduziremos nosso recorte teórico dentro da perspectiva gênero e ciência, elucidando conceitos que consideramos pertinentes para a leitura da obra pelo viés escolhido e elencando algumas questões que serão abordadas a partir de nosso objeto de investigação. Entre essas questões estão a associação da sexualidade feminina à concretização da maternidade e a masculina à sensualidade e à saciação de prazeres. Essa apresentação pretende situar *A Vida Sexual* num contexto de busca pela diferenciação dos indivíduos, homens e mulheres, a partir do corpo sexuado, além de traçar brevemente os caminhos de análise que ganharão consistência no segundo e no terceiro capítulo da dissertação.

1.1. O conceito de *Gênero*: História e uso

Os estudos na área de gênero estão profundamente atrelados a esforços para a afirmação da escrita da história das mulheres como campo de estudo acadêmico. Para pensarmos gênero como recurso de análise histórica, cabe, a princípio, esclarecer em que momento essa categoria emerge, além de expor alguns trabalhos que nos orientam no sentido de sua utilização. Entre os nomes aos quais iremos recorrer, está o da historiadora norte-americana Joan Scott, figura central não apenas para pensarmos a riqueza de abordagens possíveis a partir dessa categoria, como para compreendermos a sua emersão e estabilização no meio acadêmico enquanto orientador de pesquisas.

Ao analisar o processo de consolidação desse campo acadêmico a partir da década de 1960 nos Estados Unidos, Scott atenta para a relação existente, naquele momento, entre ações políticas feministas e reivindicações acadêmicas no que tangia à necessidade de uma produção historiográfica sobre as mulheres. Esse movimento feminista, ligado às demandas de Direitos Civis, alertava para desigualdades sociais entre homens e mulheres que eram reproduzidas dentro da academia. Reclamava que a escrita da moderna historiografia ocidental, produzida sob a égide de um ideal

"universal", era produzida por homens brancos, tendo-os também como objeto de pesquisa e produção histórica. Assim para Joan Scott

> reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de história e seus agentes estabelecidos "verdadeiros", ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado (SCOTT, 1992: 77).

Assim, ao citar Michel de Certeau, Scott informa que a reivindicação pela criação desse campo trazia à luz "questões de domínio e de objetividade sobre as quais as normas disciplinares são edificadas" (SCOTT, 1992: 79). A crítica a uma história estabelecida a partir de uma "inquisição neutra" abriu espaço, em contrapartida, para críticas sobre o caráter "ideológico" da qual a produção sobre a história das mulheres estaria imbuída. Deparando com entraves epistemológicos, diante da defesa de padrões de produção historiográficos consolidados como legítimos e indiscutivelmente "verdadeiros", a escrita da história das mulheres afirmava-se como um campo de experiência separado, ou seja, diferente do que já havia sido produzido. Em fins da década de 1970, embates dentro do movimento político e no interior da disciplina tornaram evidentes as tensões relacionadas à segregação desse campo dentro da produção historiográfica.

A história das mulheres, naquele momento, diante de seu caráter de complementaridade, se mostrava carente de construções relacionais. Os estudos de história das mulheres que avançavam na academia revelavam a influência das mulheres na vida pública e que o âmbito privado era também político. Assim "Era necessário um modo de pensar sobre a diferença e como sua construção definiria as relações entre os indivíduos e os grupos sociais" (SCOTT, 1992: 86). A categoria "gênero" surge, então, como um suporte para as discussões sobre papéis sociais de homens e mulheres, em contraste com as conotações físicas do termo "sexo" [4]. O uso de gênero marcaria a compreensão de que o significado de "ser homem" ou "ser mulher" não é determinado pela biologia, no nascimento[5], mas que são definições construídas socialmente e que

[4] Ressaltamos, aqui, que "O termo 'sexo' pode ter uma variedade de significados. Ele pode referir encontros românticos altamente ritualizados; ele pode referir redutivamente o intercâmbio material genético entre organismo (bactérias podem ter 'sexo' mas, provavelmente, não romance; ela pode referir a biologia de um indivíduo ('macho significa produzir gametas equivalentes a esperma e 'fêmea' significa produzir óvulos)" (SCHIENBINGER, 2001: 47). Para o elucidação acima, concebemos sexo nesse último sentido.

[5] Em artigo publicado na revista *CULT*, Guacira Lopes Louro afirma que para a filósofa de gênero Judith Butler "O anúncio 'é uma menina' ou 'é um menino', feito por um profissional diante da tela de um

"não se pode conceber mulheres, exceto se elas foram definidas em relação aos homens, nem homens, exceto quando eles forem diferenciados das mulheres" (SCOTT, 1992: 87). Nesse sentido, a construção das noções "masculino" e "feminino" seriam fruto de processo histórico, não sendo fixas e imutáveis.

A categoria traz, ainda, a multiplicidade de significados para "mulheres", compreendidas por vezes como um bloco unitário. Assim, gênero marcaria as especificidades dentro das relações de um mesmo gênero e de diferentes sistemas de gênero dentro de contextos sociais e culturais distintos. (SCOTT, 1992: 87). Para a historiadora Londa Schienbinger

> "Gênero", então, denota entendimentos multidimensionais e mutáveis do que significa ser um homem ou uma mulher no interior de um determinado ambiente social. Ele é historicamente contingente e constantemente renegociado em relação a divisões culturais tais como status, classe e etnia (SCHIENBINGER, 2001: 45).

O conceito "gênero" emerge, enfim, em meio a críticas sobre o "tendencionismo" das pesquisas de história das mulheres, e pela própria limitação desses estudos que, a princípio, davam-se de forma isolada e complementar a uma história oficial. Dessa forma, esse conceito procura "indicar a erudição e a seriedade de um trabalho, pois 'gênero' tem uma conotação mais objetiva e neutra do que 'mulheres'" (SCOTT, 1990: 7). Cunhada para a legitimação de estudos feministas na década de 1980, essa categoria mostra-se um rico suporte de análise para as relações entre feminino e masculino, nas mais diversas áreas do saber.

Quanto à institucionalização de estudos de gênero no Brasil, Maria Luiza Heilborn e Bila Sorj (1999) apontam especificidades em relação ao contexto dos Estados Unidos. Se, neste último, o *feminist* ou *women's studies* encontra impulso "principalmente na docência, através da criação de novos cursos universitários", na conjuntura brasileira, as relações entre movimento feminista e academia se dariam de forma distinta (HEILBORN & SORJ, 1999: 2). No Brasil o feminismo contava com um expressivo vulto de acadêmicas que circulavam em âmbito internacional e elaboravam novas questões a partir do recebimento de ideias debatidas fora do país desde o começo do século XX (HEILBORN & SORJ, 1999; PINTO, 2003). Essas autoras esclarecem que algumas versões da história do feminismo consideram mesmo que ele tenha nascido

---

aparelho de ultrassonografia morfológica, põe em marcha o processo de fazer deste ser um corpo feminino ou masculino (...). Esse ato, de caráter performativo, inaugura uma sequência de atos que vai constituir alguém como um sujeito de sexo e de gênero" *CULT* nº. 185, ano 16, novembro 2013, p. 32.

no meio acadêmico, e daí então se disseminado para fora dos muros das instituições. Ainda para elas, "a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades" (HEILBORN & SORJ, 1999: 3).

Assim, se nos Estados Unidos a onda feminista visava à criação de novos espaços nas universidades para o debate de questões relacionadas às mulheres e, posteriormente, ao gênero, no Brasil as acadêmicas procuraram se integrar à dinâmica da comunidade científica nacional mediante a obtenção do reconhecimento do valor científico de suas preocupações intelectuais pelos profissionais das ciências sociais – e, acrescentaríamos, pelos profissionais de história. No processo de legitimação dessa área de estudos no Brasil, é ainda necessário ressaltar o financiamento a pesquisas pela Fundação Ford[6], por meio de investimento em pesquisa em instituições como a Fundação Carlos Chagas, que se mostrava em condições de aproveitamento dos recursos a ela ofertados.

Podemos, no entanto, ressaltar uma semelhança em relação aos estudos nos Estados Unidos e Brasil. Também aqui, a partir da década de 1980, o termo mulher começa a dar lugar ao uso de gênero como categoria analítica. Para Heilborn e Sorj "Em termos cognitivos esta mudança favoreceu a rejeição do determinismo biológico implícito no uso dos termos sexo ou diferença sexual e enfatizou os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino" (HEILBORN & SORJ, 1999: 4). Tal mudança, assim como no contexto norte-americano, favoreceu a aceitação desse campo de pesquisa "na medida em que despolitizou uma problemática que, tendo se originado no movimento feminista, mobilizava preconceitos estabelecidos" (HEILBORN & SORJ, 1999: 5).

A preocupação com produções que proponham análises de caráter relacional marcam diversas obras a partir da década de 1980. Essa preocupação é vista em trabalhos como o artigo do historiador francês Roger Chartier *Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica* (1995), na qual o autor clama para que a história das mulheres não reproduza simplificações da antiga história social, correndo o risco de "investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal". Ao invés disso, para o autor, seria necessário "definir a natureza e o assento desta diferença que, mesmo

[6] Para Heilborn e Sorj "a percepção do papel crucial que as mulheres desempenham na modernização das sociedades latino-americanas, especialmente no que diz respeito ao controle populacional, teve grande apelo a partir da década de setenta e passou a orientar as políticas de investimento de muitas agências internacionais, entre elas, a Fundação Ford" (HEILBORN & SORJ, 1999: 6).

marcando a prática feminina, pode encontrar sua razão num código de comportamento partilhado pelos dois sexos" (CHARTIER, 1995: 40).

Seguindo a linha de problematização das relações de gênero que se ampara numa análise relacional, Pierre Bourdieu publica em 1998 a obra *A Dominação Masculina*, em que mostra, por meio de estruturas simbólicas de oposição entre o masculino e feminino, a construção histórica que promove a dominação do primeiro sobre o segundo gênero. Partindo de uma pesquisa etnográfica da sociedade berbère kabyle[7] da década de 1960, Bourdieu analisa estruturas objetivas e cognitivas dessa sociedade que, segundo ele, nos disponibiliza uma imagem ampliada de relações de dominação masculina compartilhadas no ocidente, mas naquela sociedade mantidas de uma maneira bastante inalterada, não parcial e fragmentada, em um paradigma de visão "falonarcisista" e androcêntrico. Baseando-se nesse estudo, o sociólogo francês procura problematizar a dominação que se encontra profundamente instalada no inconsciente de homens e mulheres, inquestionada porque concebida como natural. Para isso, esse autor promove o que ele chama de *historicização da desistoricização* dessas diferenças, ou seja, uma análise que proponha historicizar a construção de estruturas de gênero, eternizadas como a-históricas, visando todas as sociedades nas quais essas oposições engendram disparidades de gênero.

Ao expor o esquema de pensamento que estrutura a vida da sociedade kabyle, fundamentado em diversas oposições homólogas como alto e baixo, fora e dentro, seco e úmido, direito e curvo, duro e mole, Bourdieu atesta que essas oposições registradas nos dois gêneros – masculino e feminino, respectivamente – são concebidas como "diferenças de natureza". Associados a ciclos biológicos e cósmicos, seriam de difícil questionamento, uma vez que parecem ajustadas a divisões preexistentes e consagrariam uma ordem estabelecida. Essas oposições, para Bourdieu, agem na ordem social relegando atividades a cada um dos sexos, como na divisão sexual do trabalho (onde os homens ocupam as assembleias e mercados, em oposição às mulheres que se ocupam da casa). Assim:

> O mundo social constrói o corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios de visão e de divisão. Esse programa de percepção incorporada se aplica a todas as coisas do mundo, e em primeiro lugar ao corpo, dentro de sua realidade biológica: é ele que constrói a diferença entre os sexos biológicos conforme os princípios de uma visão mítica do mundo (...). *A diferença biológica entre os*

[7] Os kabyle são um povo berbère (sendo berbère um conjunto de etnias autóctones do norte da África) que habita o norte da Algéria.

> *sexos, quer dizer, entre os corpos masculino e feminino e, particularmente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim aparecer como a justificação natural da diferença socialmente construída entre os gêneros*[8] (...). (BOURDIEU, 1998: 23-25, tradução nossa).

Bourdieu, nesse trabalho de grande influência para a produção de gênero, problematiza a "diferenciação assimétrica" que ordena a relação homens/mulheres justificada pela diferença de seus corpos sexuados e pela qual homens são compreendidos como sujeitos e mulheres como objetos/instrumentos. Essa organização se daria através de *violência simbólica*, termo que "propõe superar a dicotomia entre dominação e consentimento e que atua por meio de uma internalização por parte dos sujeitos, construindo uma dimensão pré-reflexiva, manifesta nas posturas dos corpos socializados" (HEILBORN & SORJ, 1999: 17).

Assim, chamando a atenção para a "internalização de mensagens, espaços, poderes, direitos, símbolos que vem a ser parte de nossos corpos" (PAULSON, 2002: 30), Bourdieu vai além do questionamento da "natureza" como determinadora de comportamentos de gênero através da biologia. Ele postula que o binarismo que organiza a vida de homens e mulheres, legitimado como natural, não apenas é encontrado no dimorfismo dos corpos, como também interfere diretamente em nosso posicionamento físico, corpóreo, diante do mundo (BOURDIEU, 1998).

Seguindo o mesmo posicionamento, Susan Paulson (2002) defende que

> É comum dentro dos estudos de gênero falar que a biologia determina o corpo que nasce, mas durante a vida é o gênero que dá o significado ao corpo. Na realidade, desde o nascimento até a morte, o corpo segue se desenvolvendo, e nossas visões culturais de como devem se desenvolver os corpos femininos e masculinos interagem com os processos biológicos (PAULSON, 2002: 30).

Essa autora propõe a reflexão sobre a "onipresença do gênero" na organização social e sua pluralidade em diferentes culturas na tentativa de superação "entre o que chamamos *natureza* e o que chamamos *cultura*, entre corpo e mente, entre sexo e gênero". Atribui ao conceito de gênero o poder de nos auxiliar a compreender a relação entre essas esferas, de "colocar em questão a ideologia do determinismo biológico que vê uma relação de causalidade direta entre sexo e gênero (...)" (PAULSON, 2002: 32).

A construção dos corpos também como prática discursiva, com seu controle a partir de discursos normatizadores e normalizadores – com destaque aos discursos

[8] Grifo nosso.

biomédicos –, com as violências simbólicas e materiais que sofrem, com as estratégias de poder nas quais estão inseridos, são preocupações de uma bibliografia que procura perceber a corporeidade fora de uma noção ontológica. Esses trabalhos estão, muitas vezes, em constante diálogo com a temática de sexo/sexualidade, na medida em que buscam problematizar a construção de um binarismo de gênero que se ancora no sexo anatômico e que determina papéis sociais e comportamentos sexuais. Parafraseando Berenice Bento, esses trabalhos trariam questionamentos a "uma biologia que já nasce generificada" (BENTO, 2009: 267). Obras como *História do Corpo (2005), História do Corpo no Brasil (2011),* e *A Construção dos Corpos: perspectivas feministas (2008)* encontram-se nessa perspectiva, e difundem estudos como o de Diva do Couto Gontijo Muniz intitulado *Sobre gênero, sexualidade e o Segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamentos* no qual a autora defende que "o gênero, assim como o sexo/sexualidade, não é algo existente *a priori* nas pessoas, mas um conjunto de efeitos que fazem corpos" (BENTO, 2009: 267).

Nessa perspectiva, os trabalhos de Judith Butler possuem papel de destaque no questionamento da separação gênero como construto *versus* sexo como dado biológico. Essa autora compreende, também, o conceito de natureza como produção humana, sustentando que o sexo é tão construído quanto o gênero e que, portanto, não se estrutura em uma dimensão puramente anatomo-fisiológica. Para essa autora

> Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado "sexo" seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (BUTLER, 2010: 25).

Segundo Butler, não há sentido em se definir o gênero como uma interpretação cultural do sexo, significando o sexo como um "dado", previamente concebido, estabelecido como pré-discursivo. Assim, gênero, para ela, deve também designar "o aparato mesmo da produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos" (BUTLER, 2010: 25). Categorias como sexo, gênero e desejo são percebidas pela autora como "efeitos de uma formação específica de poder" que supõem uma forma de investigação crítica, nominada por Foucault de "genealogia". Essa forma de inquirição, defendida por Butler, "investiga as apostas políticas, designando como *origem* e *causa* categorias de identidade que, na verdade, são *efeitos* de instituições, práticas e discursos cujos pontos de origem são múltiplos e difusos" (BUTLER, 2010: 9).

A obra *História da Sexualidade* (1977), de Michel Foucault, é um marco para os estudos sobre a historicidade da sexualidade concebida por ele como um dispositivo[9] que instaura a ideia de sexo, atribuindo-lhe sentido e finalidade através do aparelho anátomo-fisiológico e organizando a partir de condutas e prazeres. No primeiro volume da obra de três tomos – *A Vontade de Saber* – Foucault defende que, ao contrário do que algumas vertentes alegam, a Idade Moderna não se silencia sobre o sexo, e que mesmo as proibições e censuras em torno dele, seriam táticas de uma colocação discursiva que se multiplica naquele momento a partir do dispositivo da sexualidade. Analisar essa propagação e seus efeitos é procurar determinar "em seu funcionamento e em suas razões de ser, o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana". Essa investigação deve levar em consideração

> o fato de se falar de sexo, quem fala, os lugares e os pontos de vista de que se fala, as instituições que incitam a fazê-lo, que armazenam e difundem o que dele se diz, em suma, o "fato discursivo" global, a "colocação do sexo em discurso. (FOUCAULT, 1985: 16).

A perspectiva de análise que se baseia nessa noção de corpo construído, e construído a partir de discursos sobre o sexo e a sexualidade, será também nosso fio condutor no exame do discurso médico de Egas Moniz. A apreciação da socióloga Ana Liési Thruler (2008) nos auxilia a compreender aquilo que aqui concebemos como "o corpo sexuado". Para essa autora

> Os processos de construção corporal sexuada têm buscado condicionar as mulheres, e também os homens – sua postura diante do mundo, suas ações e reações, sua sociabilidade – para a aprendizagem dessa dessimetria. A sexuação dos corpos não se dá pela anatomia, mas pelo enquadramento em uma ordem social androcêntrica e heterossexual. Práticas discursivas refletem e produzem corpos e modalidades de ser-no-mundo, para mulheres e homens. A materialidade e a sexuação dos corpos se fazem também em sua historicidade, por meio de dispositivos de dominação que trabalham os corpos em sua plasticidade. Os corpos, entretanto, não são passivos e resistem a

[9] O conceito dispositivo foucaultiano será melhor explorado no capítulo seguinte. Em breve elucidação, nas palavras de Foucault, esse termo demarca "um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos". Os dispositivos, como formações de um determinado momento histórico, responderiam, segundo ele, a urgências sociais, como no dispositivo da loucura para o controle de uma população "incômoda" na era mercantilista. Poderiam ainda ser expostos, como em programas institucionais, ou servir, ao contrário, para mascarar uma "prática que permanece muda" (FOUCAULT, 2013: 364-365).

> construções cristalizadoras de bi-categorização de sexo e à hierarquização (THURLER, 2008: 22).

Nesse sentido, o corpo sexuado seria uma construção histórica, produzida por meio de discursos que, longe de serem simples enunciados, são dispositivos que produzem efeitos na materialidade corpórea. Os discursos sobre a sexualidade são aparatos que instalam, através do sexo, noções normativas que regem as relações humanas a partir de um binarismo de gênero. No corpo sexuado, ou seja, no corpo visto através do sexo, a anatomia sexual parece guardar nela mesma os significados de feminino e masculino. No entanto, ela não é senão interpretada em função de diferenças como os dois sexos os dois gêneros, também eles construídos.

Os trabalhos aos quais recorremos até aqui são de grande auxílio para a crítica aos conceitos utilizados dentro dos estudos de gênero, que contribuem para a desnaturalização de preceitos compreendidos como femininos ou masculinos. Assim, Joan Scott ressalta a importância dessa crítica ao afirmar que

> Devemos encontrar os meios (mesmo incompletos) para submeter sem cessar nossas categorias à crítica, nossas análises à auto-crítica. O que significa analisar dentro de seu contexto a maneira pela qual opera toda a oposição binária, derrubando e deslocando sua construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como real, como evidente por si ou como sendo da natureza das coisas (SCOTT, 1990: 13).

Essa assertiva é feita em outro grande referencial para as pesquisa de gênero, o artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), onde a autora nos ajuda a compreender a amplitude desse conceito. Nele, Scott traça diversos caminhos de análise que se constituem no momento de sua escrita, além de produzir um debate profícuo para a que reflexão do significado de gênero.

Neste artigo, a autora afirma que "o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é a primeira forma de significar as relações de poder" (SCOTT, 1990: 14). Como base constitutiva das relações sociais fundadas sobre essas diferenças, o gênero implicaria quatro elementos. Citando-os brevemente, teríamos os símbolos culturais, que evocam representações simbólicas (tais como Eva e Maria); a política, no que se refere às instituições e organização social; a identidade subjetiva dos indivíduos e, por fim, os conceitos normativos. Interessa-nos, aqui, destacar os conceitos normativos que são

"expressos nas doutrinas religiosas, educativas, *científicas*[10], políticas ou jurídicas", e que "tomam a forma típica de uma oposição binária, que afirma de forma categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino" (SCOTT, 1990: 14). Tais categorias são alguns dos elementos que comporiam o que a autora define como conceito foucaultiano de poder, "entendido como constelações dispersas de relações desiguais, constituídas pelos discursos nos 'campos de força sociais'", em contraposição a uma noção de poder social unificado (SCOTT, 1990: 14).

Certos conceitos normativos, de interesse central para esse trabalho, são construídos em uma das esferas de produção de discursos de poder que embasam as relações de gênero: o campo de produção de ciência. Analisaremos alguns deles ao tratarmos da referida obra de Egas Moniz, atrelando-os à produção mais ampla das ciências médicas daquele contexto. Dentre eles, podemos destacar a heterossexualidade compulsória[11], determinando que os seres humanos são, por natureza, seres heterossexuais – e a homossexualidade vista, então, como um desvio à norma.

Assim, acreditamos que a crítica às ciências, desenvolvida pelas ciências humanas; e a do empirismo, promovida pelas feministas pós-estruturalistas que Scott ressalta em seu trabalho (SCOTT, 1990), são de grande contribuição para a concepção de que as representações de feminino e masculino não são inalteráveis, mas subjetiva e historicamente produzidas também dentro dos discursos científicos.

Consideramos, portanto, ser necessário ter atenção aos sistemas simbólicos, "como as sociedades representam o gênero, servem-se dele para articular as regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência, sem processo de significação não há sentido." (SCOTT, 1990: 11). Para nós também, um dos lugares desse processo de significação é o de produção científica, e pretendemos elucidar de que formas se dão tais processos por meio da exposição de uma bibliografia produzida a partir do diálogo entre gênero e ciência.

[10] Grifo nosso.

[11] A heterossexualidade compulsória seria, para Judith Butler, "o desejo heterossexual postulado", e postulado a partir da "pressuposição de que os opostos se atraem" (BULTLER, 2009: 100). Ainda para essa autora, "A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e 'masculino', em que estes são compreendidos como atributos expressivos de 'macho' e de 'fêmea'" (BUTLER, 2010: 39).

1.2. Gênero e ciência: caminhos possíveis

O surgimento de estudos de gênero e ciência estão inseridos em um contexto de grandes mutações percebidas nas três últimas décadas em relação aos estudos de história e filosofia das ciências, de uma maneira mais geral, introduzidos pelos *Social Studies of Science*. Essas transformações, segundo Dominique Pestre, ultrapassam questionamentos de ordem filosófica para se aterem aos objetos de análise, sendo a ciência abordada como uma instituição – e não apenas como um saber – e como um conjunto de práticas, mais do que um conjunto conceitual. Essas transformações nos fariam passar do que "havia-se costume de chamar de 'relações estruturais' ao estudo complexo dos atos humanos em situação, sejam eles cognitivos ou práticos". Nesse sentido, os estudos que nascem em tal contexto mostram-se também interessados "na dimensão reflexiva da atividade humana", com destaque a reflexão dos intelectuais (PESTRE, 2006: 4, tradução nossa). Eles promovem uma visão das práticas científicas que ultrapassam as paredes do laboratório e que passam a ser analisadas em relação a outras diversas atividades sociais, respondendo a objetivos múltiplos, como uma prática híbrida.

A "ciência" – e nesse termo entre aspas e em minúscula Pestre parece nos indicar uma crítica à ciência percebida como entidade auto-evidente, possuidora de uma essência que a aparta do mundo social – surge agora dentro de uma leitura que a situa "nas formas materiais e regimes políticos ou produtivos que as fazem existir". Em resumo, os estudos sobre as ciências que se desenvolveram nas últimas décadas, "desnaturalizaram o objeto 'ciência'", tido como mutável ao longo do tempo e de um lugar para o outro, como produção parcial, partidária e histórica (PESTRE, 2006: 6-7, tradução nossa).

Uma grande contribuição dessa nova perspectiva de análise é a crítica a um conceito basilar da noção de ciência como detentora de discursos de verdade[12]: o conceito de *objetividade* científica. Tal conceito foi desestabilizado por autores como o Peter Galison, Lorraine Daston e Peter Dear, que discutiam em seus trabalhos

[12] Sobre o conceito de verdade nos parece aqui pertinente refutar sua compreensão como dado inquestionável. Assim como o fato, a verdade é também produção "deste mundo; ela é produzida nele graças a múltiplas coerções e nele produz efeitos regulamentados de poder". Cada sociedade possui seu regime de verdade, composto por discursos que ele faz funcionar como verdadeiros, sustentados por aqueles cujo estatuto lhes permite dizer "a verdade" e por mecanismos que distinguem o verdadeiro do falso (FOUCAULT, 2013: 52).

> as complexidades da história da subjetividade científica evidenciando como o conceito de objetividade, que não é monolítico nem imutável, muito menos atemporal, surgiu enquanto conceito historicamente datado no final do século XVIII, para se estender às ciências naturais somente no meados do XIX, e como resultado da reorganização da profissionalização e internacionalização da vida científica (LOPES, 2006: 45).

Para a crítica à objetividade da ciência, destacamos, ainda, a contribuição de Ludwik Fleck, que propunha se pensar a construção da ciência por um viés sócio-histórico (1896-1961). Esse médico e microbiologista polonês "realizou uma série de reflexões sobre a atividade científica", a partir das quais nos legou contribuições como "a ênfase na dimensão inerentemente social do conhecimento, assim como o foco na dinâmica de práticas em contexto" (CONDÉ, 2012: 8). Seu aporte para a crítica da ciência ganha relevância nessa perspectiva de análise, em que procura refletir sobre a produção científica inserida em uma vasta trama social e em seu contexto histórico. Sobretudo na obra *Gênese e desenvolvimento de um fato científico* (1935), Fleck problematiza conceitos como realidade, representação e fato científico, produzindo subsídios que serão retomados em estudos como o de Ilana Löwy, no artigo *Universalidade da ciência e conhecimentos "situados" (2000)*. Nele, Löwy ressalta o pioneirismo do médico e filósofo polonês cuja abordagem é de grande aporte para a crítica ao conceito de fato científico, como em relação aos fatos médicos, que seriam para ele parciais e dependentes do ponto de vista dos praticantes. Nesse sentido, Ilana Löwy destaca que "os fatos científicos são produzidos por comunidades de praticantes bem definidas que trabalham em lugares determinados. O estudo das práticas dos pesquisadores coloca em evidência, portanto, a materialidade e a historicidade da produção científica" (LÖWY, 2000: 33).

Essa autora, a partir do estudo de alguns dos principais textos de Fleck, lembra-nos de que na teoria desse autor os "Estudos epistemológicos devem sempre levar em consideração o contexto social, cultural e histórico do desenvolvimento dos conhecimentos" (LÖWY, 2012: 19). Assim, o desenvolvimento da ciência é, para ele, uma produção contingente, na medida em que a sucessão de fatos históricos no processo de conhecimento não se dá na antemão desse processo, mas está intrinsecamente ligada a uma organização social. Outra organização produziria outros "fatos" e, por esse motivo, o autor afirma que uma teoria do conhecimento que não se atenha à análise histórica, é uma "epistemologia imaginária" (LÖWY, 2012: 22).

A refutação em torno da neutralidade das ciências e sua independência diante do social e de contextos históricos é acompanhada por reflexões em torno daqueles que atuam no "fazer ciência", e alguns trabalhos atentam para "a marginalidade, dentro dos lugares legítimos da ciência, de mais da metade da população": as mulheres (PESTRE, 2006: 76, tradução nossa). Tais pesquisas não se prendem à exclusão das mulheres nas ciências apenas sob o viés quantitativo[13], mas rendem importantes análises em torno da razão epistemológica para essa exclusão, compreendendo que a marginalidade da atuação feminina na construção do conhecimento científico institucionalizado gira em torno da compreensão da ciência como um lócus de produção e reprodução de disparidades de gênero. Nessa perspectiva

> Pode-se dizer que os resultados e enunciados de ciências sejam eles mesmos relacionados, que sejam eles marcados pelas diferenças de sexo – a ver que as ciências estejam implicadas, em um sentido ainda mais profundo, de desigualdades de gênero, que elas contribuem ativamente, por seus saberes e sua autoridade, a fundar e refundar essas diferenças, de as naturalizar, na teoria e na prática, na biologia como na medicina, *via* as biotecnologias, assim como dentro das ciências sociais (PESTRE, 2006: 77, tradução nossa).

Maria Margareth Lopes ressalta que as reflexões nos últimos trinta anos em torno da sub-representação das mulheres nas ciências adquiriam consistência teórica e empírica "através de discussões de como o gênero tem sido um fator significativo na estruturação das instituições e práticas científicas, e como as hierarquias de gênero têm direcionado pesquisas e moldado prioridades e teorias científicas" (LOPES, 2006: 38). Nesse sentido, remetendo à fundação do modelo de ciência que partilhamos hoje, para Londa Shienbinger

> Desde o Iluminismo, a ciência agitou corações e mentes com sua promessa de uma perspectiva "neutra" e privilegiada, acima das brigas violentas da vida política. Homens e mulheres, igualmente, responderam ao fascínio da ciência: "a promessa de tocar o mundo em seu ser mais íntimo, um toque tornado possível pelo poder do puro pensamento". O poder da ciência ocidental – sua metodologia e epistemologia – é celebrado por produzir um conhecimento objetivo e universal que transcende as restrições culturais. Com respeito a gênero, raça, e muito mais, entretanto, a ciência não é neutra. Desigualdades de gênero, incorporadas nas instituições de ciência,

[13] Sobre esse ponto, Dominique Pestre ressalta, para além do problema numérico da inserção das mulheres nas ciências, o problema de questão hierárquica. Nesse sentido: "A presença das mulheres dentro de lugares legítimos da ciência não é mais impensável, não é mais hoje uma afronta à decência ou ao verdadeiro conhecimento. É necessário, pelo contrário, que as mulheres possam estar ao mesmo título que os homens, convêm que seu direito seja reconhecido e afirmado – liberado para interpretar a discriminação (sempre efetiva) como devida às chances ainda desiguais de fato" (PESTRE, 2006: 78, tradução nossa).

> influenciaram o conhecimento saído destas instituições (SCHIENBINGER, 1993: 205-206).

Mas de que forma a ciência contribuiria com a disseminação de diferenciações de gênero que estariam na base da exclusão feminina do fazer ciência? A crítica da ciência promovida pelas feministas preocupa-se com uma epistemologia que traça a construção histórica de ideologias e práticas científicas paralelamente à recusa de mulheres dentro delas. Se a trajetória dessa exclusão está atrelada à edificação do modelo de ciência moderna, procurar compreendê-la é traçar sua história, investigar a partir de que meios ela se dá.

No cerne desse debate epistemológico, encontramos as pesquisas de Evelyn Fox Keller, nas quais a autora, já na década de 1980, se volta para os pressupostos sobre os quais a ciência moderna teria sido construída, deixando de fora as mulheres. Assim, ao citar essa autora, Maria Margareth Lopes nos dá uma noção da amplitude que os trabalhos de epistemologia da ciência a partir do recorte de gênero alcançaram com os trabalhos de Keller. Neles

> O centro de interesse não era a presença ou ausência das mulheres nas ciências, mas as maneiras pelas quais as imagens tradicionais de gênero puderam (involuntariamente) conformar a própria atividade científica: tratava-se de se interrogar sobre os recursos cognitivos, emocionais e humanos perdidos pela ciência porque tinham a característica de serem etiquetados como "femininos" e por isso sido excluídos (LOPES, 2006: 41).

A própria construção da ciência moderna se daria em bases de distinção de gênero, como, por exemplo, na mudança do sentido de "intuição" no processo de se pensar o mundo ao fim do século das Luzes. Se anteriormente a intuição era concebida como uma das formas válidas de conhecimento, um rompimento radical entre razão e intuição se dá a partir de então, e essas duas categorias passam a ser concebidas como "opostas e incompatíveis" (PESTRE, 2006, 91, tradução nossa). A valorização da cognição, da procura instrumental por "fatos", se dá com a desvalorização do processo intuitivo como antirracional. Ao mesmo tempo, esse processo está inserido num movimento de redefinição social entre os sexos, onde o homem é valorizado como portador de capacidade racional, e a mulher, detentora de capacidade intuitiva – menosprezada como forma não científica de aquisição de conhecimento. Os discursos que naturalizam essas diferenças estão presentes em diversos autores considerados marcos do pensamento contemporâneo ocidental, como Rousseau, Hegel e Auguste Comte, para os quais a intuição era um modo de pensar inerentemente feminino. Tais

discursos naturalizam características, consideradas essencialmente masculinas ou femininas, ao ligá-las diretamente ao sexo biológico, na "obsessão do ocidente científico" em encontrar argumentos que fundamentem as diferenças dos sexos. Assim, a questão do lugar das mulheres na ciência[14] dá rapidamente lugar a outra, mais decisiva: a questão da natureza sexuada dos saberes (PESTRE, 2006: 79, tradução nossa).

Em *Reflections on Gender and Science* (1998), Evelyn Fox Keller estuda a ligação histórica entre ciência e masculinidade como legado da construção do modelo científico produzido a partir do século XVII e que se dá, concomitantemente, na disjunção entre feminino e ciência. Relacionando características como objetividade e razão à mente masculina, em oposição à subjetividade e sentimento, considerados inerentes à natureza feminina, os "pais fundadores" desse modelo recorriam a uma linguagem de gênero para propor o novo objetivo da ciência. Esse objetivo seria sistematizado pelas metáforas do inglês Francis Bacon (1561-1626), considerado figura central no desenvolvimento da filosofia moderna da ciência, nas quais defende uso de atributos viris para subjugação da natureza aos serviços do homem. Na proposta baconiana, cabe, então, aos homens (cientistas) o poder de dominação desse personagem feminino e passivo e o empreendimento científico, público e impessoal. Às mulheres é legado o trabalho de proteção do pessoal e do privado, em um processo que garantiria, para a autora, "a segurança da autonomia da ciência" (KELLER, 1985: 7, tradução nossa).

A metáfora central de Bacon – para Keller, "a ciência como poder, uma força viril o bastante para penetrar e subjugar a natureza" [15] (KELLER, 1985: 48, tradução nossa) – deve, no entanto, ser compreendida em um contexto mais amplo de tensão entre papéis femininos e masculinos na sociedade inglesa quando a literatura, canções e

[14] Sobre esse ponto, Pestre ressalta a relevância em se produzir textos que tratem, também, da atuação das mulheres na ciência, sobretudo no que diz respeito a sua presença em esferas de saber não institucionais, quando contribuíram em pesquisas , muitas vezes, fora dos lugares sancionados e reconhecidos como únicos produtores de saber (a exemplo, as universidades). Esses trabalhos de história da atuação feminina "invisível" seriam essenciais para fazer surgir outro tipo de história, não centrada apenas nas instituições oficiais, numa história "heroica e agonística" (PESTRE, 2006: 82). O historiador, enveredando-se nesse percurso, faria "aparecer o extraordinário trabalho de apagamento e de reatribuição que implica a fabricação das memórias dos sábios". Pesquisas nessa área podem resgatar, por exemplo, a atuação de irmãs e esposas que trabalharam ao lado de homens aos quais foi legada toda a criatividade científica (PESTRE, 2006: 81).

[15] Nessa metáfora, notamos uma bipolarização de noções de feminino/passivo e masculino/violento presentes, nos séculos seguintes, em abordagens médicas como a de Egas Moniz em *A Vida Sexual*, em conformidade com os estudos de Krafft-Ebing em *Psychopathia Sexualis* (1886), do qual ele se valia. Esse tema será visto no terceiro capítulo.

sermões procuravam difundir repreensões às mulheres para que não se portassem de maneira masculina e, portanto, ofensiva. Depois da Restauração, segundo Keller, as distinções de gênero começaram a se tornar ainda mais profundas e as mulheres passam a depender cada vez mais financeiramente de seus maridos (KELLER, 1985: 63). Dessa forma, ela não defende que a revolução científica iniciou ou efetuou distinções de gênero, mas que corroborou com a polarização em torno do feminino e masculino – segundo ela demandadas pelo capitalismo industrial. Para a autora

> Em afinidade com, e até mesmo em reposta a crescente divisão entre masculino e feminino, público e privado, trabalho e lar, a ciência moderna optou por uma ainda maior polarização de mente e natureza, razão e sentimento, objetividade e subjetividade; em paralelo com a crescente dessexualização da mulher[16], ela ofereceu uma concepção da natureza não animada, não santificada e cada vez mais mecanizada. Fazendo isso, a ciência se tornou um agente ativo de mudança. A ideologia da ciência moderna deu ao menos a alguns homens uma nova base para a autoestima e maestria masculinas. Se o conceito de racionalidade e objetividade, e a vontade de dominar a natureza, sustentaram o crescimento de uma visão particular da ciência, eles sustentaram ao mesmo tempo a institucionalização de uma nova forma de masculinidade. Dado o sucesso de uma ciência moderna, definida em oposição a tudo que é feminino, os medos da natureza e da mulher poderiam diminuir (KELLER, 1985: 64, tradução nossa).

Nesse sentido, Londa Schiebinger alerta, dezesseis anos depois, em *O Feminismo mudou a ciência?* (2001), para que não tenhamos a pretensão de que "as mulheres alegremente tenham êxito num empreendimento que em suas origens foi estruturado para excluí-las", propondo que o processo de inclusão se dê a partir de mudanças na cultura, método e conteúdo das ciências (SHIEBINGER, 2001: 37). Reforçando seu argumento, ela analisa historicamente esse processo de exclusão, chegando a análises quantitativas e qualitativas da atual inclusão das mulheres nas ciências – com foco nos Estados Unidos e Europa. Essa historiadora procura, assim, debater que repercussão e mudanças as discussões provocadas pelas feministas geraram dentro do meio científico em relação à disparidade de acesso entre mulheres e homens.

Ao abordar o contexto científico europeu de uma maneira mais ampla, Schiebinger retrocede no tempo para analisar historicamente o lugar das mulheres nas

[16] Sobre a dessexualização da mulher na Inglaterra, Keller aponta para o processo histórico de domesticação que culminaria na mudança da ideia de mulher como um ser carregado de luxúria instável do século XVII, para o "anjo do lar" do século XIX, quando o ideal de figura feminina seria a mulher casta e dependente, cujo papel era a transmissão de valores às futuras gerações (KELLER, 1985: 62, tradução nossa).

ciências. Na conjuntura dos séculos XVII e XVIII, quando os espaços de produção de ciência não estavam restritos aos laboratórios e à educação universitária[17], alguns homens e mulheres eram, segundo a autora, cientistas assalariados em tempo integral. Não haveria, portanto, uma distinção bem marcada de que as mulheres não poderiam fazer parte desse círculo.

Schiebinger ressalta que algumas mulheres, ainda nos anos iniciais da revolução científica, eram encorajadas a se instruírem sobre ciências, mas tal movimento se dava com aquelas abastadas ou da realeza. Procuravam atuar, sobretudo na França, no que a autora denomina "redes nobres" (segundo ela compostas por patrocinadores, físicos nobres e consumidores ilustres), como foi o caso da marquesa de Châtelet[18]. Outras ainda teriam destaque como patrocinadoras de ciência, como a Rainha Cristina da Suécia – que, no entanto, por sua aptidão filosófica, foi acusada de ser hermafrodita (SHIENBINGER, 1985: 65-66). Mas o processo que barrou a inclusão dessas mulheres em centros de cultura científica como a Royal Society[19] de Londres e a Académie Royale des Sciences em Paris[20] fazia com que a relação daquelas que buscavam estudos científicos fosse mediada "através de homens, fossem estes seus maridos, companheiros ou tutores" (KELLER, 1985: 66, tradução nossa). Marie Curie, apesar do reconhecimento por seus méritos e do recebimento do primeiro Nobel entregue a uma mulher (1903), só assumiu a cadeira de professora na Sorbonne após a morte de seu marido, Pierre Curie (SHIENBINGER, 1985).

Se nos séculos XVII e XVIII as novas instituições e ideologias limitam a participação das mulheres na prática científica, a crescente profissionalização das ciências as afastaria cada vez mais desses espaços no século XIX. Existiriam para elas duas opções de carreiras científicas: procurar adentrar as universidades ou participar de processo de produção científica no espaço familiar a elas legado. A primeira opção seria alcançada pelas mulheres – após reinvindicações, e não "naturalmente" – no século XX. Na esfera doméstica, muitas delas trabalharam como "sombras" nas pesquisas de seus maridos, contribuindo sem serem notadas publicamente, como aconteceu com

[17] Para Schiebinger algumas poucas mulheres teriam conseguido lecionar em universidades, primeiramente na Itália, a partir do século XIII. No geral, segundo a autora, "As universidades não foram boas instituições para as mulheres. Desde sua fundação no século XII até o início do século XX, as mulheres eram excluídas do estudo" (SCHIEBINGER, 2001: 61).

[18] Gabrielle-Emilie Le Tonnelier de Breteuil (1706-1749), física e matemática francesa.

[19] Instituição da qual Francis Bacon fazia parte, fundada em 1660, em Londres, com o intuito de produzir conhecimento científico.

[20] Criada em 1666, para promover pesquisas científicas e sua aplicação.

Margareth Huggins, esposa de William Huggins, e Mileva Maric, esposa de Albert Einstein (KELLER, 1985: 69-70, tradução nossa).

Muitas das dificuldades encaradas pelas mulheres para o acesso não apenas ao trabalho científico, mas profissional de uma forma geral, seriam para Schiebinger fruto da divisão, nas sociedades modernas, entre emprego e lar. Ela explica que

> O Iluminismo foi uma época em que a sociedade europeia estava sendo reconstruída: todos os homens, pregava o slogan, são iguais por natureza. Mas nem todos os homens e certamente muito poucas mulheres iriam tornar-se participantes iguais no que veio a ser definido como a esfera pública da vida. No século XVII e cada vez mais no XVIII, a sociedade europeia divergiu política e economicamente em duas esferas separadas: a esfera pública do governo e das profissões e a esfera privada da família e do lar. Os homens (da elite e da classe média) encontram seu lugar na esfera pública, enquanto as mulheres dessas classes tornam-se mães recém-habilitadas dentro do lar (SHIEBINGER, 2001: 142).

E se elas reivindicam e passam a ocupar lugares profissionais fora do lar no século XX, a vida doméstica continua a lhes ser vinculada, "em uma sociedade que espera que as mulheres, mais do que os homens, ponham a família à frente da carreira" (SHIEBINGER, 2001: 182). Assim, a tentativa de ocupação dos dois espaços – profissional e doméstico – é geradora de tensões pessoais para aquelas que os anseiam, o que inclui a sobrecarga de trabalho.

O modelo de ciência que herdamos – racional, objetiva, neutra – promove o afastamento da mulher de suas práticas quando, em seu discurso fundador, considera que ela não está apta ao empreendimento científico. A falta de racionalidade, tão cara a esse empreendimento, seria inata às mulheres; bem como sua inclinação para sensibilidade, intuição e instabilidade registradas em seu sexo. Ao alcançar a possibilidade de "fazer ciência", Schiebinger relata a discriminação sofrida por cientistas mulheres ao terem sua capacidade cognitiva subestimada em função de sua fisiologia, como no caso de serem consideradas instáveis em momentos relacionados aos períodos menstruais – alegando-se a presumida tensão pré-menstrual – e durante a maternidade, que provocaria nelas grande instabilidade psicológica (SHIENBINGER, 2001). No processo de requisição dos espaços de ciência, as mulheres são ainda direcionadas pela cultura e educação a se instalarem em disciplinas associadas a características femininas, sobretudo em disciplinas que exigem cuidado com o outro – como a enfermagem (MOREIRA, 1999).

Se a filosofia da ciência moderna lega aos homens a conquista e exploração da natureza, as ciências biomédicas se constroem, também, a partir desse princípio e elaboram diversos discursos que respondem a demandas sociais pela ocupação da mulher na esfera doméstica e exercício da maternidade. Fora das ciências, as mulheres se tornam um importante objeto de análise, sobretudo em relação à sua sexualidade. No trabalho de legitimação da diferença corpórea entre mulheres e homens, alguns campos das ciências terão grande relevância, e dentro deles o sexo, ou o corpo sexuado, será o principal instrumento de diferenciação. Concordamos com Jimena Furlani quando essa autora defende a ideia de que

> A biologia tem sido um instrumento impositivo de uma lógica argumentativa determinista que tem conferido aos gêneros e às sexualidades significados derivados dessa associação restrita entre sexo, gênero e sexualidade. Por exemplo, as representações hegemônicas hoje do que seja a "verdadeira mulher" prescrevem o corpo esteticamente sedutor, o inquestionável destino à maternidade, a inevitabilidade do casamento e do desejo heterossexual (FURLANI, 2009: 147).

A constituição desse modelo de "verdadeira mulher" ocorre sempre em função da sexualidade masculina – por tantos considerada mais aguçada e incontrolável e que também não foge a estereótipos, como "todo homem é infiel". Essas noções são, contudo, construídas historicamente, e com grande contribuição dos discursos científicos. Exploraremos, então, o contexto em que o sexo passa a ser o principal referencial de diferenciação comportamental de mulheres e homens, principalmente dentro da medicina, atrelando a construção das diferenças nos discursos científicos ao âmbito social. A noção de corpo sexuado nos servirá de eixo interpretativo na medida em que, a nosso ver, possibilita a compreensão de como Egas Moniz aborda os indivíduos em *A Vida Sexual*: como seres de corpos diferentes que se organizam, de maneira sadia ou mórbida, em função de seu sexo e sexualidade. Introduziremos, ainda, alguns argumentos presentes na obra que nos fazem percebê-la como um produto e, também, como produtora desses discursos.

1.3. A construção de diferenças a partir do corpo sexuado

Não podemos falar sobre construção de diferenças a partir do corpo sexuado sem nos atermos a essa construção na medicina especialmente, o que será nosso grande

campo de estudo a partir da obra *A Vida Sexual*. É necessário compreender, também, a historicidade desse campo científico, pois a ciência médica e o respaldo de suas práticas e discursos como conhecemos hoje são fruto de complexos processos ao longo do tempo. Ocupando-se anteriormente, sobretudo do diagnóstico de doenças, a medicina passa no século XIX, a partir do desenvolvimento da microbiologia e da assepsia cirúrgica, dentre outras práticas, a atuar diretamente no corpo dos indivíduos, no tratamento de doenças e determinando procedimentos de higienização do corpo humano e de espaços, tais como as casas de saúde e os hospitais (MARQUES, 2005: 19). A institucionalização da medicina atribui, ao mesmo tempo, grande força ao discurso de seu praticante – o médico – que passa a operar também no corpo social, agindo como disciplinador, educador, porta-voz da moral, instaurando preceitos e metodologias e legitimando sua própria atuação.

Se anteriormente o cuidado com o corpo feminino era feito principalmente pelas parteiras, em redes femininas de cuidado[21], esse acesso ao corpo das mulheres por elas mesmas é barrado em nome da ciência moderna que se constitui baseada na noção de que apenas homens seriam naturalmente capacitados para a vida pública e para o trabalho científico. Essa noção legada pelo Iluminismo serve de sustentação para a exclusão das mulheres do processo de profissionalização da medicina, condicionando-as ao lugar de objeto de pesquisa científica (SHIENBIENGER, 1999). Assim, a tese da fragilidade feminina tornava as mulheres incapazes de curar e, nela, os médicos encontravam forte justificativa para sua própria atuação (EHRENREICH e ENGLISH, 2003: 126).

Focaremos nosso estudo sobre os discursos médicos-científicos que são produzidos no contexto de sua legitimação, nos séculos XVIII e XIX, quando essas ciências "foram marcadas por múltiplos significados e passaram por intrincadas transformações, mediadas por papéis sexuais, diferenças de gênero, mudanças sociais" (LOPES, 2006: 53). Acreditamos, também, que nesse contexto e, sobretudo no século XIX – do qual Egas Moniz faz parte e encontra subsídio para sua obra –, os discursos sobre a sexualidade ganham centralidade na explicação do próprio ser (FEITOSA e RAGO, 2008: 108). Nesse momento, para Michel Foucault, a sociedade ocidental

[21] Shienbinger informa que, com a tradição das parteiras na Europa, em 1600 as mulheres tinham acesso a cerca de 200 tipos de contracepção e produtos abortivos. Aponta como resultado do declínio dessa rede de relação entre mulheres e do conhecimento dessas práticas o grande número de filhos das mulheres europeias no século XIX, além de sua menor compreensão sobre o próprio corpo (SHIENBINGER, 2001: 210).

presencia uma "verdadeira explosão discursiva" sobre o sexo, na qual enunciados médicos sobre a sexualidade são formatados de modo a torná-los moralmente aceitáveis e tecnicamente úteis (FOUCAULT, 1985: 21), em um processo de categorização dos indivíduos que passariam por disposições sexuais sadias ou patológicas.

Nesse sentido, nossa intenção aqui é contribuir com a historicização desses discursos na promoção de distinções entre feminino e masculino que são agenciadas dentro da biomedicina em aportes diversos, como a fisiologia, a anatomia e a patologia. Os estudos de gênero – alguns aqui abordados – abrem caminho para a desnaturalização de comportamentos femininos e masculinos desde a década de 1960, e na década de 1980 "Enquanto em certos campos do feminismo se intensificaram as discussões em torno da polaridade natureza/cultura, pelo menos os corpos femininos, começaram a ser entendidos como historicamente contingentes", sendo os "'fatos' anatômicos, endocrinológicos ou imunológicos" qualquer coisa, "menos auto-evidentes" (LOPES, 2006: 49). É nessa perspectiva que se insere nosso trabalho.

É essencial, primeiramente, destacarmos que não concebemos que apenas os corpos femininos –sadios ou doentes – são historicamente contingentes, mas também os masculinos. No entanto, concordamos com Thomas Laqueur quando esse autor afirma que, no contexto em questão

> O corpo da mulher tornou-se campo de batalha para redefinir a relação social antiga, íntima e fundamental entre o homem e a mulher. O corpo reprodutivo da mulher na sua concretude corpórea cientificamente acessível, na própria natureza de seus ossos, nervos e principalmente órgãos reprodutivos, passou a ter um novo significado de grande importância. *Os dois sexos*[22], em outras palavras, foram inventados como um novo fundamento para o gênero (LAQUEUR, 2001: 190).

Em seu estudo sobre gênero e sexo, *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud* (2001), Laqueur defende que a partir de meados do século XVIII deixam de servir de base explicativa da relação feminino/masculino argumentos transcendentais e costumes anteriormente aceitos, entrando em foco o corpo, especificamente o sexo biológico, para a construção de novas interpretações e justificativas. A relação entre o sexo masculino e feminino, construída a partir de então sobre a noção de "dimorfismo" radical entre os dois, romperia com o "modelo do sexo único", em que o corpo sexuado feminino era concebido como a versão imperfeita do

[22] Grifo nosso.

homem. Esse modelo teria suas origens na teoria do calor vital legada por Aristóteles e Galeno, na qual os órgãos sexuais femininos seriam os órgãos sexuais masculinos invertidos, por faltar à mulher calor suficiente para exteriorizá-los como o homem. (MARTINS, 2004).

Esse padrão de percepção do corpo teria perdurado até o século XVIII, e fora reproduzido em tratados filosóficos e médicos, como na obra *De Humanis Corporis Fabrica* (1543) de Vesalius[23], considerado o primeiro grande tratado moderno de anatomia (LAQUEUR, 2001). Bourdieu atenta para as representações anatômicas a partir da noção de oposições, como em relação à visão da vagina como falo invertido encontrado em escritos cirúrgicos da Idade Médica[24] e que perdura até a Renascença, quando o homem e a mulher são ainda percebidos como duas variantes da mesma fisiologia. E recorrendo a Yvonne Knibiehler[25], atenta para a mudança que ocorre no início do século XIX, quando anatomistas e moralistas procuravam justificar o estatuto social da mulher a partir de seu corpo, recorrendo às oposições entre exterior e interior, razão e sensibilidade, atividade e passividade, que marcariam respectivamente a conduta de homens e mulheres (BOURDIEU, 1998: 29, tradução nossa).

Laqueur ressalta que, mesmo em termos linguísticos, havia no modelo do sexo único uma associação entre o sistema sexual masculino e feminino – como na analogia testículos e ovários – e que a vagina, por exemplo, só recebeu um nome específico no século XVIII. A partir desse momento, os órgãos reprodutivos passaram a mostrar o "fundamento da diferença incomensurável", repudiando o isomorfismo de Aristóteles e Galeno que havia sido transmitido em várias traduções e interpretações, rompendo com a ideia de "diferenças sutis entre os órgãos, fluidos e processos fisiológicos" que refletiriam uma ordem transcendental de perfeição (LAQUEUER, 2001: 189). Nesse processo de "descoberta" de diferenças

> é sempre a sexualidade da mulher que está sendo construída; a mulher é a categoria vazia. Só a mulher parece ter 'gênero', pois a própria categoria é definida como o aspecto de relações sociais baseadas na diferença entre os sexos, onde o padrão sempre foi o homem (LAQUEUR, 2001: 32).

[23] Andreas Vesalius (1514-1564), médico belga.
[24] Em *Corps et Chirurgia à l'apogée du Moyen Age*, de Marie-Christine Pouchelle. Paris, Flammrionm 1983.
[25] Bourdieu se refere ao texto dessa historiadora francesa intitulado *Les médecins et la "nature féminine" au temp du Code civil*, em Annales 31 (4), 1976, 824-845.

A produção científica nos séculos XVIII e XIX procura no corpo feminino as evidências de uma diferença sexual que sustentaria "empiricamente" especificidades inerentes ao seu sexo e assim "sua inferioridade biológica sua subordinação política" (MARTINS, 2004: 31). Nesse sentido, "A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é compreendido como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem social" (LAQUEUR, 2001: 18).

Se no século XVI Guillaume Bouchet[26] escrevia que "O útero da mulher nada mais é que o escroto e o pênis do homem invertidos" (LAQUEUR, 2001: 189), Claude Martin Gardin[27] afirma, em 1816, que "as mulheres devem seu temperamento aos seus órgãos reprodutivos, especialmente ao útero" (LAQUEUR, 2001: 189). Esse órgão ganharia grande relevância na explicação naturalista para a condição social da mulher, uma vez que, gerador de instabilidades frequentes, o seu "controle", a partir do controle da sexualidade feminina, permitiria o cumprimento da geração de filhos e sua permanência no lar, lugar onde é sempre requisitada como gestora e cuidadora da família.

Anthony Giddens recorre a Michel Foucault para explicar que o aparecimento da palavra "sexualidade" com o significado que tem hoje para nós – "a qualidade de ser sexual ou possuir sexo" – teria aparecido no século XIX, ligado à preocupação com a sexualidade feminina. O autor atribui o surgimento da palavra à obra *The Sexual Fix* de Stephen Heath, em 1889, em um texto "preocupado com o porquê de as mulheres estarem predispostas a várias enfermidades que não afetam os homens – algo atribuído à 'sexualidade' das mulheres" (GIDDENS, 1993: 33).

A mulher não apenas possuiria uma fisiologia diferente, mas instável, e essa instabilidade se refletiria em patologia. A menarca, o ciclo menstrual e a menopausa marcariam sua vida, promovendo descontroles de comportamento, nervosismo, irritabilidade. Por si só esses elementos já são carregados de caráter patológico – o historiador francês Jules Michelet dizia que a mulher ficava doente uma vez por mês (MICHELET, 1995). Foi, então, o corpo feminino, considerado, segundo Foucault, como "integralmente saturado de sexualidade", portador de uma patologia intrínseca e cujos papéis social, familiar e educacional girariam em torno da maternidade. A imagem negativa da mãe, útil e sadia, seria a mulher nervosa, nesse processo de "histerização do corpo da mulher" (FOUCAULT, 1985: 99). Assim, se no século XIX "o estudo e a

[26] Escritor francês, 1513-1594.
[27] Físico e médico francês, 1767-1838.

criação de discursos sobre o sexo levaram ao desenvolvimento de vários contextos de poder e de conhecimento", um deles indicava que a sexualidade feminina devia ser reprimida (GIDDENS, 1983: 31). Concebido como diferente, o corpo da mulher legitimou a criação de campos científicos que se ocupassem de suas especificidades, como a ginecologia e obstetrícia, essa última uma ciência que focaliza a maternidade no centro da saúde feminina e que nasce em cima de uma noção patologizante da gravidez (MARTINS, 2002).

Para Thomas Laqueuer existiriam duas explicações para a empreitada de diferenciação dos dois sexos promovida pelos modernos. A primeira é de ordem epistemológica, e dela fazem parte, em primeiro lugar, o ceticismo científico que, se não foi criado no século XVIII, ganha nele grande valor na divisão "entre o corpo e o espírito, entre a verdade e a falsidade, e entre o sexo biológico e o gênero teatral" (LAQUEUR, 2001: 191). Um segundo aspecto epistemológico seria a ruptura da relação microcosmo⁄ macrocosmo na explicação da organização do mundo fixo, onde correntes intelectuais como o baconianismo, o mecanicismo cartesiano e a síntese newntoniana viriam destruir a relação do corpo com o cosmo presente na teoria médica de Galeno, o que significou o abandono dos isomorfismos anatômicos entre homem e mulher e da ligação da reprodução a outras funções do corpo e ao mundo natural[28]. Este não estaria mais ancorado em um modelo de organização transcendental, mas a partir do XVIII

> Todas as formas complexas onde as semelhanças entre os corpos, e entre os corpos e o cosmo, confirmavam uma ordem de um mundo hierárquico foram reduzidas a um único plano: a natureza. No mundo da explicação reducionista o que importava era o fundamento simples, horizontal e imóvel do fato físico: o sexo (LAQUEUR, 2001: 191).

Essa busca pela distinção sexual seria por sua vez sustentada por uma necessidade de resposta às pressões sociopolíticas levantadas por questões de gênero. Da mesma forma que a "raça científica" – a criação separada de raças ou a diferenciação delas – explicaria a condição "inferior" de alguns indivíduos e sua subordinação por meio da biologia, embasando discursos racialistas que justificavam o

[28] Segundo Foucault, a "patologização" da sexualidade para os antigos é diferente do que se produz nas sociedades ocidentais modernas, quando o comportamento sexual é considerado portador de desvios doentios (como o masoquismo, o fetichismo, etc.). O regime de prazeres sexuais deveria, para eles, seguir a mesma lógica do regime alimentar: nem excesso, nem falta, mas equilíbrio. O excesso de atividade sexual, por exemplo, poderia gerar desequilíbrio em torno o organismo, assim como o excesso alimentar, mas não havia "doença" ou mal na natureza mesma do ato sexual (FOUCAULT, 1984).

colonialismo naquele momento, o discurso científico explanaria também a distinção dos sujeitos a partir de seu corpo (nesse caso, do corpo sexuado). Dessa forma, os conceitos de raça e gênero passaram a ser categorias cada vez mais demandadas por uma comunidade científica que procurava responder a entraves gerados por novas configurações de ordem social e política. Avaliaremos brevemente alguns dos debates em torno dos gêneros nessas esferas, por concebermos que estão historicamente atrelados ao processo de diferenciação dos sexos.

1.3.1. O modelo dos dois sexos e seu contexto sociopolítico

Segundo Thomas Laqueur, alguns fatores de mudança social e política instigariam, "explicações para a reinterpretação dos corpos" desde o século XVIII. Esse autor aponta que, naquele contexto, estariam entre tais fatores o desenvolvimento de novos tipos de espaços públicos, o feminismo que nasce após a Revolução Francesa – quando várias mulheres envolvidas no processo sedicioso se veem excluídas do processo político pós-revolucionário –, e o sistema fabril com a reestruturação da divisão sexual do trabalho (LAQUEUR, 2001: 22).

Adentrando o século XIX, esses fatores promoveriam uma nova ordenação da sociedade ocidental quando espaços públicos começaram a ser ocupados por atividades que abarcavam mulheres – viagens, ações, atuação em sindicatos – em uma conformação europeia de caráter transcontinental na circulação das ideias. Na filantropia, as mulheres viam ainda um meio de atingir a esfera pública, numa atividade de "gestão privada do social" em que se constroem experiências não negligenciáveis, permitindo sua inserção na esfera pública e possibilitando mudanças em suas percepções do mundo (FRAISSE & PERROT, 1998: 504).

O feminismo ganha contornos no século XIX e muitas das reflexões sobre a sexualidade começam a ser instigadas pelas investigações de Freud, reflexões ligadas ao anseio de conhecimento do próprio corpo (FRAISSE & PERROT, 1998). Em tal contexto, as relações com o corpo transcorrem em diferentes esferas e se modificam, como em relação ao casamento, à estética, ao trabalho e à própria constituição social que figura com a consolidação de uma ideologia burguesa na Europa (GAY, 1995).

Podemos pensar, por exemplo, a situação não estática da mulher em Portugal naquele momento, quando movimentos feministas portugueses se engajavam em prol da aquisição de direitos civis e da dignidade social das mulheres, inspirados por diversas

outras manifestações feministas que aconteciam na Europa e que criticavam as divisões tradicionais dentro dos casais, rejeitando a submissão feminina e seu confinamento na esfera doméstica. Essas demandas, no entanto, não se deram sem oposições. Apesar do questionamento, por parte de alguns setores sociais, como os de jornais da esquerda libertária que nas primeiras décadas do século XX criticavam o matrimônio convencional, vendo-o como uma instituição burguesa e retrógrada, o modelo do casamento tradicional continuava a ocupar o status de "ideal de vida". Na década de 1930, com a entrada ditadura salazariana, a imprensa militante em Portugal foi fortemente reprimida, assim como a liberdade de expressão em torno da sexualidade (SANTANA; LOURENÇO, 2011) Nesse momento, findariam as reedições da obra *A Vida Sexual.*

Um episódio nos remete às demandas sociopolíticas das mulheres e às tensões geradas a partir delas. Em 1911 a médica, mãe e viúva Carolina Beatriz Ângelo reivindicou seu direito ao voto que, naquele momento era concedido apenas aos "cidadãos portugueses maiores de 21, que soubessem ler e escrever e fossem chefes de família". Utilizando a abertura permitida pela palavra "cidadãos" – que poderia abranger homens e mulheres – e sendo chefe de família, Carolina consegue a permissão do tribunal para votar. O perigo representado por sua participação fez com que, no ano seguinte, o texto que determinava aqueles que poderiam votar em Portugal especificasse que apenas cidadãos do sexo masculino poderiam fazê-lo (FERREIRA, 1998). Haveria, naquele momento, uma busca de retenção do avanço da mulher sobre a vida pública e política. Mesmo que a maternidade e a administração do lar lhe rendessem o status de chefe de família, a mulher portuguesa não possuía o direito ao voto. Grandes movimentos sufragistas, organizados por mulheres, agitavam os Estados Unidos e a Europa, sobretudo a Inglaterra, desde o século XIX, alcançando diversos países, inclusive na América Latina, como o Brasil.

Na sociedade brasileira, temos a criação do Partido Republicano Brasileiro que, ironicamente, se organizava quando as mulheres não tinham direito ao voto, mas lutavam por emancipação e independência na política e no trabalho. Podemos ainda citar brevemente que, também no início do século XX, entre as vertentes feministas que se organizavam, estava a que Céli Regina Jardim Pinto (2003) define como "feminismo difuso". Nela, as feministas "tocam em temas delicados para a época, como a sexualidade e o divórcio", promovendo o que a autora chama de "face menos comportada do feminismo brasileiro" (PINTO, 2003: 15). Essas reivindicações não

aconteciam, no entanto, sem críticas e resistências de diversos setores da sociedade, inclusive composto por mulheres.

Se Tocqueville informa que nos Estados Unidos a democracia havia destruído a ordem patriarcal e que era cada vez mais necessário delimitar, segundo ele, "as duas linhas bem distintas de ação para os dois sexos", essa necessidade era vista em outros contextos, a partir de outros enfrentamentos e questionamentos dos lugares sociais de homens e mulheres, e podemos perceber que "onde quer que as fronteiras fossem ameaçadas ou novas fronteiras fossem criadas, o material era fornecido pelas diferenças sexuais recentemente descobertas" (LAQUEUR, 2001: 197). Egas Moniz não foi indiferente aos movimentos feministas, vendo neles um dos principais fatores de decrescimento populacional da Europa[29] (MONIZ, 1931).

Para Laqueur, as "descobertas" da biologia reprodutiva estariam em harmonia com as demandas da cultura, produzindo "fatos" científicos conformados pelo contexto sócio-histórico e não simplesmente pelo "avanço" de pesquisas. Por essa razão o autor defende que, mesmo se a embriologia, que começava a se desenvolver no XIX, dava subsídios ao modelo galênico, mostrando que a base dos órgãos masculinos e femininos era a mesma no processo fetal – sendo homólogos o pênis e o clitóris, os ovários e os testículos – não havia relevância cultural para o apoio ao modelo antigo. Haveria, ao contrário, uma busca por evidências que caminhassem em sentido oposto, na demarcação das diferenças a partir da organização corpórea distinta do sexo de homens e mulheres. A reavaliação do prazer feminino como essencial para a concepção, por exemplo, deu-se nesse momento. Por séculos, a excitação feminina foi compreendida como fator primordial para a gravidez, mas, no século XVIII passou-se a refutar a necessidade do orgasmo para a geração. Laqueur percebe nesse movimento "o primeiro passo necessário para a criação de um modelo de mulher sem paixão, existente em forte contraste biológico com o homem". Tal mudança seria um exemplo da corrente que diferencia a partir do corpo sexuado os comportamentos femininos e masculinos, o que se dá quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes (LAQUEUR, 2001: 20).

As diferenças dos corpos sexuados de homens e mulheres se expandem por todo o corpo, não restritas à genitália. Se Laqueur mostra a passagem do modelo do sexo único para o modelo dos dois sexos a partir dos órgãos sexuais, Londa Shienbinger

[29] As demais considerações do autor sobre o tema serão exploradas no segundo capítulo da dissertação.

atenta para as diferenças nas representações dos esqueletos que aparecem no século XVIII, nelas, "a largura dos ombros masculinos exprimia a força dos homens e a estrutura típica da bacia feminina a vocação maternal da mulher" (LÖWY, 2009: 80, tradução nossa). Ilana Löwy, ressaltando a contribuição de Fleck para a historicização das representações médicas, lembra que para esse autor "todo conhecimento depende do estilo de pensamento dentro do qual ele foi produzido" (LÖWY, 2009: 79, tradução nossa). Um estilo de pensamento é definido por Fleck como "percepção direcionada em conjunto com o processamento correspondente no plano mental e objetivo" (FLECK, 2010: 149). Nesse sentido, acreditamos que as demandas sociais e a intencionalidade política presentes na produção de ciência naquele contexto, conformaram "descobertas", condicionaram olhares, de cientistas ou não, para a procura de diferenças que seriam inerentes à natureza dos seres humanos. Por estarem inseridas em tradições e costumes que predispõem olhares e conformam a construção de "fatos", as representações científicas seguiriam uma fidelidade à cultura na qual estão inseridas (FLECK, 2010).

Percebemos a obra de Egas Moniz arraigada a um estilo de pensamento que pressupõe o dimorfismo sexual como base da organização social, e que produz uma vasta literatura médica nos séculos XVIII e XIX, preocupando-se em apontar essas diferenças *essenciais,* naturalizando-as. Os cientistas, nesse movimento, fazem mais do que fornecer dados "neutros", eles "Emprestam seu prestígio ao empreendimento, descobrindo ou comprovando os aspectos da diferença sexual que haviam sido ignorados" (LAQUEUR, 2001: 92). Inserindo *A Vida Sexual* nesse quadro, acreditamos que Moniz "empresta seu prestígio" a essa corrente ao afirmar, no preâmbulo da obra, que "O homem é essencialmente sexual, a mulher é essencialmente mãe" (MONIZ, 1931: 5).

Entendemos, ainda, que historicamente há um processo de retroalimentação das teorias políticas que se utilizam da diferenciação sexual e das teorias científicas, que legitimam essa diferença a partir de pesquisas e estatísticas. Em seu estudo *O Contrato Sexual,* Carole Pateman (1993) nos lega uma rica abordagem sobre aspectos de diferenciação sexual que são constitutivos do contrato social, procurando problematizar o significado dessas diferenças na construção da teoria política fictícia que funda a sociedade civil. Para a autora, "Contar a história do contrato sexual, o que é ser 'homem' ou 'mulher', e a construção da diferença sexual enquanto diferença política são essenciais para a sociedade civil" (PATEMAN, 1993: 34).

Nesse sentido, Pateman destaca um problema posto às feministas frente à ideia de que, no patriarcado moderno, a diferença entre os sexos é apresentada como uma diferença natural. O direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é nele apresentado como um reflexo da própria natureza (PATEMAN, 1993). Compreendemos, então, que a teoria do contrato social se apoia na teoria de diferenciação dos sexos, e essa última se sistematiza também – e com grande relevância, por sua autoridade frente à sociedade – dentro das ciências biomédicas e outras áreas do saber científico com a quais dialoga.

Segundo Laqueur, para contratualistas como Locke e Hobbes "a pessoa é um ser essencialmente senciente, uma criatura sem sexo cujo corpo não tem relevância política" (LAQUEUR, 2001: 196). No entanto, são homens, e não mulheres, que assumem o controle das famílias e das nações, sendo, portanto, aqueles capazes de fazer o contrato social. A explicação para esse acontecimento não viria de uma ordem mundial preestabelecida, ou da vontade divina a partir da criação, mas teria surgido a partir de lutas que deixaram as mulheres em posição de inferioridade. Para Locke, "a Regra", deve existir em algum lugar e ela naturalmente recai sobre o Homem, por ser ele o mais capaz e mais forte. Já para Hobbes, a mulher, necessitando de cuidados para si e para os filhos, se coloca em posição vulnerável e permite que os homens girem sobre ela a partir de direitos paternos adquiridos através de conquista ou do contrato. Em resumo, diante dessas observações, para Laqueur

> Embora problemática, a tendência da primeira teoria de contrato é tornar a subordinação da mulher ao homem resultado da operação dos *fatos* da diferença sexual, de suas implicações utilitárias. O que importa é a força superior de suas funções reprodutivas. Os corpos, nesses discursos, não são o sinal, mas o fundamento da sociedade civil (LAQUEUR, 2001: 196).

Dessa forma, elementos nos corpos de homens e mulheres servem como um espelho das relações sociais, como quando no século XIX a fertilização é vista como uma "miniatura do casamento monogâmico": nela, após a entrada do marido (representado pelo espermatozóide/animáculo), a abertura da esposa (representada pelo óvulo) se fechava sem permitir que nenhum outro ser entrasse (LAQUEUR, 2001: 210).

À vista dessa análise, concebemos que as produções médico-científicas não podem ser entendidas fora de sua relação com o âmbito social, ponto que Ana Paula Vosne Martins (2004) ressalta ao advertir que "a produção do conhecimento médico-científico sobre o corpo feminino no século XIX é inseparável da produção do

imaginário sobre a mulher em outros domínios da cultura" (MARTINS, 2004: 122). Dessa forma, o que se produz no meio científico e que chama para si o estatuto de lugar do discurso da verdade, não está isolado do que acontece fora da academia. Pelo contrário, deve-se "entender a medicina vinculando o seu aspecto de saber científico ao de prática social que se constrói" (VIEIRA, 2002: 20).

A crença na ciência moderna, em seu poder de transformação do mundo fundado na descoberta de "verdades", reveste seus praticantes de grande poder de afirmação e certificação de enunciado. Suscitando esses discursos, está a medicalização da sexualidade, que nos séculos XVIII e XIX ganha contornos na patologização de comportamentos através das "doenças dos nervos" (FOUCAULT, 1985: 32).

Esse processo, definido por Foucault como a "psiquiatrização do prazer perverso", procura no instinto sexual – isolado enquanto instinto biológico e psíquico – todas as formas de anomalia (FOUCAULT, 1985: 100). O adulto perverso se envereda por diversos caminhos dentro da heterossexualidade, em comportamentos sádicos, masoquistas e masturbatórios. Penetra, ainda, outra barreira categorizada como patológica: a homossexualidade.

A percepção dessas práticas como manifestações perversas por Egas Moniz são para nós fruto de sua inserção em um coletivo de pensamento, que Ludwik Fleck define como uma "comunidade de pessoas que trocam pensamentos ou se encontram numa situação de influência recíproca de pensamentos". Teríamos, ainda, em cada uma dessas pessoas um "portador do desenvolvimento histórico de uma área de pensamento, de um determinado estado do saber e da cultura, ou seja, de um estilo específico de pensamento" (FLECK, 2010: 82). Em interação com autores como os já citados Krafft-Ebing e Sigmund Freud, além de Ambroise Tardieu, Pauline Tarnowsky, Cesare Lombroso, entre outros, Moniz encontra sustentação para a defesa da distinção de comportamentos femininos e masculinos através da fisiologia dos corpos sexuados e suas patologias. Sua análise não se resume à síntese da obra desses autores, mas cria um novo discurso na medida em que os seleciona e se posiciona sobre os temas abordados. Nesse discurso, se esses comportamentos saem do padrão estabelecido pela natureza, se são doentios, prejudicando toda a organização social, ali deve estar o médico, utilizando-se da neurologia, da psiquiatria, da nova psicanálise, da criminologia e da eugenia, para identificar tipos mórbidos e para curar as patologias sexuais dos indivíduos. Nesse sentido, cada corpo sexuado deveria ser gerido em suas minúcias, em

todos os aspectos mais íntimos e privados, pois neles poderia estar o germe de um mal causador da corrupção moral em âmbito público.

Hannah Arendt, em estudo sobre as esferas pública e privada defende que "com a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformam-se em interesse 'coletivo'" (ARENDT, 1999: 42). Na perda da fronteira entre essas duas esferas na sociedade moderna, espera-se de seus membros determinado comportamento, "impondo inúmeras e variadas regras, todas elas tendentes a 'normalizar' os seus membros, a fazê-los 'comportarem-se', a abolir a ação espontânea ou a reação inusitada" (ARENDT, 1996: 50).

Apontamos previamente como noção de caráter normativo para Egas Moniz sua definição de que a mulher é essencialmente mãe em contraposição ao homem, que seria essencialmente sexual. Essa essência feminina afastava as mulheres da necessidade de satisfação dos desejos sexuais, na medida em que herdavam da espécie o instinto materno que as faria procurar junto ao homem não o prazer libidinoso, mas proteção para si e para seus filhos (MONIZ, 1931). A incapacidade normativa de algumas mulheres em desenvolver essa "essência" se daria na antemão da sexualidade normal, o que o autor destaca, por exemplo, no caso das prostitutas (que mantêm relações sexuais sem finalidade reprodutiva). Nesse sentido, a função sexual que caberia às mulheres não faria delas, como afirmam Ehrenreich e English (2003), um ser sexual.

Em *A Vida Sexual* encontramos um discurso que busca tornar os corpos sexuados adequados a funções sociais e corrobora com uma "hexis corporal" [30] ansiada para as mulheres – e relacionalmente àquela ansiada para os homens. Moniz sustenta, em sua obra, divisões sexuais e sociais a partir de viés médico naquilo que Bourdieu define como "um jogo interminável de metáforas e correspondências" determinadas pelas relações de gênero. (BOURDIEU, 1998: 34, tradução nossa).

Seguiremos a análise procurando compreender a que correntes científicas Moniz estava ligado, diante da ampla rede de autores aos quais recorreu e às teorias que sustentam sua obra – como a eugenia, o neomalthusianismo, a psicanálise, e vertentes patologizantes da sexualidade tais como o masoquismo, o sadismo, a prostituição e a homossexualidade. Na medida em que avança com essas concepções, percebemos que

[30] A *hexis corporal* seria, segundo Bourdieu, uma disposição individual do corpo físico, construída a partir de uma dimensão coletiva, de hábitos e posturas compartilhados (BOURDIEU, 1998).

elas se dirigem para diferenciação dos seres humanos a partir de seu corpo sexuado, uma diferenciação que deve moldar, para Moniz, toda a estrutura social. Nesse sentido, nosso estudo da obra será amparado, também, pela análise do contexto histórico no qual é produzido, sobretudo no que se refere às relações de gênero e aos discursos sobre a sexualidade em Portugal e com atenção à sexualidade feminina.

Vemos nesse trabalho a oportunidade de contribuir com a problematização do binarismo sobre o qual nossa sociedade é ainda construída, a partir da sexualidade. Defendemos que a obra Egas Moniz está ancorada em uma configuração mais ampla que não apenas vê na sexualidade um dispositivo de regulação dos sujeitos, mas que cria esse dispositivo. Para Foucault,

> A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder (FOUCAULT, 1985: 100).

Assim como Anthony Giddens, concordamos com Foucault quando ele concebe que os discursos também criam aquilo que dizem descrever, pois "Desde que há uma nova terminologia para se compreender a sexualidade, as ideias, os conceitos e as teorias expressos nesses termos penetram a própria vida social e ajudam a reordená-la" (GIDDENS, 1993: 39). Notamos na obra *A Vida Sexual* uma ordenação de teorias e conceitos que foram cunhadas segundo uma perspectiva de diferenciação sexual e que contribuíram, sob a égide da ciência, para autenticação da oposição binária que se arregimenta socialmente desde o século XVIII. Vemos, portanto, na análise dessa obra aqui proposta, uma oportunidade de colaborarmos com a rejeição do caráter fixo e permanente desse binarismo (de sexo e de gênero), segundo o que Joan Scott (1990) define como a historicização e a desconstrução autênticas dos termos da diferença sexual.

2. CAPÍTULO II – *A Vida Sexual:* gênero, sexualidade e dispositivos de ordenação social no corpo sexuado

> *Dele* [Egas Moniz] *Pessoa, num texto em francês, diz que "não exagera quando põe a questão em termos nítidos e precisos: todo homem é naturalmente sexual; toda mulher é naturalmente mãe. Todos os que se afastam disso não são normais. É bem verdade".*
>
> (CAVALCANTI FILHO, José Paulo. Fernando Pessoa: uma quase autobiografia, 2013: 91).

Se até a Idade Média o discurso sobre o sexo na prática confessional possuía um caráter estritamente unitário, "no decorrer dos séculos recentes, essa relativa unidade foi decomposta, dispersada, reduzida a uma explosão de discursividades distintas que tomaram forma na demografia, na biologia, na medicina, na psiquiatria, na psicologia, na moral, na crítica política" (FOUCAULT, 1985: 35). Percebemos Egas Moniz transitando entre essas formas distintas de discursividade e, por isso, buscamos nesse capítulo apresentar como ele traz para sua obra um conjunto de dispositivos normativos construídos a partir dos corpos sexuados que são ampliados para a esfera social com o intuito de ordenamento moral em âmbito coletivo.

Para a elucidação do conceito de dispositivo recorremos, assim como Otávio José Klein (2007), a Michel Foucault. Para Klein, o dispositivo foucaultiano consiste "numa rede que pode ser estabelecida entre diferentes elementos, tais como: o poder em relação a qualquer formação social; a relação entre fenômeno social e o sujeito; e a relação entre discurso e a prática, as ideias e as ações, atitudes e comportamentos". Multiplicando-se em nosso meio, os dispositivos são "máquinas concretas que com as relações que estabelecem e misturam, geram sentidos na sociedade" (KLEIN, 2007: 216).

O discurso, nos trabalhos de Foucault, seria também um dispositivo, uma espécie de amálgama que mistura o enunciável e o visível, as palavras e as coisas, a formação discursiva e a não-discursiva (KLEIN, 2007). Por existirem procedimentos de exclusão e de controle em torno dos quais o dispositivo discursivo é produzido, os

discursos só podem ser compreendidos em relação ao meio em que se encontram. Nesse sentido, compreendemos como discursos normativos na obra moniziana preceitos que se apoiam em elementos de uma organização social vigente naquele contexto, e que são difundidos a partir de seu lugar científico. Tais preceitos ultrapassam a ordem do enunciado e engendram práticas e posturas corporificadas – corporificadas porque se instalam no plano material e porque se fazem sentir nos corpos.

Como dispositivos normativos que serão explorados neste capítulo, estão quatro grandes eixos teóricos mobilizados por Moniz que foram alvo de intensos debates no contexto de produção da obra: a sexualidade (seu objeto máximo de estudo), a eugenia e o neomalthusianismo e a teoria freudiana. Os três últimos eixos não se apartam da sexualidade, ao contrário, são teorias que encontram na regulação da vida sexual sua sustentação e que, na obra de Moniz, adquirem repercussão dentro e fora de Portugal.

Em relação às críticas que, segundo esse autor, haviam sido dirigidas a sua defesa do neomalthusianismo e da eugenia desde as primeiras edições de *A Vida Sexual*, ele responde, no prólogo da edição de 1931, reafirmando seu posicionamento. Essa resposta indica a relevância de tais temas naquele momento e a ressonância de seu discurso em Portugal. Nos estudos contemporâneos sobre essas temáticas no que se refere ao contexto português, encontramos também referências ao pensamento desse médico (FREIRE e LOUSADA, 1982; CABELEIRA, 2013; MATOS, 2010). Em relação à produção sobre a recepção de Freud e das teorias psicanalíticas no país, Moniz é sempre citado, sendo considerado pelo filósofo e historiador português Alírio Queiroz "a primeira personalidade de expressivo vulto" a fazer eco das novidades que vinham de Viena, de onde emanavam "novas teses sobre o psiquismo humano e sobre a sua possibilidade de acesso e conhecimento" (QUEIROZ, 2009: 38). Absorvendo trabalhos freudianos e utilizando-os em suas obras e conferências, foi Egas Moniz, segundo Sophie Maurissen e Mário Eduardo Costa Pereira, quem primeiro falou de Freud em Portugal (MAURISSEN e PEREIRA, 2012). Mesmo que relativizemos esse pioneirismo atribuído ao neurologista português, frisamos que *Vida Sexual* encontra-se entre os estudos de maior destaque na divulgação da matéria psicanalítica em seu país naquele momento (QUEIROZ, 2009).

Inserido em um contexto de transformações dos papéis sociais atribuídos a partir da distinção sexual e de discussões sobre a natalidade e a degenerescência, Egas Moniz procura responder a essas mudanças baseando-se em um conjunto de prescrições que tem como norte a delimitação da sexualidade como força motriz da vida de todos os

indivíduos, e uma força que precisa ser controlada para o bem estar de todos – sobretudo em relação às mulheres. Em suas elaborações de caráter prescritivo, recorreu então à eugenia e ao neomalthusianismo e à teoria de Freud sobre sexualidade normal e patológica, cuja análise ocupará boa parte de nosso estudo da obra nesse momento.

Antes disso, consideramos essencial a análise do contexto de gênero e sexualidade em Portugal (e do europeu, de uma maneira mais ampla), para buscarmos compreender as questões em torno desses temas que a sociedade de Moniz vivenciava – e sobre as quais ele procurava responder utilizando-se do poder do discurso médico. Também o contexto histórico no Brasil, sobretudo no que tange aos discursos sobre a sexualidade no país, será foco deste capítulo ainda que de forma breve, uma vez que a obra *A Vida Sexual* foi absorvida em estudos que se debruçavam sobre essa temática – como dos médicos brasileiros José Benedicto Moraes Leme, que será abordado adiante, e Raul Mendes de Castilho Brandão, que citaremos no capítulo seguinte.

Diversos fatores podem ser apontados para as formulações científicas que se organizavam em torno da vigilância e controle da sexualidade naquele momento. Na Europa do século XIX, podemos brevemente citar, segundo Alain Corbain "a influência do conceito de degenerescência, o alarme relacionado ao perigo venéreo, transformado em 'chaga social', as campanhas populacionistas (...)" (CORBAIN, 2013: 34). Com preocupação especial ao contexto de produção da obra de Egas Moniz aqui estudada, citamos que, para Manuel Correia (2010), *A Vida Sexual* – com atenção às noções de sexualidade, instinto e mulher nela contidas – deve ser lida sob a luz de preocupações nascidas em fins do século XIX com a degenerescência das raças e com o controle social que "se centrava na vigilância dos costumes, na regulação familiar e no policiamento dos desejos" (CORREIA, 2010: 274). Assim, ressaltamos, ainda, que na regulação da sexualidade por meio dessas discursividades distintas, uma instituição possui papel central: a família, constituída a partir do casal "legítimo" heterossexual, cuja "sexualidade regulada", apesar de mais "silenciosa", tenderia, talvez, a "funcionar como uma norma mais rigorosa" (FOUCAULT, 1985: 39).

A partir do levantamento de elementos contextuais do momento de produção da obra *A Vida Sexual*, notaremos que para a constituição da família salutar é a regulação da sexualidade da mulher que possui papel central e que encontra sua razão de ser diante de questões de gênero cadentes nas sociedades modernas no ocidente. Em torno dos eixos sexualidade e gênero, elencaremos aspectos do lugar social da mulher – tais como suas atribuições no lar compreendidas como pressupostos femininos – que

emergem em discursos jurídicos, filosóficos e médicos em nosso contexto de análise. Dentro deles, veremos ainda que a preocupação com o corpo sexuado feminino ampara o surgimento de disciplinas médicas específicas para a mulher que contribuem para a fixação do ideal de maternidade nesse corpo, refletido em representações estéticas e morais do modelo moderno de feminilidade.

2.1. Sexualidade e gênero em Portugal e temporalidade

Compreendemos, assim como Michel Foucault, que a sexualidade é um dispositivo de ordenação social, ao instaurar na ideia de "sexo" funções biológicas que lhe dariam sentido e finalidade através do instinto. Assim, o sexo se encontra na dependência da sexualidade, pois é ela quem o suscita como elemento especulativo necessário para o seu funcionamento. Sendo a sexualidade uma "figura histórica" (FOUCAULT, 1985: 147), cabe aqui uma análise que contemple o contexto sócio-político de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, no qual emergem as produções sobre a vida sexual humana sadia e patológica contidas na obra *A Vida Sexual*, e onde ela é recebida e absorvida, no Brasil.

Os discursos sobre a sexualidade produzidos em Portugal – e também no Brasil – estão estritamente relacionados a concepções de gênero que ordenam papéis sociais aos indivíduos a partir do sexo, isto é, de comportamentos que deveriam ser seguidos por homens e mulheres justificados pela anatomia e instinto sexuais, considerados em discursos médicos, políticos e mídias pontos cruciais de diferenciação dos sujeitos. A análise aqui proposta pretende investigar esses discursos, procurando elucidar em que conjuntura a atuação médica sobre corpo sexuado encontrava sustentação naquele momento.

Retomemos o caráter de saber e poder do qual a medicina se revestia naquele momento. Segundo Rita de Cássia Marques, no século XIX, essa ciência assistia a transformações protagonizadas por Pasteur, Lister e Koch que, em meio a pesquisas que desvendavam agentes patológicos, a avanços em procedimentos de higiene e a instituição do saber médico em hospitais e universidades, conduziam a prática médica para o tratamento e cura das doenças. Assim, se anteriormente a medicina se ocupava

principalmente dos sintomas das doenças e suas alterações nos órgãos, a partir dessa nova configuração, ela busca determinar não apenas novas regras para o cuidado das doenças, mas para o cuidado dos corpos e dos lares, para a regulação de casamento, educação dos filhos, e comportamentos em geral na sociedade (MARQUES, 2005). .

Dentro desse panorama, Foucault defende que a "a medicina moderna é uma medicina social que tem por *background* certa tecnologia do corpo social", consolidando importante papel no controle da sociedade sobre os indivíduos, o que se opera através do corpo. Foi então no biológico, no somático, no corporal que, segundo ele, investiu a sociedade capitalista, transformando o corpo em realidade biopolítica e a medicina em estratégia biopolítica[31] (FOUCAULT, 2013: 144).

Nesse sentido, as pesquisas e as "descobertas" anatomo-fisiológicas que conformam os corpos sexuados como diferentes – que Laqueur nomeia como "a articulação de dois sexos incomensuráveis" – não teriam sido fruto nem de uma teoria de conhecimento nem de avanços no conhecimento científico. Esse historiador concebe tais "descobertas" como produtos de um contexto político de lutas por poder e posição na esfera pública entre homens e mulheres e entre feministas e antifeministas, ampliadas no século XVIII pós-revolucionário e, especialmente, no século XIX. E foi nesse panorama que a biologia sexual distinta passou a ser citada "para apoiar ou negar todas as formas de reivindicações em uma variedade de contextos sociais, econômicos, políticos, culturais ou eróticos" (LAQUEUR, 2001: 192).

Discursos de diferenciação sexual que promovem espaços e sexualidades distintas emergiram ainda atrelados ao surgimento da sociedade industrial, da empresa em grande escala e das profissões modernas. Para Peter Gay, esse processo "empurrou as mulheres burguesas para longe das atividades econômicas visíveis", permitindo que "um número cada vez maior de maridos mantivessem suas esposas em casa[32]". Os anos

[31] O biopoder, para Foucault, seria um elemento indispensável para o desenvolvimento do capitalismo, pois é a partir dele que se dá o controle dos corpos para o aparelho de produção e para o ajustamento dos fenômenos de população aos processos de produção (FOUCAULT, 1985). Através dele que o corpo é socializado como força de trabalho segundo técnicas diversas, mais do que pela ideologia (FONTES, 2008). Dentre os agenciamentos do biopoder que constituirão "a grande tecnologia de poder no século XIX" está, para Foucault, o dispositivo da sexualidade seria um dos mais importantes (FOUCAULT, 1985).

[32] Tal processo, para Gay, não gerou automaticamente reivindicações de todas as esposas. Para esse autor, "aparentemente a maioria das mulheres não protestou contra serem mantidas" em casa. "O círculo doméstico", afirma Gay, "tinha seus encantos" (GAY, 1995: 293). Assim, em relação à dúbia condição de realeza (as rainhas do lar), e de submissão em âmbito doméstico, algumas mulheres se rebelaram às claras, enquanto a maioria delas, "treinadas para a aceitação, continuou a levar a vida num ambiente familiar e social ditado pelas preferências masculinas. (...) Os defensores dos direitos das mulheres

vitorianos teriam, assim, assistido "a um apreciável abandono dos postos avançados que as mulheres haviam começado a conquistar desde o Iluminismo" (GAY, 1995: 293).

No que se refere ao lugar social atribuído à mulher em Portugal na virada do século XIX para o XX, notamos a produção de discursos que delimitavam a atuação feminina por meio da "figura abnegada e sacrificada, dedicada por completo ao lar, ao marido e aos filhos". Esse modelo teria sido criado, segundo Irene Vaquinhas e Maria Alice Pinto Guimarães, pelas classes médias da Inglaterra vitoriana e teria alcançado uma grande difusão internacional recorrendo, sobretudo, aos escritos de Jean-Jaques Rousseau[33] para a formalização da definição de "mulher ideal" determinada por seu instinto biológico (VAQUINHAS e GUIMARÃES, 2011: 196).

Em Portugal, de maneira paralela ao que narra Peter Gay em relação à Inglaterra no século XIX, a divisão sexual do trabalho servia de elemento constitutivo da emergente ideologia burguesa. No processo de especialização das atividades econômicas, ao homem eram atribuídas funções na esfera de produção enquanto à mulher era reservada a esfera doméstica. A família, por sua vez, se consolidava como unidade de reprodução e consumo (VAQUINHAS e GUIMARÃES, 2011).

Para Irene Vaquinhas, o liberalismo que se instaura em Portugal na virada do século XIX para o XX, "reforçou, no campo do direito, a família patriarcal (...) ao conferir ao 'chefe de família' duas importantes prerrogativas: a autoridade marital e o poder paternal". Sobre esse primeiro ponto era explicitado no artigo 1185º do Código Civil de 1867 – que vigorou até 1967 – que a mulher deveria prestar obediência ao marido, enquanto a ele cabia proteger e defender a pessoa e os bens da mulher. Ainda para essa autora, o Código Civil estabelecia no âmbito conjugal uma relação de "desigualdade substancial entre os dois sexos" que submetia a mulher ao poder doméstico do marido, garantindo a disposição dos bens e da força de trabalho da esposa (VAQUINHAS, 2011: 126).

No entanto, se vemos por um lado que discursos como o dos portugueses Alves Ribeiro[34] e Agostinho de Campos[35] procuravam reforçar o modelo da diferença das

---

trabalharam duro para desmascarar sua contrapartida: a suposição da inferioridade feminina, com seus dividendos domésticos" (GAY, 1995: 307).

[33] Em *Um amor conquistado – O mito do amor materno* (1980), Elisabeth Badinter expõe algumas das ideias difundidas por Rousseau na obra *Émile* (1762) no qual esse autor afirmava que "a verdadeira mãe de família, longe de ser uma mulher de sociedade, não será menos reclusa em sua casa que uma religiosa em seu claustro" (ROUSSEAU apud BADINTER, 1985: 245).

[34] Venancio da Costa Alves Ribeiro (1814-?), autor de O casamento civil reprovado pela carta constitucional (1866), apoiou o "brado católico" contra o casamento civil em Portugal, considerando-o

funções atribuídas para os dois sexos – a mulher encarregada da esfera privada e o homem provedor do lar (VAQUINHAS, 2011) – por outro, ecos da luta feminista que se dissipavam por toda a Europa chegavam a Portugal e questionavam esse modelo (SANTANA e LOURENÇO, 2011).

No contexto europeu em questão, se expande o que alguns estudos chamam de "a primeira onda feminista" (SCHOLZ, 2010). Essa "onda" remontaria de fins do século XVIII, tendo como marcos publicações como o trabalho *Vindications of the Rights of Women* (1792), da inglesa Mary Wollstonecraft, no qual a autora "advogava a igualdade dos sexos e respondia a vários *[autores]* que argumentavam outramente" [36] (SCHOLZ, 2010: 41, tradução nossa). Em fins do século XIX emergem movimentos pelo sufrágio universal em países onde as mulheres não possuíam direito ao voto (o "universal" as excluía), tais como nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França e, também, no Brasil e em Portugal. Segundo Gay, o raciocínio que motivava essas demandas era de que só o acesso ao processo político e à perspectiva de participação no poder político poderiam garantir outros direitos que as mulheres estavam reivindicando (GAY, 1995).

Analisando esse contexto, Andréa Lisly Gonçalves explica que é difícil datar um *movimento das mulheres*[37], por ter ele se manifestado de formas variadas e em lugares diversos. Assim, sobre o feminismo naquele contexto essa autora afirma que

> exatamente por ser um movimento que não se reduz apenas às mobilizações que se intensificam no século XIX em torno da "questão feminina", mas que corresponde ao processo crescente e com ritmos

---

modelo de referência para a família e reflexo do Estado ao ter como "monarca" o pai e como súditos a mulher, os filhos e os domésticos (VAQUINHAS, 2011: 123).

[35] Agostinho de Campos (1870-1944), licenciado em Direito, foi um jornalista e escritor português.

[36] Um desses autores era Rousseau, que Wollstonecraft acusava de reduzir as mulheres a "animais domésticos e gentis" (GAY, 1995: 306).

[37] É essencial ressaltarmos que o feminismo naquele momento, ou o "movimento das mulheres", não se restringiu à participação exclusivamente feminina. Como exemplo, salientamos a "Convenção de Seneca Falls" que aconteceu em 1848, em Nova Iorque, debatendo "condições sociais, civis e religiosas das mulheres" (GONÇALVES, 2006: 16). Segundo Peter Gay, essa convenção teria sido a "primeira agitação feminista a ser levada a sério" (GAY apud GONÇALVES, 2006: 16), resultando na "Declaração de sentimentos e resoluções" na qual das 100 assinaturas, 32 eram de delegados do sexo masculino (GONÇALVES, 2006: 17). Assim, destacamos que também homens se lançaram na militância em prol do "movimento das mulheres", como foi o caso de John Stuart Mill (1806-1873) ao publicar *A sujeição das mulheres* em 1869. Peter Gay destaca que na argumentação moral e científica contra as feministas "Era preciso um rebelde raro, como John Stuart Mill", para enfrentar afirmações de caráter biológico, como a "natural" belicosidade masculina, à qual Mill respondia que "se a superioridade belicosa do homem realmente é natural, pior para a natureza" (GAY, 1995: 297). Por outro lado, discursos antifeministas são também elaborados por mulheres como a inglesa Eliza Lynn Linton (1822-1898), que criticava, por exemplo, os comportamentos "avançados" de moças "pintadas e sempre em busca de prazeres" (GAY, 1995: 297) e defendia que a política era naturalmente uma esfera de homens (ANDERSON, 1989).

> variados de participação da mulher no mercado de trabalho, da paulatina presença da mulher no espaço público, na atuação de porta-vozes que, a partir de lugares considerados como verdadeiros redutos femininos, como no caso da literatura, (...) se manifestam por meio da palavra escrita, da oratória, da publicação em jornais (GONÇALVES, 2006: 18).

Também em Portugal, reclamando igualdade jurídica e emancipação social e econômica das mulheres, setores do movimento feminista demandavam a revisão de papéis e tradições destinados ao casal, rejeitando o conformismo e a submissão conjugal, além do confinamento da esposa às tarefas do lar (SANTANA e LOURENÇO, 2011).

No caso português, o historiador João Esteves (2001) cita alguns marcos do movimento feminista nas primeiras décadas do século XX, como a edição da *obra As Mulheres Portuguesas*, em 1905, a fundação do Grupo Português de Estudos Feministas, em 1907 e da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, em 1908, bem como a multiplicação de escritos de autoria de mulheres entre 1906 e 1908 (ESTEVES, 2001). A relação das mulheres com o espaço público é, contudo, assunto de jornais portugueses a elas direcionados desde o século XIX, como o periódico *O Toucador*, que "procura conscientizá-las das suas potencialidades como seres sociais" (SANTANA; LOURENÇO, 2011: 255).

As tentativas femininas de participação na esfera pública e de alcançar, mesmo dentro do lar, uma condição menos subordinada, não viriam, no entanto, sem críticas e tentativas de contenção. Alguns periódicos portugueses passam a criticar os anseios de "troca de gêneros" que se notavam na sociedade e que se intensificavam em princípios do século XX. No periódico *A Sátira*, por exemplo, uma caricatura representa, em 1911, um casal no qual a mulher demanda almoço ao marido, por já serem "horas de ir p'ra Junta". O homem, que veste avental e tem uma panela à mão, responde que acabou de pôr "o feijão ao lume". Essa charge é publicada em uma conjuntura na qual, diante de limitações políticas, movimentos feministas portugueses se organizaram para requerer junto dos poderes constituídos, algumas disposições legais em prol de maiores liberdades políticas, como o direito ao voto – que, no entanto, só foi "concedido" em 1930, nas eleições para as Juntas de Freguesia, e em 1931 para nas eleições administrativas e legislativas superiores, sendo, contudo, restrito às mulheres com diploma de ensino secundário ou superior (VAQUINHAS, 2011: 127).

Ainda para Vaquinhas, "explorando a ideia do mundo de pernas para o ar", a caricatura critica o processo de "feminização do homem" e "masculinização da mulher", que, entendemos, estaria atrelado à saída da mulher da esfera doméstica e a reivindicações de participação política. Para o historiador George L. Mosse, os movimentos de libertação das mulheres representaram, a partir de fins do XIX, uma ameaça à masculinidade, pois mesmo que "muitas delas quisessem preservar a divisão entre os sexos, suas exigências eram suficientemente alarmantes (...)", ganhando destaque nos novos meios de comunicação de massa (MOSSE, 1998: 292).

Na efervescência de contestação de papéis de gênero em Portugal no início do século XX, vemos também o surgimento, na década de 20, de uma figura feminina que representava um ideal de mulher "independente, moderna, atrevida, saias e cabelos curtos, desprendida das responsabilidades domésticas e familiares" (VAQUINHAS, 2011: 129). Essa figura, vulgarmente tachada de "garçonne" ou "cabelos à Joãozinho", personificou "a antítese da 'fada do lar'" e se difundiu rapidamente nos centros urbanos, a ponto de alguns autores "questionarem se não se estaria perante uma epidemia altamente contagiosa: a 'garçonite'" (VAQUINHAS, 2011: 129). Publicado em 1926, o livro "Garçonnices", de A. Ribeiro, trazia na capa a figura de uma mulher de cabelos curtos, com um cigarro na boca e o cérebro preenchido de imagens como uma mulher conduzindo um automóvel e outra jogando tênis (VAQUINHAS, 2011: 128). O termo "garçonne" associa à palavra garçon (rapaz, em francês) ao sufixo "enne", que na língua francesa é utilizado em adjetivos femininos. O autor da obra apresenta em seu livro os seguintes versos:

> Das Garçonnes viesse do francês
> Servir a um português!...
> De há muito que a garçonne, com certeza,
> Deixou de ser francesa
> Pois que existe esse bicho, em toda a parte
> Do Universo, e dest'arte
> Esse termo (o que julgo natural)
> E, hoje, universal!...[38]

Para o historiador Jean-Pierre Peter (1980), no século XIX na França, cada vez mais mulheres teriam resistido a um padrão estético médico que as representava com uma beleza ideal de seios opulentos e ancas desenvolvidas, modelo que seria

[38] Trecho da obra disponível em http://livreiro-monasticon.blogspot.com.br/2013/06/r-ibeiro-a.html. Acessado em 13 Set. 2014.

conformado pela natureza que favorizava uma função a cumprir: a de saber manter seus filhos no seio e amamentá-los. As mulheres nas quais "o colo se apaga e seu corpo se afina" seriam parecidas às dos desenhos de Degas e Toulouse-Lautrec, "que preparam os traços daquelas que serão as feministas – ou as garçonnes – dos anos 1920" (PETER, 1980: 96, tradução nossa).

Egas Moniz não se abstém de debater em sua obra os feminismos que, segundo ele, trariam sérios problemas à constituição familiar. O trabalho da mulher na esfera pública promoveria o decréscimo da natalidade, além de impedi-la de dispensar aos filhos "os cuidados que eles exigem". Durante a gravidez, por causa de perturbações físicas e psíquicas, seria para Moniz difícil de admitir que uma "mulher-advogado", por exemplo, exercesse bem sua profissão. O feminismo defenderia uma atividade desestabilizadora da "verdadeira missão da mulher" na vida e dentro do casamento: a maternidade. Isto é, para ele, nenhuma outra preocupação a deveria desviar "do fim que, para bem da espécie, lhe foi cuidadosamente confiado": o de ser mãe (MONIZ, 1931: 265).

A necessidade de reafirmação do lugar das mulheres em casa como mães e esposas é exacerbada no governo português nos anos 1930, quando Salazar difunde a palavra de ordem "mulher para o lar". Segundo Irene Vaquinhas, essa ideia se articulava com toda uma iconografia que transmitia mensagens contra o trabalho feminino fora do domicílio, como na imagem divulgada em *Notícias Ilustradas*, no ano de 1933, na qual duas crianças de tenra idade aparecem atrás de grades, acompanhada da legenda: "PRESOS! Enquanto a mãe vai trabalhar!" (VAQUINHAS, 2011: 129). Assim, processos de reformulação nas relações entre homens e mulheres que se desenrolam nas primeiras décadas do século XX, como a saída das mulheres do lar para o trabalho público, suscitam discursos que promoviam a ocupação doméstica e maternal das mulheres. Especialmente a partir do governo de Salazar em 1933, momento no qual recai sobre *A Vida Sexual* a censura que proíbe novas publicações da obra, notamos o estreitamento da tentativa de demarcação dos papéis de gênero. As respostas políticas em torno desses papéis que de alguma maneira se "afunilam" no Estado Novo português estavam ainda ligadas à preocupação com a regulação da sexualidade em prol da família, sobretudo da sexualidade das mulheres.

Em relação às tensões diante da sexualidade feminina que percorrem fins do século XIX e início do XX, podemos citar também *O Toucador* como espaço de publicação de textos que procuram mostrar às mulheres "seu poder enquanto objeto de

desejo: dizer-lhes como conversar no salão, como dançar e como dominar o interesse masculino" (SANTANA; LOURENÇO, 2011: 255). Mas também esses "avanços" não estão livres de resistências e permanências, pois ao teor da aprendizagem do cosmopolitismo do qual o país se revestia naquele momento estava ainda vinculada uma defesa de ideais provincianos e valores familiares que persistem no início do século XX. Assim, "O encanto virginal da donzela recatada, bem como o desejo honesto do seu jovem pretendente, continuarão a vigorar como ideal a defender, independentemente do meio social." (SANTANA; LOURENÇO, 2011: 255). A tão discutida virgindade está presente nesse momento em diversos trabalhos médicos e será, também, uma preocupação do discurso moniziano, como veremos no capitulo seguinte.

A inquietação diante da sexualidade que vemos nos discursos pela manutenção da virgindade feminina está vinculada à defesa do casamento e da família[39], essa última considerada por Maria Helena Santana e António Apolinário Lourenço (2011) "Pedra angular da ordem social moderna", o "esteio da vida coletiva e a garantia de estabilidade moral". Para eles

> O século XIX tem sido considerado pela História Social como 'o século da família', pela relevância que atribui a esta instituição. Católicos e progressistas acreditavam que do bom funcionamento do lar doméstico dependia a disciplina dos instintos anárquicos, a qualidade das novas gerações e a harmonia do corpo social. Portugal não é exceção: sob a doutrina moral da Igreja ou sob a cartilha ideológica dos reformadores, a vida privada torna-se assunto de interesse público, e o amor entre os esposos, objeto de crescente regulação (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 254).

O papel do casamento como instituição que pressuporia a reprodução ultrapassa, nesse contexto, a relação homem e mulher, sendo também um pilar de organização da vida social. Nesse ponto, interessa-nos aqui elucidar a relação entre o que Foucault designa como "dispositivo da aliança" e o "dispositivo da sexualidade". Para esse autor o dispositivo da aliança é ordenado pelo corpo sexual, mantendo, como momento decisivo e essencial, a reprodução. O dispositivo da sexualidade, por sua vez, não tem como ensejo o reproduzir e sim conhecer e penetrar os corpos de uma forma mais detalhada, visando o controle das populações de uma maneira mais global. Contudo, se o dispositivo da sexualidade amplia, nas palavras de Foucault, um escopo de controle

[39] Para muitas famílias no contexto português em questão, "levar ao altar uma menina 'honesta', ou seja, inexperiente em matéria sexual, era mais do que um sinal de virtude, uma exigência de honorabilidade. As raparigas namoradeiras eram apontadas como levianas, exemplos de duvidosa reputação (...)" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 257).

que ultrapassa a família, o dispositivo da aliança não foi por ele substituído. "Historicamente", afirma o autor, "foi em torno e a partir do dispositivo da aliança que o da sexualidade se instalou", segundo duas dimensões principais: o eixo marido-mulher e o eixo pais-filhos (FOUCAULT, 1985: 102). Assim, Foucault concebe a família não como uma estrutura social, econômica e política que refreia a sexualidade, mas que possui o papel de "fixá-la e construir seu suporte permanente" (FOUCAULT, 1985: 102). Diante da análise de Santana e Lourenço percebemos, também, a relação entre esses dois dispositivos em Portugal, sendo a família a instituição reguladora da sexualidade por excelência. Essa noção reverbera em A *Vida Sexual*, na qual Moniz defende que "À vida conjugal" cabe a regulação do instinto sexual, de tal maneira que para ele "São dois os caminhos que há de se seguir na vida: o do casamento e o do celibato" (MONIZ, 1931: 309).

Importante ressaltar que na virada dos séculos XIX para o XX, Portugal foi palco de discussões em torno do divórcio, legalizado em 1910, logo a após a proclamação da república no país, tendo o liberalismo político forte influência na legislatura daquele momento. Egas Moniz aborda o assunto na edição de 1931 de *A Vida Sexual*, no qual expõe seu ponto de vista sobre o tema. Segundo esse médico, depois de várias tentativas, havia sido legislado o divórcio pelo governo provisório da República, trazendo condições prejudiciais ao casamento na medida em que facilitava sua dissolução. Ele não se atém demasiadamente ao assunto, citando apenas que "O mútuo consentimento é, por exemplo, uma base pouco sólida para a obtenção do divórcio, e que pode levar aos maiores desastres" (MONIZ, 1931: 313).

Egas Moniz, indivíduo "finissecular" nas palavras de Manuel Correia (2010) defende arduamente o casamento heterossexual como instituição reguladora de uma sexualidade sadia, além de ser ele uma união "constante e persistente", vantajosa para o homem e a mulher perante a sociedade (MONIZ, 1931: 311). A defesa da sexualidade regulada pelo casamento não ocorre sem questionamentos. Segundo Santana e Lourenço, nos primeiros anos do século XX, um contradiscurso apelando ao "amor livre" e questionando os fundamentos da instituição matrimonial se fará ouvir publicamente, como em jornais da esquerda libertária dos anos 1910 e 1920 (SANTANA; LOURENÇO, 2011: 269). O jornal *A Juventude* explica, em 1910, o conceito de amor livre, definindo-o como "união isenta de dogmatizações e de preconceitos entre dois seres que se sentem impelidos um para o outro pelo sentimento amoroso, é a realização de mútuos desejos de dois corações que palpitam pelo mesmo

ideal, sem que para isso seja necessária a sanção do padre ou do administrador" (SANTANA; LOURENÇO, 2011: 289).

Fora do chamado "amor livre", a sexualidade do casal pressuporia comportamentos diferentes para ambos os sexos. Como já citado, para Moniz, por serem seres essencialmente diferentes – por uma diferença inata aos seus corpos – "O homem tem tendências polígamas, a mulher é naturalmente monoândrica". Por essa razão, ele alega ser "contra o casamento virgem da parte do homem", achando-o mesmo inexequível (MONIZ, 1931: 325), e destaca que, nas sociedades monógamas, a virgindade é vista como um dos mais fortes atrativos da mulher (MONIZ, 1931: 317). Assim, mesmo antes da constituição da família, as tendências instintivas exigiam, distintamente, a prática sexual por parte do futuro marido e a contenção sexual à futura esposa.

Para Ana Paula Vosne Martins, o modelo de negação da sexualidade feminina, na medida em que esta deveria ser totalmente vinculada à reprodução – e por isso, possuir sua razão de ser dentro do casamento – pode ser explicado pela reorganização das relações de gênero da nova sociedade burguesa europeia a partir do século XIX. Martins explica que

> Se até meados do século XVIII a mulheres das classes mais elevadas e cultas tinham maior participação nas decisões sobre a vida doméstica e cultural, com a ascensão das classes médias, propiciada pelo desenvolvimento mercantil e industrial, a figura feminina passou a ter outro papel: o de guardiã moral da família. (...) Nesse novo mundo moral da família burguesa, a negação da sexualidade feminina era a contrapartida necessária para o bom desempenho de sua magna função moral de esposa e mãe. Ao escrever seus livros e tratados, os médicos tinham como modelo a mãe roussauniana[40], cujo *corpo fértil*[41] era determinante e, por isso, deveria ser saudável, mas completamente orientado nos seus ritmos biológicos para a maternidade.

Podemos problematizar essa "negação" da sexualidade feminina na obra *A Vida Sexual*, pois, para Moniz, homens e mulheres possuem instinto sexual. Nesse ponto, e encontrando na teoria freudiana sustentáculo para a sua própria, esse médico rompe com

[40] A discussão de Rousseau sobre a moral feminina tem como foco "sua obrigação em ser uma boa esposa e mãe", sendo a mulher um sujeito mais dócil que o homem (SCHOLZ, 2010: 40, tradução nossa). Para Peter Gay, "um dos textos mais influentes a elogiar a mulher como sexo frágil data de meados do XVIII, Émile, de Rousseau. Consiste em algumas frases em que Rousseau louva o poder sedutor da mulher e funciona como um oblíquo comentário a seu tributo. 'A mulher é feita especialmente para agradar o homem', destinada a 'ser subjugada'. Ela 'deve se fazer agradável ao homem, e não provocá-lo'. E também não deve estudar verdades abstratas ou ciências difíceis para as quais não serve, mas permanecer em sua província, concentrando-se em questões práticas. A mulher observa, o homem raciocina" (GAY, 1995: 306).

[41] Grifo nosso.

a ideia de um corpo feminino sem libido. Para ele, "A função sexual é uma necessidade. O homem e a mulher tem dois processos a satisfazer" – entregar-se à libertinagem ou juntar-se a um único indivíduo, através do casamento (MONIZ, 1931: 311). Porém, na medida em que mensura e qualifica essa sexualidade, ao diagnosticar na mulher uma essência maternal e não sexual (diferente do homem), Moniz corrobora com uma ideia de corpo sexuado feminino que se torna adequado ao *corpo fértil*, conforme discutido por Martins, um corpo sexuado, mas cuja sexualidade é orientada por seus "ritmos biológicos". De acordo com Moniz, no período seguinte às primeiras relações sexuais das mulheres, "é o desejo da maternidade que, por completo, as domina" (MONIZ, 1931: 118).

Assim, notamos que um duplo movimento no discurso moniziano: por um lado a mulher tem libido, mas, por outro, ela deve ser dirigida para o casamento e cumprimento da função social da mulher: a maternidade. Enxergamos Moniz inserido em uma perspectiva vigente no princípio do século XX, na qual era "frequente entender a cópula como um dever que a mulher tinha que cumprir para satisfazer os impulsos sexuais masculinos e que se sublimava com a maternidade". Em grande parte, essa visão alimentava, também, a mitificação em torno da "pureza feminina", um traço inibidor muito enraizado na cultura ocidental (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 275).

Em *Inventando o Sexo*, Laqueur inicia seu estudo ao notar que o orgasmo feminino era, até o século XVII, "considerado uma rotina, uma parte mais ou menos indispensável à concepção". Porém, se em relatórios de parteiras e médicas naquele momento acreditava-se que o orgasmo na mulher "era uma das condições para uma concepção de sucesso, e davam várias sugestões para que a mulher o atingisse", a partir do século XVIII o êxtase sexual feminino deixa de figurar como algo importante, ou mesmo essencial, para a fecundação (LAQUEUR, 2001: 7-8). Para Laqueur

> a retirada do prazer da mulher dos relatórios médicos sobre a concepção ocorreu mais ou menos ao mesmo tempo em que o corpo da mulher passou a ser conhecido, não mais como uma versão menos importante do corpo do homem (modelo do sexo único), porém como seu oposto incomensurável (modelo de dois sexos). Os orgasmos, que tinham sido propriedade comum, passaram a ser divididos (LAQUEUR, 2001:8).

Segundo Alain Corbain, no modelo de dimosfirmo sexual que se cria a partir do XVIII, o gozo da mulher aos olhos dos médicos parece ainda mais perigoso por não ser

mais necessário. Suas manifestações "epiléticas" aproximavam-se da histeria[42] (CORBAIN, 2005). Assim, na diferenciação de homens e mulheres, percebemos o papel central da distinção dos órgãos, prazeres e instintos sexuais, que atravessam discursos de filosofia e medicina também no Brasil, onde a obra *A Vida Sexual* é recebida e apropriada pela literatura médica.

Na sociedade brasileira de fins do século XIX ao início do século XX, os discursos médicos sobre a sexualidade ganharam grande relevância, sendo preocupação da medicina que procurava regular, a partir de pressupostos científicos, a sexualidade do casal. A manutenção da virgindade feminina possui relevo nesses discursos, e se deveria ser mantida até o casamento, no caso da mulher, pressupunha, por outro lado, a prática sexual masculina anterior ao matrimônio. Essa ideia é sustentada pela noção de instintos sexuais distintos para homens e mulheres, que o médico paulista José Benedicto Moraes Leme, citando Egas Moniz, explica na tese *O problema venéreo*, de 1926. Para ele

> O apetite sexual é em geral mais intenso no homem e por isso cabe ao homem a parte ativa do coito (...) o papel da mulher no coito é em geral, meramente passivo, a mulher é na regra comum menos sensual, nela o instinto de geração está mais conservado que no homem (...) na mulher domina, sobre o instinto sexual, o instinto maternal (...) Daí Egas Moniz afirmar que o homem é essencialmente sexual e a mulher essencialmente mãe" (LEME apud MATOS, 2000: 13).

Um trecho da obra *A Vida Sexual* nos elucida sobre esse pressuposto. Nele, Moniz escreve que a mulher, que herda através das espécies sua qualidade de mãe e a dedicação pelos filhos, seria instintivamente impulsionada a atrair o homem "mais como protetor do que como saciador das suas necessidades sexuais" (MONIZ, 1931: 3).

A filosofia positivista encontra também no instinto sexual a evidência para os lugares sociais atribuídos aos dois sexos em trabalhos como o do filósofo e político brasileiro Teixeira Mendes. Mendes realizou em 1908, no Rio de Janeiro, a conferência *A preeminência social e moral da Mulher segundo os ensinos da verdadeira ciência positivista* (1920) na qual recorre à teoria positivista de Augusto Comte[43] para abordar

[42] A histeria será objeto de estudo de nosso próximo capítulo.

[43] Os atributos ao comportamento feminino no discurso positivista de Augusto Comte estão estritamente relacionados ao modelo de feminilidade construído a partir de representações de Clotilde Vaux, sua companheira. Nelas, a mulher divinizada sob o rosto de Clotilde fornecia à sua filosofia e à construção da "Religião da Humanidade" elementos cívicos essenciais para o progresso social. Segundo Regina Célia Lima Caleiro (2002) "O caráter conservador desta doutrina considerava a mulher responsável pela manutenção moral da família e pela educação da sua prole. Educadora por natureza, poderia exercer a profissão de professora, ensinando as crianças como se fossem seus filhos, profissão, aliás, que redimia as solteiras, pois resgatava o papel de mãe-educadora" (CALEIRO, 2002: 2).

"a apreciação do lugar que cabe à Mulher[44] no conjunto da natureza humana, coletiva e individual". Se o autor repreende a sustentação que alguns autores dão acerca da "inferioridade no sexo feminino[45] em relação ao masculino", critica, por outro lado, "o movimento caracterizado pela denominação de 'feminismo', pretendendo tornar a Mulher concorrente do homem, mediante uma suposta igualdade entre os sexos" (MENDES, 1908: 4). Para ele, sob o ponto de vista intelectual, homens e mulheres seriam "entes complementares[46]" (MENDES, 1908: 67). Não sendo iguais, cada sexo possuiria qualidades distintas, sendo a mulher dotada de uma superioridade afetiva que a faria aceitar a abnegação com devotamento, aceitando o posto humilde que o homem lhe deixou em troca da liberdade ser a zeladora do altruísmo humano (MENDES, 1908).

Segundo uma visão próxima à de Egas Moniz e José Benedicto Moraes Leme, o discurso positivista de Teixeira Mendes defende que qualidades femininas e masculinas distintas teriam fundamento nos instintos diferentes derivados dos "órgãos da conservação" da espécie: o instinto sexual e o instinto materno (MENDES, 1920: 49). Esclarece que

> O primeiro, é sobretudo no homem, a base espontânea egoísta do amor conjugal, que leva os dois tipos da mesma espécie a se aproximarem. (...) O segundo é o instinto materno, é o instinto egoísta que prende a mãe ao ser que ela produziu, e forma na Mulher o principal estímulo espontâneo egoísta do amor conjugal. O amor materno[47] resulta da combinação predominante do instinto materno

[44] Salientamos, assim como Margareth Rago (2008), que palavra "mulher" é sempre escrita com letra maiúscula nessa obra de Teixeira Mendes.

[45] Entre os célebres defensores da inferioridade feminina está o francês Gustave Le Bon, autor de um dos livros mais famosos sobre o comportamento de massas (*La psychologie des foules*, de 1895). Le Bon afirmava que as mulheres representavam "as formas mais inferiores da evolução". Para ele, elas se sobressaíam por sua inconstância e capacidade de raciocínio, e finalizava seu argumento dizendo que se algumas delas se destacavam, como superiores ao "homem mediano", eram "tão excepcionais quanto o aparecimento de qualquer monstruosidade, como um gorila de duas cabeças". Assim, poderíamos, segundo ele, "deixá-las completamente de lado" (LE BON apud GOULD, 1991: 100).

[46] Para Thomas Laqueur, a máxima "os opostos se atraem" nasce em fins do século XVIII, em meio às novas contestações em torno dos papéis de gênero e disputas políticas em torno desses papéis, concomitantemente com a distinção anatômica sexual que as disciplinas biomédicas produzem nesse contexto (LAQUEUR, 2001: 192).

[47] Também em *O mito do amor materno*, Badinter elabora uma análise histórica desse sentimento considerado uma "constante transistórica", sobretudo em estudos do século XIX. Focando sua análise na maternidade na Europa, a autora avalia comportamentos como a ausência de pais no enterro dos filhos e a recusa do aleitamento no século XVIII. Em particular na França, Badinter escreve que "Se devêssemos traçar uma curva de amor (...) obteríamos uma sinusoidal com pontos altos antes do século XVII, nos séculos XIX e XX, e pontos baixos nos séculos XVII e XVIII" (BADINTER, 1985: 367). Na conclusão desse rico trabalho, argumenta: "Como, então, não chegar à conclusão, mesmo que ela pareça cruel, de que o amor materno é apenas um sentimento e, como tal, essencialmente contingente? Esse sentimento pode ou não existir; ser e desaparecer. Mostrar-se forte ou frágil (...) Tudo depende da mãe, de sua história e da História. Não, não há uma lei universal nessa matéria, que escapa ao determinismo natural" (BADINTER, 1985: 367).

> com o altruísmo, e especialmente a bondade, que é o mais eminente dos pendores altruístas (MENDES, 1908: 49-50).

O instinto materno se faria presente em todas as mulheres, pois para Mendes "Não há diferença essencial entre a alma da Mulher proletária e a da rainha, ou a da aristocracia e da burguesia; porque, por toda parte, a função da Mulher é sempre a mesma: é ser mãe, esposa, filha, irmã" (MENDES, 1908: 119).

Na legitimação da construção de novos cenários urbanos na república brasileira que se construía em fins do século XIX – e sob inspiração positivista –, a construção de perfis ideais femininos e masculinos ampara a organização público⁄privado. Às mulheres seria reservado, por suas "características biológicas", o ambiente doméstico, onde encontrariam proteção e lugar para o desenvolvimento da maternidade. É nesse contexto que outra atividade feminina que não fosse a de mãe e esposa passou a ser entendida como "subordinada, assessória e desviante" (MATOS, 2000: 7), de maneira próxima ao que ocorria em Portugal no mesmo período. Nesse sentido, o trabalho extradoméstico das mulheres brasileiras "era visto como um desperdício físico de energias femininas e como fator de dissolução da saúde e de comprometimento da dignidade feminina, além de promover a mortalidade infantil e desordens sociais, tendo como consequências nocivas o abandono das crianças, a marginalidade, a tuberculose e a prostituição." (MATOS, 2000: 7).

Para Rita de Cássia Marques, mesmo com o aumento do número de trabalhadoras urbanas no começo do século XX, a vigilância e preconceito da sociedade para com essas mulheres persistiam. O trabalho extradoméstico poderia inferir no "comprometimento da dignidade" das trabalhadoras, se considerarmos que elas eram grande alvo de violência sexual (estupro e defloramento) quando se encontravam fora de casa. Segundo Marques, as mulheres vítimas desses crimes procuravam a polícia no intuito de reparação da honra, mas naquele momento provar que uma mulher que trabalhava fora de casa era "honesta" era uma tarefa difícil, pois essa atividade era considerada um "excesso de liberdade" das moças modernas (MARQUES, 2005: 131).

Assim, o binômio público⁄masculino e privado⁄feminino, legitimado a partir de argumentos de ordem sexual, delimitaram no Brasil espaços e atuação a homens e mulheres em sociedade. Para Maria Izilda Santos de Matos (2000), é fundamental refletirmos sobre essa "delimitação de espaços para os sexos", compreendendo-os como históricos e concebidos em "um movimento progressivo de privatização do espaço, que estaria ocorrendo concomitantemente com o fortalecimento do Estado e o processo de

urbanização". A família, que também no Brasil era vista como sustentáculo de um projeto normatização social[48], passou a ser foco do movimento higiênico sanitarista, "que conjugou o olhar médico com a política de intervenção de um Estado planejador/reformador" (MATOS, 2000: 2). Para Rachel Soihet, essa reformulação no âmbito da família delegou aos homens os poderes do comando familiar, em prol de garantir mais tempo e energia na esfera pública, direcionando a esfera privada para a atuação as mulheres[49].

Na delegação de lugares de atuação feminina na esfera doméstica que vemos na sociedade brasileira, portuguesa e, de uma maneira geral, na cultura moderna ocidental, a apologia à doçura e às virtudes pudicas da mulher que são construídas em torno da maternidade é também o foco que "faz multiplicar nos tratados e patologia, as descrições de langor e histerias femininas" (PETER, 1980: 86, tradução nossa). O útero e os ovários, agora órgãos exclusivamente femininos, longe do modelo do sexo único que os considerava versões do escroto e testículos masculinos, conformariam as mulheres, a partir de seu sistema genital, a um estado que as absorve e subjuga. Controladas por uma fisiologia de fragilidade patológica constante, a supervisão médica sobre os corpos femininos passa a ser cada vez mais requerida e contribui com a manutenção de ideais salutares de maternidade e domesticidade. Surgem, a partir de fins do século XIX, disciplinas médicas que se ocupam especificamente desses corpos, como ginecologia e a obstetrícia (MARTINS, 2004; MARQUES, 2005). Para Martins, a ginecologia e a obstetrícia concluíram o projeto de naturalização das diferenças sexuais elaborado desde o século XVIII, encerrando a mulher em seu próprio corpo e justificando a necessidade de campos específicos da medicina que se ocupassem dele (MARTINS, 2004).

Formando a partir desse momento uma "clientela diferenciada", a sexualidade feminina é considerada instável e passível de intervenções cirúrgicas como as

[48] Para Egas Moniz, é a família que, dentro do casamento, "contribui com o engrendramento da sociedade e do Estado" (MONIZ, 1931: 310).

[49] Soihet problematiza a incumbência da mulher na esfera "particular", ao retomar a definição de espaço privado para Hanna Arendt, que não o considera como espaço da privacidade e da intimidade, mas como espaço da privação. Estar circunscrito ao espaço privado é, para Arendt, estar privado da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões concernentes ao mundo comum, isto é, à existência política (SOIHET: 1989: 113 – 114). Essa ideia de privação está presente em textos como o da jornalista portuguesa Maria Lamas (1893-1983), que escreveu que "Ser doméstica equivale a viver no âmbito limitado do lar, isto é, absorvida pelos problemas familiares, desligando-os dos problemas gerais, que se ignoram ou desdenham (...)" (LAMAS apud VAQUINHAS; GUIMARÃES, 2011: 194).

histerectomias, cliteridoctomias e ovariotomia, em casos de ninfomania, masturbação e doenças mentais[50].

Nesse contexto, surge também a maternologia, que vincula à mulher ideias higiênicas e redentoras da maternidade e da proteção à infância. Segundo Matos, nas teses médicas analisadas no Brasil entre 1890 e 1930, era frequente a representação da maternidade para além do caráter biológico, associada a seu significado social. Nesse sentido, os "sentimentos maternais" justificariam a dedicação aos filhos e a toda a família, além da filantropia feminina e sua ação educadora (MATOS, 2000: 7).

A maternidade, como vimos, teria sua razão de ser dentro da estrutura familiar, com figuras masculinas e femininas de papéis bem marcados, em um relacionamento monogâmico e heterossexual. Importante citar que, apesar de considerar o homem um ser mais sensual que a mulher, por ter mais necessidade do ato sexual do que esta, Moniz defende a monogamia para ambos, pois a união sexual exclusiva com o parceiro é, para ele, "a forma mais vantajosa ao bom desenvolvimento da espécie", e deveria impor-se ainda em nome da ética e da higiene. Sobretudo em nome desta última, Moniz dedica algumas páginas da obra à prostituição, pois a procura por prostitutas, vistas naquele contexto como disseminadoras de doenças venéreas, traria problemas à ordem salutar. Esse tema será tratado de forma mais detalhada no capítulo seguinte, mas um trecho da obra *A Vida Sexual*, do capítulo "O casamento e a higiene da vida sexual", nos esclarece sobre sua a defesa do casamento como base de uma sociedade saudável, quando o autor explica que

> O ato sexual é a origem da transmissão de muitas doenças, algumas das quais de consequências bem funestas. Quando se compram em público (...) as carícias sexuais, não há sempre cuidado em observar a qualidade da mercadoria[51]. (...) Daí as doenças que vão se espalhando duns a outros por forma ininterrupta. O casamento, desde que a escolha se faça com cuidado e não falta a fidelidade de parte a parte, é um estado feliz (MONIZ, 1931: 312).

O casamento higienizado é visto como um modelo que asseguraria a saúde física e psíquica dos cônjuges e de sua descendência e, por isso, legitima-se a intervenção médica nas uniões matrimoniais. O monitoramento médico do casamento – e, em alguns casos, a defesa de sua interdição – foram foco de atuação de políticas de eugênicas[52] e

[50] Veremos de forma mais aprofundada, no capítulo seguinte, a relação que se constrói entre o aparelho genital feminino e seus "ciclos biológicos" e as doenças nervosas.
[51] O tratamento dado às mulheres prostituídas também será abordado no capítulo seguinte.
[52] O pensamento eugênico possui influência marcante também no Brasil, disseminado em obras como *A esterilização sob o ponto de vista eugênico* de Renato Kehl.

neomalthusianas em Portugal que, em princípios do século XX, tinham como objetivo a "procura de afirmação da superioridade biológica de uma população que se queria hegemônica" (MATOS, 2010: 90). Entre as vozes que fizeram coro à teoria eugenista naquele país está a de Egas Moniz.

2.2. Egas Moniz e a defesa eugênica e neomalthusiana

Em meados do século XVIII nascem no ocidente processos de regulação das populações segundo a intervenção e controle do corpo que seria, então, visto como "corpo-espécie", um suporte de processos biológicos transpassado pela mecânica do ser vivo. Na instalação da tecnologia "anatômica e biológica, individualizante e especificante" da época clássica, alguns olhares se voltaram para a proliferação dos indivíduos, sua mortalidade e nível de saúde, sua longevidade e "todas as formas que podem fazê-los variar" (FOUCAULT, 1985: 131).

Entre as tecnologias de intervenção e controle das populações está a eugenia, uma das abordagens mobilizadas por Moniz para afirmar suas prescrições sobre a sexualidade. Segundo Maria Eunice Maciel (1999), criada no século XIX pelo médico e estatístico Francis Galton, a teoria eugênica comporta um conjunto de ideias e práticas relativas a um melhoramento da raça humana pela seleção dos genitores tendo por base o estudo da hereditariedade (MACIEL, 1999). Galton não acreditava na possibilidade de influência do meio nos mecanismos de hereditariedade, concebendo-a como regulada por leis fixas e imutáveis e não apenas influenciada pelos pais, mas por todo um grupo ancestral estabelecido em várias gerações (PRIOR, 2013). Segundo seu pensamento, as leis naturais das teorias darwinistas sobre a seleção natural e sexual – que colocavam os humanos *na* natureza e subjugados por ela – poderiam ser manipuladas por um processo "mais compassivo e não menos efetivo": a eugenia. Se Darwin escrevia sobre como homem e natureza "de fato" existiam, Galton escrevia sobre como deveriam ser "através de intervenção de bases qualitativas" (LEVINE e BASHFORD, 2010: 5, tradução nossa).

Em seu intuito de classificar os melhores exemplares da espécie humana, Galton promoveu diversas medições de características físicas de indivíduos. Segundo Stephen Jay Gould (1991), "A quantificação era o Deus de Galton, e à sua direita estava a firme convicção de que quase tudo que podia medir tinha caráter hereditário" (GOULD, 1991: 68). Essas avaliações tinham como intuito selecionar as melhores características,

atribuindo valores distintos a pessoas de "raças" diferentes e foi uma prática em voga na transição do século XIX para o XX, resultando em trabalhos como o de Robert Benett Bean, que comparava os cérebros de negros e brancos norte-americanos e apresentava relatórios que confirmariam (não sem contestações) a inferioridade dos primeiros. Para Bean, suas cifras e esquemas comprovavam, entre outras teorias, que "o negro" carecia de capacidade de orientação, seria um ser instável, sem domínio de si, e "basicamente afetuoso, imensamente emocional" (BEAN apud GOULD, 1991: 72). Esses "fatos" seriam justificados por seu cérebro possuir a parte posterior mais proeminente que a anterior. Interessante notar que argumentos semelhantes eram utilizados em relação às mulheres[53]. Isso foi constatado quando Galton observou que elas "tem geralmente a cabeça mais volumosa na parte posterior e a frente mais estreita", atribuindo às partes posteriores do cérebro as faculdades afetivas e às partes anteriores as faculdades intelectuais (FREIRE apud SOIHET, 1989: 114). Observamos ainda que pesquisas de medição antropométrica que buscavam comprovar anormalidades herdadas por indivíduos tiveram como objeto de estudo prostitutas e criminosos, como nos trabalhos *O homem delinquente*, de 1876, e *A mulher delinqüente, a prostituta e a mulher normal*, de 1893, dos italianos Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero.

"O corpo para os eugenistas", segundo Marius Turda, "era a síntese da fisicalidade e da história na qual a efêmera condição biológica do presente cruzava trajetórias anteriores de herança" (TURDA, 2010: 17-18, tradução nossa). Para Galton, em um discurso profundamente marcado pela noção de raça defendida cientificamente naquele momento, a hereditariedade determinaria a vida de indivíduos e nações, e o papel do eugenista era o de pensar em favor da perpetuação das raças mais fortes, sábias e morais (TURDA, 2010). Como ele escreveu em 1904, as intervenções na vida reprodutiva da sociedade visavam à qualidade física e mental das futuras gerações, através do estímulo da fertilidade de alguns (eugenia positiva) ou da restrição da fertilidade outros (eugenia negativa), "dependendo da população e do problema sócio-biológico as quais estavam sendo endereçadas" (LEVINE e BASHFORD, 2010: 5, tradução nossa).

[53] A aproximação entre "a mulher e a raça de cor" era assimilada em trabalhos como o da abolicionista e romancista americana Lydia Maria Child, para quem as semelhanças eram impressionantes. Ambas seriam "caracterizadas mais pelo afeto do que pelo intelecto; ambas têm um forte desenvolvimento do sentimento religioso; ambas são extremamente firmes em suas ligações; ambas comparativamente falando, têm uma tendência à submissão" (ROSE apud GAY, 1995: 309).

Nos séculos XIX e XX, a visão de uma sociedade controlada tecnologicamente criada pelo cientificismo serviu de sustentação para a ideia de um corpo nacional "purificado", defendida pelos nacionalistas eugenistas em um movimento que ganhou grande amplitude na Europa naquele contexto (TURDA, 2010).

Em relação a Portugal, a partir da segunda metade do século XIX, a representação da história nacional era confrontada com uma história de ascensão – cujo apogeu estava nos impérios do século XVI – e outra, de sua decadência posterior. Na explicação dessa decadência, segundo a antropóloga Patrícia Ferraz de Matos (2010), alguns autores portugueses recorreram à "matriz rácica" portuguesa. Para "salvar" a nação e manter sua "genuinidade", surgiram propostas higiênicas, de assistência social e promoção e proibição de casamentos (MATOS, 2010: 92). As comunidades médica, científica e política, já no início do século XX, atuariam no intuito de afastar elementos de degenerescência e hibridação, combatendo fatores mórbidos hereditários que levariam a nação a esse declínio.

Entre as medidas propostas pelos discursos eugenistas, estariam as de Júlio Dantas, ministro da Instrução Pública em 1920, que no ano anterior indicou o exame pré-nupcial, a proibição do casamento entre doentes de corpo e de espírito, e o isolamento dos indivíduos perigosos "para a raça" (MATOS, 2010: 93). O médico antropologista Mendes Correia, por sua vez, sugeriu, em intervenção apresentada ao Congresso Nacional de Medicina português em 1927, o estabelecimento do

> *pedigree* de famílias, a segregação de crimininosos recidivitas, a esterilização e o neo-malthusianismo em casos de grandes taras e doenças profundas, o exame pré-nupcial com regulamentação sanitária do casamento, a propaganda popular e escolar da eugênica (incluindo a educação sexual e a profilaxia anti-venérea, (...) a luta contra os fatores disgenizantes (alcoolismo, uso de alcoloides, prostituição, imoralidade, etc.) (MATOS, 2010: 2003).

Segundo Matos, dos renomados médicos envolvidos nos ciclos de debate sobre a eugenia em Portugal, "Apenas Egas Moniz, Prêmio Nobel de Medicina e Fisiologia em 1949, propôs a esterilização para eliminar a hereditariedade mórbida, uma medida, no entanto, restrita a casos clínicos especiais" (MATOS, 2010: 96).

Na obra *A Vida Sexual* Moniz escreve o capítulo "A esterilidade artificial na mulher", no qual esboça uma defesa deste método em um pequeno número de casos médicos. Dentro desses casos, estariam doenças graves transmissíveis de pais a filhos que "prejudicalíssimos ao progresso social, serão causas de encargos inúteis para as

nacionalidades e para as famílias, originarão verdadeiras neoplasias sociais tendentes a corromper o organismo a que se ligam" (MONIZ, 1931: 252). Para ele, na impossibilidade de se proibir "o prazer mais desejado e mais procurado na espécie" – o prazer sexual – aos degenerados e psicopatas graves, epiléticos, neurastênicos, leprosos, alcoólicos, tuberculosos e sifilíticos, assim como defendido por Galton (LEVINE e BASHFORD: 2010)[54], seria lícito impedir as consequências "funestas" que daí poderiam advir, ou seja, "evitar-se a fecundação" MONIZ, 1931: 252-253).

Nesse sentido, a partir de intervenção direta nos corpos – e nesse caso, de mulheres – Moniz defendia o uso de práticas eugênicas sob o argumento de melhoria da sociedade. Assim, como meio de controle de nascimentos indesejáveis, o discurso eugênico era mobilizado como uma nova forma de conhecimento biológico que advogava intervenções na esfera pública e na esfera privada (TURDA: 2000). Percebemos que tal discurso fazia parte do repertório mobilizado por Egas Moniz para o controle da sexualidade. Tal como a sexologia, a eugenia estudou e categorizou o normal e o patológico com parâmetros de gênero, sexualidade e reprodução, um exercício que envolvia atenção à família como unidade social e biológica (STERN, 2010).

De uma maneira geral, na primeira década do século XX, quando Moniz lança as primeiras edições de *A Vida Sexual*, as teorias eugênicas e neomalthusianas convergem em Portugal, sob argumentos diferentes, na necessidade de controle da natalidade. Naquele país, "Temia-se, por um lado, a promiscuidade do proletariado urbano, as patologias venéreas e a mortalidade infantil; reclamava-se, por outro lado, o direito das classes pobres de se libertarem do drama da procriação" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 278).

O neomaltuhisanismo tem suas raízes na teoria demográfica de Thomas Robert Malthus (1766-1834) no final do século XVIII e início do século XIX, que "visava controlar o aumento populacional na medida em que esse aumento era considerado um fator prejudicial ao melhoramento futuro da sociedade e à felicidade humana", sob o argumento de incompatibilidade entre crescimento econômico e disponibilidade de recursos (CABELEIRA, 2013: 83). O neomalthusianismo português se desenvolveu no início do século XX, tendo como um dos primeiros disseminadores da teoria o médico Ângelo Vaz em 1902, através da obra *Neomalthusianismo: tese inaugural apresentada*

[54] Para esses autores, as mesmas categorias patológicas justificavam intervenções eugênicas, somando-se a eles casos de indivíduos criminosos.

à escola médico-cirúrgica do Porto. Nela seu autor diferencia a doutrina neomalthusiana da teoria de Malthus "por não prezar sua proposta de abstinência sexual ou castidade" (CABELEIRA, 2013: 83-84).

Na obra *A Vida Sexual*, posteriormente a críticas feitas ao capítulo "A esterilidade artificial na mulher" [55] (publicado já em 1902), Moniz continua a defender, no prólogo da edição de 1931, "a necessidade de práticas neomalthusianas nos casos em que se impõem em nome da *eugenia*" (MONIZ, 1931: XV). Essas críticas seriam motivadas pelo incentivo de Moniz a tais práticas em momento de crise pelo decrescimento populacional em vários países europeus, com destaque para a França[56]. Egas explica, no entanto que

> o decrescimento da população em algumas nacionalidades não é apenas devido às práticas malthusianistas, que apesar das acusações que sobre elas recaem, são as que menos contribuem para esse terrível efeito. (...) O extenuamento e o definhamento das sociedades é devido a um conjunto grande de circunstâncias que especialmente se reúnem nas taras que pesam sobre as sociedades cultas (MONIZ, 1931: 425).

Em linhas gerais, sobre as práticas neomalthusianas em Portugal, João Freire e Maria Alexandre Lousada (1982) afirmam que não há a presença de um único discurso. Para eles, os modelos neomalthusianistas portugueses foram cambiantes e mesmo divergentes, e "surgiram, em consequência quer da existência de neomalthusianos não comprometidos com o movimento operário, quer das diferentes correntes existentes no seu seio" (FREIRE e LOUSADA, 1982: 1376). Em Portugal, segundo Santana e Lourenço, nas vésperas da revolução republicana, a esquerda libertária chamou para si a propaganda neomalthusiana e começaram a surgir, na imprensa periódica, "apelos militantes aos direitos das mulheres do povo ao 'amor livre' e à contracepção" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 278).

---

[55] Segundo Richard Cleminson e Luís Souto (2012), foi esse capítulo que recebeu a maior parte das condenações pelos avaliadores da dissertação na academia – e como vimos, seria também fora dela alvo de críticas. Ainda segundo Cleminson, na edição de 1927 de *A Vida Sexual* (10ª edição), o editor destaca a audácia com que Moniz teria defendido seu trabalho, sobretudo quando um de seus examinadores, o Dr. Daniel Matos, o pressionou a "cortar essas páginas" (CLEMINSON e SOUTO, 2012: 71, tradução nossa).

[56] Naquele país, por exemplo, foi publicada pela "Associação do casamento cristão" a obra *L'Église et l'Eugenisme*, em 1930, na qual notamos a preocupação com nascimentos de crianças "débeis e anormais" que herdariam dos pais uma condição degenerescente. Para assegurar que o casamento não fosse sanitariamente desastroso, um simples exame médico pré-nupcial seria suficiente. Sobre o exame, o Dr. Jean Arnould (antigo chefe da Clínica de Ginecologia da Escola de Medicina de Marseille), escreve que "é vantajoso, do ponto de vista moral e social. Ele possui vantagens do ponto de vista eugênico sem que devamos lhe acordar a pretensão de coibir sozinho e definitivamente todos os contágios e a transmissão de todas as taras hereditárias". Ressalta, ainda, o caráter educativo do exame, no qual o médico "esclarece com tato os noivos sobre os perigos e chances de cura das afecções e taras dos quais são portadores, despertando neles o sentido de responsabilidade" (ARNOULD, 1930: 124, tradução nossa).

Naquele momento, os movimentos feministas europeus possuíam opiniões ambíguas em relação à contracepção, diante de fortes discursos contrários a tais práticas pela Igreja Católica, a ilegalidade de informações sobre os contraceptivos e questões culturais que giravam em torno da separação da sexualidade e reprodução, sobretudo diante do poder limitado que muitas mulheres possuíam dentro do casamento. Contudo, alguns grupos da "primeira onda feminista" simpatizavam com as práticas neomalthusianas, como em Portugal e na Inglaterra, visando evitar gravidezes indesejadas a partir de abstinência, o cálculo de períodos férteis e, em alguns casos, mesmo que menores, o uso de tecnologia contraceptiva. (KLAUSEN e BASHFORD, 2010).

Entre as manifestações em prol da ideologia neomalthusiana pelos movimentos "libertários", está a de um grupo anarquista português em 1905 que, por meio de jornais do movimento, "ensinavam ao povo os meios de evitar a concepção", sendo duramente reprimido pela elite republicana e extinto em 1911 (SANTANA; LOURENÇO, 2011: 278). Egas Moniz se situava, contudo, no grupo que não possuía vínculos com a propaganda libertária que mobilizava, naquele momento, os preceitos neomalthusianos no país (FREIRE e LOUSADA, 1982). Para Moniz, em Portugal as práticas neomalthusianas deveriam ser aplicadas "como meio de impedir o nascimento de doentes, tarados, etc.", seu discurso de caráter eugênico é orientado pela noção de que a qualidade é preferível à quantidade (FREIRE e LOUSADA, 1982: 1377). Por isso, esse médico advogava o casamento entre o neo-malthusianismo e a eugenia, interessado na saúde da população portuguesa – e não no controle populacional do país que, naquele momento, possuía baixas taxas de natalidade. Moniz defendia, com isso, que indivíduos com "menos saúde" não deveriam reproduzir no futuro (CLEMINSON e SOUTO, 2012, 74, tradução nossa).

Nesse sentido, Egas reafirma em resposta aos julgamentos feitos ao seu posicionamento, que "Entre os pais terem maus filhos" – sem saúde física e psíquica – "ou serem infecundos, nós preferimos esta solução" (MONIZ, 1931: XV). Tais práticas seriam por ele indicadas em casos como os das "famílias proletárias", que por sua condição social gerariam filhos potencialmente doentes. Para ele, essas famílias

> passam amargurados dias de privações por causa dos filhos numerosos a que dão origem e que, sobretudo nos grandes centros de população ficam sujeitos a uma vida efêmera ou debilitada, que é a consequência de uma má alimentação e duma má higiene que sobre eles a necessidade e as condições sociais fazem pesar (MONIZ, 1931: 253).

Para sustentar sua posição, Egas elenca outras causas não benéficas para a sociedade que estariam ligadas ao decrescimento da população para além das práticas neomalthusianas, sendo elas o alcoolismo, a sífilis e os feminismos (MONIZ, 1931). Logo, não em prol do "amor livre", mas inserido em um contexto de campanhas higienistas que corriam o país naquele momento, Egas Moniz publicou "uma obra marcante, *A Vida Sexual*", onde defendia a "esterilidade artificial" como meio de aliviar a miséria e a doença das camadas populares (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 278), além da proliferação de perversões que avalia no tomo "Patologia"[57]. Com esse intuito, no já citado capítulo "A esterilidade artificial na mulher", Moniz indica contraceptivos modernos[58], como o condom e o pressário de Messinga[59] (SANTANA; LOURENÇO, 2011; MONIZ, 1931).

Notamos no referido capítulo que, nos métodos contraceptivos difundidos por Moniz em *A Vida Sexual*, a maioria deveria ser utilizada pelas mulheres. Em relação ao condom, critica seu fácil rompimento durante a cópula, enquanto o préssario de Messinga – que era por alguns considerado "inconveniente para a saúde da mulher", "podendo mudar de posição de momento em momento" – seria um método seguro e não causaria problemas à saúde feminina (MONIZ, 1931: 274). Cita ainda as lavagens, muito utilizadas, mas nem sempre seguras; os pressários solúveis, que também não ofereciam segurança absoluta; e o pressário mixto de Kamp ("um tampão que opõe aos espermatozoides dois obstáculos", pois quando deslocado, "o que há de ser difícil", os atacaria pelas substâncias químicas), considerado por Moniz um método recomendável (MONIZ, 1931: 275-279).

Nesse processo intervencionista, a partir de fins do século XIX a eugenia e o neomalthusianismo tiveram como foco mulheres ao redor do mundo "por causa de seu status como mães de família, nação e futuro" (STERN, 2010: 176, tradução nossa). Em diversos países, entre as mulheres mais visadas pelas políticas eugênicas, estavam aquelas consideradas doentes mentais, pobres e subeducadas, cuja sexualidade era

[57] Veremos, no capítulo seguinte, que mesmo homossexuais "curados" não deveriam, para Moniz, gerar descendência.

[58] É fundamental citar que a propaganda neomalthusiana foi também apropriada por movimentos de esquerda em Portugal, como em uma campanha anarquista do Porto, que a partir de 1905 se estendeu a vários pontos do país através de jornais. A campanha ensinava "meios para evitar a concepção e como adquiri-los", em folhetos como *Greve de Ventre das Mulheres, não procrieis*!, sendo reprimida e extinta pela elite republicana em 1911.

[59] Segundo Moniz, o pressário oclusivo (diafragma) do ginecológico Messinga "consegue por uma barreira à entrada dos espermatozóides do útero. Por meio do condom, evita-se a chegada do espermatozoide à vagina; por meio do pressário oclusivo, consegue-se que ele não suba até o útero" (MONIZ, 1931: 272).

considerada irresponsável, ou aquelas que apresentavam mau comportamento moral, como as prostitutas (STERN, 2010). Segundo a historiadora Alexandra Minna Stern (2010), enquanto mulheres de classe média eram estimuladas a ter mais filhos (eugenia positiva), mulheres "degeneradas" de classes baixas deveriam ter sua capacidade procriativa restringida (eugenia negativa). Assim, para essa autora, "reformas e ideias eugênicas trabalharam usualmente para policiar os limites da moralidade ao assegurar que dicotomias e diferenças – de raça, classe, gênero, sexualidade e deficiência – fossem enfatizadas e confirmadas" (STERN, 2010: 176, tradução nossa). No âmbito da sexualidade e do gênero, a atribuição da tarefa materna às mulheres é também o ponto sobre o qual recaem predominantemente as políticas eugênicas, de caráter positivo ou negativo, reforçando a centralidade e responsabilidade da mulher no que tange à geração dos filhos.

Ao concluir o referido capítulo, Moniz critica, contudo, o abuso com que a castração vinha sendo feita em mulheres com o fim único de obter a esterilidade. Ele via nesse processo um excesso por não ser a cirurgia isenta de perigos e por fazer da mulher um ser incompleto, "a quem a falta dos ovários[60] provoca importantes alterações na saúde" (MONIZ, 1931: 280). A importância dos ovários para a fecundação e regulação de uma constituição fisiológica sadia das mulheres é preocupação de Moniz nos capítulos "A puberdade, a menstruação e a menopausa" e em "O ato sexual – fecundação". As pesquisas médicas que comprovavam a atuação dos ovários na fecundação vinham, segundo Ana Paula Vosne Martins, reforçando a ideia

> de que a mulher era o que era por causa de seus órgãos sexuais reprodutivos. Sem os ovários, ela não podia cumprir sua função natural e social de reprodutora da espécie, portanto, tornando-se assexuada, no sentido dado a esse termo na época, ou seja, a sexualidade feminina era inseparável da função reprodutora (MARTINS, 2004: 133).

Em relação aos demais métodos contraceptivos, Egas Moniz afirma que eles deveriam ser utilizados quando "especialmente aconselháveis pelo estado mórbido dos cônjuges" (MONIZ, 1931: 281). Considerando os pessários de Kamp e Messinga os

[60] Segundo Ana Paula Vosne Martins, alguns médicos como Spencer Wells e a famosa Dr. Elisabeth Blackwell, "se opunham aos excessos intervencionistas" da castração de mulheres, "pois a remoção dos ovários tocava no delicado tema da sexualidade feminina cujos desdobramentos podiam ter significados sociais importantes". Os discursos contra a ovariotomia alertavam para as consequências que esterilidade feminina "acarretaria não só para a mulher individualmente, mas para a sociedade, tendo em vista o papel de reprodutora da espécie". Essa ideia era defendida por médicos e, também, por feministas que "viam na maternidade a fonte de superioridade espiritual e moral das mulheres" (MARTINS, 2004: 133).

meios mais seguros para obter a esterilização artificial na mulher, defende ainda que seu uso fará com que "o prazer sexual não seja a origem da desgraça de novos seres" (MONIZ, 1931: 281).

Ao propor a intervenção nos corpos de homens e mulheres – e majoritariamente, nesses últimos – Moniz reforça a importância do médico no controle dos casais, da família em prol de uma sociedade saudável. Para ele

> O médico, aconselhando-os *[aos cônjuges]* em certos casos, cumpre o seu dever, porque defende o bem da espécie, da família e do doente. E não deve ter receio das críticas severas dos que julgam ver nessas práticas um ultraje aos bons costumes. E este é o único processo de por um dique à decadência da raça (MONIZ, 1931: 281).

Devido ao teor explicativo e defensável de métodos contraceptivos, podemos conjecturar sobre ao menos um ponto determinante da censura do Estado Novo sobre *A Vida Sexual*, para além do conteúdo explícito sobre comportamentos e anatomia sexual. Moniz, ao defender tais métodos, ia de encontro à política salazarista instaurada em 1933, quando a propaganda e a venda de anticoncepcionais foram suspensas. Esse regime, sustentado por um modelo de governo "defensor do catolicismo e de valores morais puritanos (...) encorajou, ao invés, a promoção da família e da fecundidade" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 279).

Em defesa de uma sociedade saudável, Egas defendia, todavia, o controle populacional a partir de preceitos médicos, e se empenhava em categorizar as "taras" que seriam a ela prejudiciais e para as quais o olhar médico deveria se voltar. Atentamos aqui para os degenerados, que são o foco de preocupação da análise sobre a sexualidade mórbida elaborada no segundo tomo da obra *A Vida Sexual*. Moniz ampara seus estudos, sobretudo, nas ideias de degenerescência difundidas pelo psiquiatra franco-austríaco Benedict-Augustin Morel (1809-1873). Se a crença em um fator hereditário na base dos transtornos mentais está presente desde os primórdios da psiquiatria contemporânea, como em Pinel, é Morel quem "modifica inteiramente o panorama psiquiátrico e as formas de se conceber as modalidades pelas quais o herdado participaria da causação" desses transtornos (PEREIRA, 2008: 491). A ideia moreliana de degenerescência "repousa sobre a concepção de que a herança que se transmite através das gerações não se restringe ao plano biológico, mas inclui dimensões morais e de comportamentos – virtuosos ou viciados". Em outros termos, "a degenerescência poderia ser herdada ou adquirida" (PEREIRA, 2008: 493). Nas palavras de Morel, a ideia "mais próxima da verdade e mais fecunda" em suas pesquisas era a que admitia "a

degradação original da natureza humana, agindo sozinha ou com a ajuda de circunstâncias exteriores, instituições sociais e de todas as influências ocasionais e análogas". Segundo ele, todavia, "Uma das características mais essenciais das degenerescências é a da transmissão hereditária" (MOREL, 1857: 499).

Em seu *Tratado de degenerescência da espécie humana* (1857), Morel afirma que o indivíduo degenerado é aquele que se afasta de um tipo ideal primitivo "que o espírito humano tem prazer em constituir em seu pensamento como a obra-prima e a síntese da criação" (MOREL, 1857: 498). No indivíduo degenerado, ao contrário do modelo primitivo, não se nota a propensão de retornar ao seu tipo normal, sendo a degenerescência um desvio do tipo ideal, um estado morbidamente constituído (MOREL, 1857). Em suma, para o autor, indivíduos degenerados e sua reprodução seriam nocivos para o progresso da espécie humana, uma vez que

> Esse desvio, por mais simples que seja suposto em sua origem, encerra, no entanto, elementos de transmissibilidade de tal natureza que aquele que carrega seu germe torna-se cada vez mais incapaz de cumprir sua função na humanidade, e que o progresso intelectual já bloqueado em sua pessoa, encontra-se ainda ameaçado na de seus descendentes (MOREL, 1857: 500).

O conceito de degenerescência percorre diversos tratados médicos pelo mundo, mobilizado por autores como o médico brasileiro Nina Rodrigues[61], professor de Medicina Legal da Faculdade da Bahia. Na obra *Mestiçagem, degenerescência e crime* (1899), Rodrigues elabora um estudo sobre "a influência degenerativa da mestiçagem", onde defende que certos cruzamentos raciais dão origem em todo caso a produtos morais e sociais, "evidentemente inviáveis e certamente híbridos" (RODRIGUES apud STEFANO e NEVES, 2007: 448). Ressalta, em sua obra, que Morel, criador da noção clínica de degenerescência e partidário da unidade da espécie humana, desconhecia a influência da mestiçagem sobre o processo de degenerescência humana (RODRIGUES, 1899).

Quando defende as práticas eugênicas e neomalthusianas como "dique à decadência da raça" (MONIZ, 1931: 281), Egas Moniz, diferentemente de Nina Rodrigues, não se atém a classificações de hibridismo racial. O discurso que sua obra

[61] Nina Rodrigues foi defensor de ideias racialistas no Brasil, classificando como raças puras a branca, a negra e a vermelha. Segundo Waldir Stefano e Márcia das Neves "Quanto à formação do povo brasileiro encontramos evidências de que Nina Rodrigues adotava uma posição favorável ao 'branqueamento', questão que viria a ser bastante discutida décadas mais tarde. De acordo com sua visão do mecanismo de herança (com mistura) o mestiçamento provocaria uma diluição dos elementos antropológicos puros. Isso ainda acarretaria degeneração" (STEFANO e NEVES, 2007: 448).

apresenta nos indica a preocupação com indivíduos doentes ou sadios de uma maneira ampla. O termo "raça" é por ele usado em relação à civilização de maneira geral (como para Morel, seguindo a ideia de uma unidade da espécie humana) ou à "raça" portuguesa. Também como Morel, Moniz acreditava que a degradação dos indivíduos não se daria apenas por causas biológicas, mas seria também influenciada por comportamentos, incluindo entre suas causa uma conduta sexual desregrada. Sobre esse ponto, ele elucida no prólogo da obra que as manifestações de perversão[62] se dão de formas distintas a partir da infância, posto que as "exigências sexuais e a intensidade do instinto" divergem de criança para a criança. Nesse sentido, a explicação dessa divergência estaria nas "causas exteriores ocasionais e ainda a hereditariedade, que é sempre preciso tomar em linha de conta (...)" (MONIZ, 1931: XL).

Sobre esse ponto, elucidamos, a partir do estudo de Philippa Levine e Alison Bashford (2010), que eugenia e racismo se tornaram termos quase intercambiáveis, mas que trabalhos de história vêm mostrando que intervenções eugênicas foram muitas vezes direcionadas aos "degenerados". Nesse sentido, esses autores afirmam que a eugenia nunca foi totalmente desconectada da ideia de raça, mas que os "objetos" de sua intervenção em projetos nos quais o nacionalismo racial ou a ideia de pureza racial estavam presentes, não eram, com frequência, os "estranhos" ou os "intrusos". Os indivíduos visados nessas intervenções eram, muitas vezes, sujeitos marginalizados dentro da própria sociedade, cuja existência ameaçava ideias de classe e nação – como as mulheres "feebleminded" (com déficit de atenção) no III Reich alemão, alvos de esterilização e eutanásia (LENIVE e BASHFORD, 2010: 6).

Como empecilho para o progresso, a degenerescência deveria ser motivo de preocupação médica. O tema mobilizou grande atenção de Egas Moniz, sendo recorrente o seu aparecimento no segundo tomo do livro, quando o autor se engaja na classificação de patologias sexuais e em apontamentos para terapêutica e controle dessas moléstias. A partir da leitura de *A Vida Sexual*, percebemos a consonância do pensamento de Moniz com a preocupação que Morel esboça em seu *Tratado de degenerescência da espécie humana* no século anterior: "O incessante progresso na Europa não só da insanidade, mas de todos os estados anormais que possuem uma

[62] Para Moniz, as perversões sexuais "são os desvios do ato sexual normal, isto é, a saciedade da necessidade sexual fora do fim a que ela deve aspirar, que é a perpetuação da espécie" (MONIZ, 1931: 343).

relação com a existência do mal físico ou moral na sociedade chama minha atenção" (MOREL apud MOSSE, 1996: 294).

Segundo Mário Eduardo Costa Pereira (2008), a nascente disciplina psiquiátrica encontrou na teoria da degenerescência um sólido referencial sobre o qual ancorar suas pretensões de pertencer à medicina. De acordo com esse autor, "a adesão às teses morelianas foi maciça entre os alienistas e muitos foram seus continuadores no plano teórico" (PEREIRA, 2008: 493). Amparado por essa teoria, e encontrando também no alienismo um lugar de atuação, Moniz conseguiu grande respaldo como clínico em Portugal praticando em seu consultório a psicanálise para tratamento de pacientes até 1927, com destaque para Fernando Pessoa que com ele se consultou em 1907 (MARTINHO, 2012: 3).

Egas Moniz foi médico convidado em 1918 para diagnosticar uma paciente portuguesa da alta burguesia lisboeta, Maria Adelaide Coelho da Cunha, que se apaixonou pelo chauffeur vinte anos mais novo que ela, com quem fugiu. Seu marido a encontrou e conseguiu interná-la no Hospital Conde de Ferreira do Porto. Ele e outros dois médicos de renome da psiquiatria portuguesa – Júlio de Matos e Sobral Cid – produziram relatório sobre o estado clínico da paciente, que serviu de base para sua internação (da qual só será liberada aos 77 anos de idade). Sobre o laudo, Adrian Gramary (2009) informa que foram utilizados termos médicos habituais para a época, como "degenerescência hereditária" e "loucura lúcida". O diagnóstico salientava, ainda, alterações relacionadas à menopausa[63] que teriam provocado "um recrudescimento sexual que impulsionou a doente a quebrar todas as barreiras inibitórias..." (GRAMARY, 2009: 41).

Se Freud em 1896 contesta em *L'hérédité et l'étiologie des névroses* a ideia moreliana de hereditariedade "dessemelhante"[64], na qual "determinados traços de degeneração em um ancestral podem se manifestar de maneira diferente em seus descendentes" (como a conduta desregrada do avô constituir a evidência da base hereditária para a alienação mental do neto), Moniz busca, em outros pontos da teoria

[63] A atenção dada por Egas Moniz à menopausa e sua propensão a exageros sexuais será analisada no capítulo seguinte.

[64] Freud não desclassifica, contudo, o papel da hereditariedade direta na base de comportamentos patológicos. Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), afirmava que "Sem dúvida é concebível que haja também variações na disposição originária que levem, necessariamente, e sem ajuda de outros fatores, à configuração de uma vida sexual anormal. Poder-se-ia descrevê-los como "degenerativos" e considerá-los como expressão de uma deterioração hereditária. (...) Em mais de metade dos casos de histeria, neurose obsessiva, etc. que tive em tratamento psicoterapêutico, pude demonstrar com certeza que o pai sofrera de sífilis antes do casamento (...)" (FREUD, 1996: 223).

freudiana sobre a sexualidade humana, respaldo para a sua própria em *A Vida Sexual*. Sua relação com os estudos freudianos é nosso objeto de estudo a seguir.

2.3. Egas Moniz e a recepção de Freud em Portugal

Segundo José Martinho, "o Portugal que recebe a criação de Freud no início do século XX é um país pobre, atrasado culturalmente, politicamente agitado e fortemente católico" (MARTINHO, 2012: 1). A produção de Freud, abordando sem censura assuntos sexuais, produziria, então, dois caminhos na sociedade portuguesa: o escândalo da opinião pública e a forte curiosidade sobre seus estudos, o que acontece em relação ao recebimento de seus *Três Ensaios Sobre a Teoria da Sexualidade*, publicados em 1905. Essa obra foi a primeira produção freudiana publicada em Portugal no ano de 1932, traduzida em português por Osório de Oliveira. Em nota introdutória, o tradutor, segundo Alírio Queiroz (2009), quase pedia desculpa pela publicação e defendia que Freud não era um indivíduo imoral. No entanto, sua tentativa de resguardar o conteúdo da obra não surtiu efeito e, assim como *A Vida Sexual*, a tradução foi alvo de censura do Estado Novo Português.

Teria sido Moniz, também segundo Queiroz, quem primeiro divulgou as teses freudianas em Portugal. Em um momento onde não circulavam naquele país exemplares traduzidos das publicações de Freud, Egas teria tido acesso à teoria psicanalítica de *Três Ensaios* no original alemão. Dez anos após o lançamento dessa obra, Moniz defendia a relevância dos estudos do psicanalista em "As bases da psicanálise", em 1915, na *Lição inaugural do curso de neurologia*[65] da Faculdade de Medicina de Lisboa, texto acrescido ao prólogo de *A Vida Sexual* na edição de 1916[66]. Antes da análise da teoria freudiana ser adicionada por Moniz ao referido prólogo, destacamos que este autor já associava a sexualidade à gênese das neuroses, sobretudo por influência da obra *Psychopathia sexualis* (1886) de Kraff-Ebing. Assim, na edição de 1902 Moniz afirmava que

> por vezes entraremos nos francos domínios da psiquiatria, porque tendo os órgãos genitais uma importante relação funcional com todo o

[65] Em A Medicina Contemporânea, 33, 377-383, 1915 (QUEIROZ, 2007: 38). Uma separata da *Lição* pode ser encontrada no acervo do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da USP.

[66] Na edição de 1902, disponibilizada online pela Universidade de Coimbra, não constam referências à influência de Freud na produção da obra. Pode-se ter acesso à obra por meio do link http://webopac.sib.uc.pt/search~S74*por?/.b2447441/.b2447441/1,1,1,B/l856~b2447441&FF=&1,0,,1,0#re. Acessado em 17 Nov. 2015.

> sistema nervoso, é frequente o aparecimento das neuroses e psicoses gerais derivadas de doenças sexuais (MONIZ; 1931: 330).

Nessa fala notamos, contudo, um teor organicista no que se refere ao surgimento das doenças que são o foco do estudo do tomo *Patologia*. Na introdução desse tomo, Egas explica que as perversões sexuais são denominadas por Krafft-Ebing, de uma maneira geral, sob a designação de neuroses sexuais, que teriam sua origem em causas hereditárias e abusos genitais. O médico português mantém essa teoria nas edições após a entrada de Freud e, contudo, dedica grande espaço à explicação da teoria psicanalítica, defendendo o papel psíquico na orientação dessas patologias sexuais. No prólogo, Moniz enaltece o "Mestre de Viena" por ter conseguido atrair a contribuição de psicólogos e neuropatologistas para a sua concepção pansexualista e sintetiza essa concepção ao tratar da relação dos complexos ocultos com nossos atos, abordando as inquirições de Freud nessa área. Assim, ele afirma que

> (...) de todas essas investigações averiguou-se o fato curioso de que todos os complexos, a medida que se caminha no psiquismo inconsciente, são em uma última análise, por mais disfarçados que pareçam, de natureza primitiva sexual, dando a este termo o mais vasto significado (MONIZ, 1931: XXXII).

Por esse motivo, se na edição de 1902 as perturbações no instinto sexual só poderiam surgir depois do desenvolvimento das glândulas e órgãos sexuais – visto que apenas aí esse instinto se manifestaria – passam, depois das referências à Freud, a ter sua origem "nas primeiras idades sob uma forma vaga e imprecisa" (MONIZ, 1931: 2). Para Moniz seria, então, desde as primeiras origens infantis que diversos elementos convergiriam para a formação do instinto sexual. No decurso desse desenvolvimento, surgiriam perturbações que o deformariam, gerando as anomalias que, em última instância, dariam origem às perversões sexuais (MONIZ, 1931). Dessa forma, ao corrigir explicitamente a ideia contida nas primeiras edições de que o instinto sexual se manifestava apenas a partir da puberdade, Moniz sustenta, desde a edição de 1916, que as crianças não apenas seriam portadoras desse instinto como estariam na infância as raízes de todas as perversões. Nesse momento, elas experimentariam aventuras amorosas hetero ou homossexuais, o que, segundo a terminologia freudiana, definiria a criança como um "*perverso poliformo*" (MONIZ, 1931: XXXVIII).

Também em outro texto de Moniz, *O Conflito Sexual*[67], (1921), é atribuído ao instinto sexual papel central na organização da vida pessoal e social desde a infância, sendo ele "a base dinâmica da nossa atividade mental" (MONIZ, 1921: 69). Nele, Moniz afirma ainda que em algumas faculdades de medicina os problemas derivados da vida sexual eram relegados ao segundo plano por repulsa ao tema e por isso insiste na necessidade de se "vencer esta repugnância natural e esquadrinhar nas suas origens essa força dominadora da vida do homem[68]", cujas perturbações se refletiam imediatamente no campo patológico (MONIZ, 1921: 70).

Assim, na defesa da necessidade em se vencer tal repugnância e compreender a sexualidade como força motriz da vida e do surgimento de patologias, Egas Moniz recorreu também à psicanálise. Naquele momento, a associação entre esse campo e a sexualidade se torna tão estreita que para Foucault "A história do dispositivo da sexualidade, assim como se desenvolveu a partir da época clássica, pode valer como arqueologia da psicanálise" (FOUCAULT, 1985: 123), sobretudo pela fixação do desenvolvimento sexual sobre o sistema da aliança no qual se baseia o Complexo de Édipo, teoria formulada por Freud. Segundo Márcia Áran (2008), esse complexo "é um fenômeno inconsciente que se constitui num momento de passagem que mobiliza pulsões, afetos e representações ligadas aos pais" e que em sua forma "positiva" se manifesta, tal como na história de Sófocles *Édipo-Rei*, pelo "desejo de morte do rival, que é a personagem do mesmo sexo, e desejo sexual pela personagem do sexo oposto" (ARÁN, 2009: 656-657).

Egas já se atinha à ideia da atração dos contrários – construída através do discurso médico a partir do século XVIII – desde as primeiras edições de *A Vida Sexual*. Contudo, a assimilação da teoria psicanalítica de Freud fortalece, na obra moniziana, a lógica da união heterossexual[69] como padrão de normalidade, quando Moniz afirma que

[67] Conferência proferida em plenário do Congresso Luso-Espanhol das Associações para o Progresso das Ciências em 30 de junho de 1921. Em *A Vida Sexual* Moniz faz referência a esse texto como "o estudo filosófico e clínico da sexualidade que a escola de Sigmund Freud, de Viena, veio tão profundamente modificar (MONIZ,1931: XXI).

[68] O termo "homem" faz referência a todos os humanos, uma vez que nesse mesmo texto Moniz disserta sobre o papel dominador da sexualidade também na vida das mulheres.

[69] Ressaltamos que, segundo Luciana Leila Fontes Vieira, o termo "heterossexual" teria aparecido pela primeira vez em 1880, na Alemanha, no livro em prol da homossexualidade *La Découverte de l'Âme*. Seria, assim, posterior à divulgação do termo "homossexualidade", que se deu em um panfleto anônimo desfavorável à lei contra "a fornicação não natural" naquele país, em 1869. O termo "heterossexual" reapareceu, oficialmente, em 1889, na quarta edição alemã da "Psychopathia Sexualis" de Krafft-Ebing, e a ele será associada "a 'perversão' não procriadora, como também, ligado à vida erótica 'normal' procriadora" (VIEIRA, 2009: 492).

também para o psicanalista austríaco o estado perfeito de desenvolvimento do instinto sexual seria definido pela "satisfação emotiva e o ato psico-fisiológico da aproximação sexual" e "por um objeto especial a alcançar: o indivíduo do sexo oposto" (MONIZ, 1931: XXXIII). Assim, mesmo que a entrada de Freud na obra quase se limite ao prólogo[70], o desenvolvimento normal do complexo edipiano, por ser condizente com a atração pelo sexo oposto, sustenta a elaboração anterior de Egas Moniz sobre o estado sadio do instinto sexual.

Moniz não especifica as fontes às quais recorre na sistematização de sua análise freudiana, mas o pensamento exposto acerca dos escritos do psicanalista austríaco está em conformidade com o que Freud divulgou em *Três Ensaios sobre a teoria da sexualidade* em 1905. Notamos essa assimilação quando o médico português afirma que, ao contrário do que ensina a psicopatologia tradicional, Freud chega à conclusão de que elas "*são a mesma doença resultante da perturbação do desenvolvimento psico-sexual*" (MONIZ, 1931: XXXIV), surgindo "a perversão ou a psico-neurose (quando há a repressão)" (MONIZ, 1931: XXXIX).

Essa ideia é elucidada por Freud no tópico "Neurose e perversão" em *Três Ensaios*, quando ele afirma que "*a neurose é, por assim dizer, o negativo da perversão*" (FREUD, 1996: 157). Nesse sentido, se os elementos que promovem o desenvolvimento de psiconeurores pudessem se expressar diretamente, sem desvio, pela consciência (diferente do que acontece com os psiconeuróticos, a partir do mecanismo designado recalque[71]), seriam convertidos em manifestações perversas, "em propósitos de fantasia e em ações" (FREUD, 1996: 157).

A preocupação com a o estudo das manifestações perversas da sexualidade que lemos em Freud são consoantes com as de Moniz, e notamos ambos inseridos em uma sociedade burguesa do século XIX – que se estabelecia também em Portugal, como vimos – obcecada pelo cultivo das maneiras, do respeito à privacidade e do

[70] Em relação à histeria, Moniz faz referência à concepção "benéfica" de Freud sobre a doença, sobretudo no campo terapêutico. Abordaremos essa assimilação da teoria freudiana no capítulo seguinte.

[71] Sobre o conceito de recalque a partir de estudos freudianos, Lina Schlachter e Waldir Beividas explicam que: "Com a posse da definição alemã do termo, podemos pensar em sua tradução psicanalítica para a língua portuguesa: recalque ou repressão. (...) O sujeito tem que escolher o que faz com um saber, se aceita ou não que este permaneça em sua consciência. Em todos os casos apresentados por Freud, se passa de um conhecimento, mesmo que momentâneo, de determinado conteúdo intolerável para, em seguida, devido ao recalque desse saber, passar *progressivamente* (já que inicialmente há uma dúvida) a um desconhecimento" (SCHLACHTER e BEIVIDAS, 2010: 213-214). Nas palavras de Freud, o processo de recalcamento é produzido quando algumas excitações são "impedidas por um obstáculo psíquico de atingir seu alvo e empurradas para muitos outros caminhos, até que se consigam expressar como sintomas. O resultado pode aproximar-se de uma vida sexual normal – restrita, na maioria das vezes – mas complementada pela doença psiconeurótica" (FREUD, 1996: 224).

autocontrole, "estratagemas destinados a disciplinar o caos da experiência e a dominar as pressões e as paixões" (GAY, 1995: 509). Foucault ressalta a importância do corpo e da sexualidade – e, talvez, possamos dizer do corpo sexuado – no processo e crescimento dessa sociedade e sua valorização. Para ele, diferentemente da aristocracia que afirmava seu valor na forma de *sangue*, a burguesia olhava, ao contrário, para o lado de sua descendência e da saúde do seu próprio organismo. "O 'sangue' da burguesia", para Foucault, "foi o seu próprio sexo" (FOUCAULT, 1985: 117). Nesse sentido,

> A "filosofia espontânea" da burguesia talvez não seja tão idealista e castradora como se diz; uma das suas primeiras preocupações, em todo o caso, foi a de assumir um corpo e uma sexualidade – de garantir para si a força, a perenidade, a proliferação secular deste corpo através da organização de um dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1985: 119).

O burguês que gerava sua descendência no aconchego da família era o mesmo que experimentava seus instintos com as mulheres públicas, que procurava o prazer e, ao mesmo tempo, temia suas "doenças". No contexto no qual a higiene e a defesa da raça preocupavam a burguesia que se estabelecia no poder enquanto a sífilis e a histeria abalavam seu "patrimônio hereditário", surgia daí o desejo em analisar e tratar o sexo que passava pelo crivo do discurso médico, essencial para a transferência da "simbólica do sangue" para a "analítica da sexualidade" (ROUDINESCO, 1989: 41).

E assim se dá toda a preocupação genealógica burguesa – pela qual se recorre a médicos, biólogos, eugenistas – com "a paralisia geral do avô, a neurastenia da mãe, a tísica da caçula, as tias histéricas ou erotômanas, os primos de maus costumes" (FOUCAULT, 1985: 118). As desordens neuróticas eram encaradas como perigos encontrados em patologias como a histeria que se rebelava contra regras familiares e sociais (GAY, 1995).

Freud criticava a repressão excessiva na classe burguesa, por outro lado, não defendia a transformação da consciência burguesa em autocomplacência. A inibição dos desejos agressivos e sexuais seria socialmente conveniente, colaborando "com Eros para construir cidades, acelerar as viagens, aumentar o conforto, melhorar as comunicações, prolongar a vida" (GAY, 1995: 514). Em *O mal-estar na cultura* (1921), Freud defende que os deslocamentos libidinais permitidos pelo aparelho psíquico seriam úteis na medida em que possibilitaria elevar de modo satisfatório o ganho do prazer obtido de fontes de trabalho psíquico e intelectual (FREUD, 2013). Para ele, satisfações como a

alegria do artista ao criar ou a do pesquisador na solução de problemas possuíam uma qualidade especial, seriam "mais finas e elevadas", mas a sua intensidade em comparação à saciação de impulsos "mais grosseiros" era ainda reduzida, no que residia seu ponto fraco: o de ser acessível apenas a poucos seres humanos (FREUD, 2013: 69).

Egas Moniz preocupa-se também com o "estado neuropatológico" no qual a sociedade europeia, sobretudo na "Velha Europa", estaria vivendo. Esse "estado" impeliria "as massas aos excessos e à libertinagem", causa da ruína da moralidade e do amor à família (MONIZ, 1931: 7). Ele defende, ainda, que "Os seres superiores e o homem muito especialmente perde-se em ilusões de outros objetivos, julgando-se impulsionado por outras determinantes", mas que inconscientemente a motivação última de cada atividade particular é sempre de cunho sexual (MONIZ, 1931: XI). E, contudo, explicita os perigos da sexualidade sem limites afirmando que "Pode mesmo enunciar-se a seguinte lei que a história nos demonstra: quanto mais extravagantes e mais espalhadas são as aberrações no sentido genésico, tanto maior é a decadência dos povos onde elas se observam" (MONIZ, 1931: 7). O médico teria papel fundamental na investigação e no tratamento "individual ou social" das patologias que a libertinagem e os aspectos sórdidos da sexualidade produziriam (MONIZ, 1931: 9).

A investigação e tratamento das patologias sexuais estavam, naquele momento, amparadas por distinções sexuais dentro da psiquiatria e da psicanálise, o que orienta as classificações mórbidas ao longo do tomo *Patologia*, que analisaremos no capítulo seguinte. Como Thomas Laqueur, acreditamos que essa diferenciação, presente também nos escritos de Freud, são produto de um "biologismo do século XIX que postula dois sexos com órgão e fisiologia distintos, e de um evolucionismo que garante a adaptação das partes genitais ao coito heterossexual" (LAQUEUR, 2001: 287). Na adaptação da genitália visando à relação sexual com propósito reprodutivo, Freud defende em *Três Ensaios* que nas jovens o estímulo sexual se dá a partir do estímulo clitorial – sendo o clitóris associado ao pênis como órgão de prazer. Para ele, nesse momento, a atividade sexual feminina possui um caráter inteiramente masculino[72]. No entanto, na mulher "madura", haveria a transferência do foco de prazer do clitóris para a vagina (FREUD, 1996), sendo ela o oposto do pênis e uma marca anatômica da falta de algo na mulher

[72] Sobre esse ponto, Freud explica que "Com respeito às atividades auto-eróticas e masturbatórias da sexualidade, poder-se-ia formular a tese de que a sexualidade das meninas tem um caráter inteiramente masculino. A rigor, se soubéssemos dar aos conceitos de 'masculino' e 'feminino' um conteúdo mais preciso, seria possível defender a alegação de que a libido é, regular e normativamente, de natureza masculina (...)" (FREUD, 1996: 207).

que o homem possui (LAQUEUR, 2001). Nessa transferência, o clitóris é abandonado e a vagina é carregada eroticamente, fixando sua função para o coito reprodutivo. Segundo Laqueur,

> A ideia de menina que não tem pênis e cuja sexualidade, portanto, reside no seu suposto oposto, na cavidade da vagina, eleva um "fato biológico" a uma necessidade cultural. (...) Em uma época obsecada pela capacidade de justificar e distinguir os papéis sociais de homens e mulheres, a ciência parece ter encontrado na diferença radical do pênis e da vagina não só uma diferença sexual como seu próprio fundamento (LAQUEUR, 2001: 280).

Egas Moniz, como veremos no capítulo III, defende ideia similar. O médico português não desconsidera que o prazer sexual na mulher adulta advenha também do estímulo clitorial, mas afirma que na mulher virgem a zona erógena mais sensível é o clitóris, ao passo que na mulher heterossexual "deflorada" são o útero e a vagina (MONIZ, 1931). Essas considerações, no entanto, são encontradas por Moniz em estudos do fisiologista francês Charles Rouget (1824-1904) e já estavam presentes na obra em 1902. Isso nos indica que se Freud é quem consegue grande repercussão com essa teoria do prazer feminino (LAQUEUR, 2001), ela já havia sido, de alguma maneira, sistematizada. Nos dois casos, entretanto – da mulher não virgem ou "madura" –, a sensibilidade sexual transferida para o canal vaginal parece-nos conformar o princípio materno da sexualidade feminina, visto que só através da penetração vaginal a mulher poderia tornar-se mãe. No discurso freudiano, essa transferência ganhou propensões patológicas. Na mudança da zona erógena do clitóris (dominante na infância) para a vagina e no processo de recalcamento pelo qual a moça passaria na puberdade (que elimina sua "masculinidade infantil"), residiriam os principais determinantes da propensão das mulheres para a neurose, especialmente a histeria.

O modelo dos dois sexos era assim definido em estudos diversos da biomedicina desde fins do século XVIII e Moniz encontra em vários deles contribuições para o seu estudo. Ele recorre, por fim, à Freud que concebe a sexualidade como energia primária por trás de todas as ações humanas. Pela utilização de Moniz dos estudos freudianos em sua obra é que consideramos essencial esboçar, ainda que superficialmente, as orientações de diferença de gênero que amparam os discursos do "Mestre de Viena". Inserido em um contexto mais amplo, no qual diversas produções eram orientadas pelo modelo dos dois sexos, consideramos que também seus trabalhos são produto e partícipe desse modelo. O processo psíquico do complexo de Édipo, ancorado em duas anatomias

diversas, era, por esse motivo, conduzido de maneira distinta em meninos e meninas e findaria por produzir níveis de "moralidade normal" essencialmente diferentes na mulher. Segundo Freud, em *Quelques conséquences psychiques de la différence anatomique entre les sexes* (1925), as mulheres não seriam jamais "tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens afetivas que como exigido dos homens". Ele afirma, ainda, que não se deixaria desviar dessas conclusões pelos argumentos de feministas que queriam impor "uma perfeita igualdade de posição e de apreciação dos dois sexos (...)" (FREUD, 2011: 131-132, tradução nossa).

O "pai da psicanálise" associa – assim, como diversos autores, dentre eles o próprio Moniz – a sentimentalidade ao feminino, atendo-se a padrões correntes de comportamentos historicamente construídos em torno da feminilidade. Para a historiadora e psicanalista Elisabeth Roudinesco (2003), Freud considerava as mulheres indispensáveis à civilização por serem elas os únicos seres capazes de incutir no homem o amor, fazendo-os romper com seus impulsos fratricidas. Por esse motivo, segundo ele, não deveriam ser motivadas a exercer uma profissão, militarem pela igualdade ou tentar tornarem-se concorrentes do homem, mas empenhar-se em artes especialmente femininas, como a tessitura.

Percebemos a obra *A Vida Sexual* – assim como *Três ensaios* e outros textos de Freud – inserida em um processo histórico de demarcação de diferenças sexuais. Tal processo, ao definir comportamentos de gênero e de hetero-normalização ao longo dos séculos XIX e XX, permitiu a apropriação da teoria freudiana por Moniz. Conforme elucida Luciana Leila Fontes Vieira, o empreendimento da sexologia naquele momento se deu a partir de duas tarefas distintas:

> Em primeiro lugar, procurou definir as características básicas do que constitui a masculinidade e a feminilidade normais, vistas como características biológicas distintas para os homens e as mulheres. Em segundo lugar, ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos (VIEIRA, 2009: 493).

Veremos, no capítulo seguinte, como Moniz constrói em sua obra noções de feminino e masculino a partir da fisiologia e patologia dos corpos sexuados, e de que maneira esse autor categoriza desvios sexuais, dentro das relações heterossexuais e fora delas, quando concebe, por exemplo, a homossexualidade como comportamento mórbido. Notaremos que tais desvios não se manifestariam exatamente da mesma forma em mulheres e homens, pois para Egas o instinto sexual desponta de forma distinta nos

dois sexos e por esse motivo existiriam também para cada um deles predisposições a tipos específicos de morbidade sexual.

3. CAPÍTULO III – O corpo sexuado sadio e doente na construção das diferenças de gênero em *A Vida Sexual*

> *Se uma mulher apresenta tendências eruditas, então geralmente algo não está em ordem com sua sexualidade. Basta a esterilidade para a dispor a uma certa virilidade do gosto; pois o homem, permitam-me dizê-lo, é o "animal estéril"*
>
> (Friedrich Nietzsche, Além do Bem e do Mal, 2013: 102)

Egas Moniz ao produzir a obra *A Vida Sexual* almejava que ela fosse conhecida fora dos círculos acadêmicos e que se pudesse, a partir dela, constituir um espaço didático para tratar do funcionamento normal do instinto sexual e de seus desvios, considerando de suma importância o debate sobre as misérias venéreas que, segundo ele, adoeciam as sociedades modernas. Assim, seu conteúdo deveria interessar a todos os médicos – especialmente aqueles que atentavam para assuntos de neurologia e psiquiatria – e seria também conveniente aos "leigos" (MONIZ, 1931: 10). Para Moniz

> É bem melhor que os que desejam ter conhecimentos precisos sobre questões sexuais os adquiram em livros científicos do que em documentos de uma literatura mórbida e deletéria que nada ensina de positivo e em que se não distinguem os atos convenientes dos prejudiciais (MONIZ, 1931: 10).

Destacamos que o autor afirmava não conhecer nenhuma obra que apreciasse postulados sobre a vida sexual em seu conjunto, além de ressaltar o caráter científico de suas alegações, embasadas por pesquisas de outros cientistas e de casos clínicos, o que fica claro no trecho acima quando contrapõe essa cientificidade à "literatura mórbida" e deletéria que caracterizava algumas abordagens sobre o tema. Ele respondia, assim, a críticas de "jornais ultra-moralistas" [73] que alegavam que sua obra era uma "propaganda

[73] O autor não cita quais eram os jornais.

de doutrinas subversivas e inconvenientes" e defendia, de forma contundente, o rompimento com "motivos fúteis de hipotéticas ofensas à moralidade pública" que impediriam o estudo que a vida sexual, assunto de grande relevância, requeria (MONIZ, 1931: 10).

Nesse sentido, esse médico procurou, em nome da ciência, desvencilhar-se de barreiras limitadoras à análise da sexualidade, ao mesmo tempo em que reafirmava o estatuto de legitimidade do discurso médico naquele momento. A valorização do seu lugar de fala e, portanto, daquilo que divulga em sua obra, começa na epígrafe, na qual parafraseia Ambroise Tardieu[74] ao escrever que "O ministério sagrado do médico, o obrigando a tudo ver, o permite tudo dizer" (MONIZ, 1931: 5).

Moniz contrapunha-se de maneira explícita à "falsa moral" criada pelas religiões ocidentais, orientadoras das sociedades no sentido de uma "artificial defesa dos indivíduos aos embates dos seus naturais instintos" (MONIZ, 1931: XII). Dessa forma, para ele, as religiões "fazem com que se esconda o que se deve saber em todas as minúcias, em vez de orientar, os estudiosos, com a verdade, no mais difícil problema da existência" (MONIZ, 1931: XII).

Segundo esse médico, o controle da sexualidade pela religião era, em certa medida, nocivo à ordem pública. Apenas a religiosidade, ele afirma, conseguiria diminuir ligeiramente a saciedade natural dos desejos sexuais, mas a continência sexual seria sempre prejudicial aos que pretendiam a ela sujeitar-se, independente da "ordem de ideias" que a determinasse (MONIZ, 1931: XVII). Assim, apesar de certa utilidade por ele atribuída à moralidade cristã, por sua vantajosa ação educadora para o controle da libertinagem pagã, essa moralidade era, contudo, severa[75]. Para ele, a confissão religiosa abafava o que era dito sobre o sexo, escondia-o, e seria necessário, ao contrário, conhecer e detalhar o que se passava com o corpo sexuado de cada indivíduo e então expor, divulgar de maneira técnica, a partir de um vocabulário próprio e novas categorias nosológicas, os transtornos de ordem sexual.

---

[74] Auguste Ambroise Tardieu (1818-1879), médico forense francês. Escreveu em 1957 a obra *Étude médico-légale sur les attentats aux moeurs*.

[75] Segundo Moniz, o Cristianismo, "esquecendo" as palavras de São Paulo ("as mulheres devem ser submetidas aos seus maridos, a mulher deve temer o homem"), e de São Jerônimo ("a mulher é a porta de Satanás e o caminho da injustiça"), elevou a mulher ao nível social do homem e transformou o pacto de união entre os dois em uma instituição religiosa e moral (MONIZ, 1931: 4). Teria, assim, operado uma "grande revolução, tentando fazer do amor um meio e não um fim", tendo em vista apenas a propagação da espécie. Esse "exagero", segundo Moniz, foi pouco a pouco atenuado diante das necessidades sociais. Contudo, ele afirma, por fim, que em oposição à libertinagem pagã nasceu a "moralidade severa dos cristãos" (MONIZ, 1931: 12).

Nesse sentido, acreditamos que *A Vida Sexual* está inserida no processo de instalação daquilo que Foucault define como *scientia sexualis*, um procedimento moldado de forma científica com intenção de fazer falar o paciente, de extrair dele todos os acontecimentos referentes à sua conduta sexual. Os efeitos dessa confissão eram, então, "recodificados na forma de operações terapêuticas, rompendo com as noções de culpa e pecado para adentrar no regime do normal e patológico, onde o sexo é compreendido como um campo de alta fragilidade mórbida" (FOUCAULT, 1985: 66). A ciência no século XIX conferia ao projeto de incitação dos discursos sobre o sexo uma nova forma: os desvios sexuais não eram mais pecado, como vistos na confissão religiosa, mas patologias que deveriam ser diagnosticadas e tratadas. Na confissão ao médico, diferente daquela concedida ao clérigo, não mais se intencionava que as descrições minuciosas ficassem restritas entre confessor e aquele que escuta, mas que aquilo que fosse relatado extrapolasse essa relação e servisse de exemplo a todos na sociedade, "para o bem de todos" (FOUCAULT, 1985: 27).

Assim, é a ciência, para Moniz, quem possui o poder de gerência sobre comportamentos sexuais, não mais os julgando, mas os administrando a partir de educação e tratamento dos desvios, no que Foucault, para o contexto em análise, definiu como a busca pela "tecnologia corretiva" das consideradas anomalias sexuais (FOUCAULT, 1985: 100). *A Vida Sexual*, uma compilação de vários estudos sobre a sexualidade humana produzidos na Europa e no Brasil[76] – desde o século XVIII, mas, sobretudo no XIX e XX –, tinha como proposta esclarecer a todos os que a ela tivessem acesso sobre a boa e má administração do instinto sexual. Nosso intuito, nesse capítulo, é aprofundar a análise dessa obra, buscando compreender como Egas Moniz trata da sexualidade normal e patológica de homens e mulheres.

Para ele o grande eixo da organização da vida é esse instinto, algo inerente a todos os seres humanos – e após a assimilação de Freud, considerado desde a infância – mas que se manifesta de maneira essencialmente diferente para os dois sexos. Em um estado "sadio" o homem é um ser sexual, a mulher um ser maternal. O desejo sexual faria parte da natureza masculina em uma medida diferente do mesmo para a mulher e, dessa diferença, adviria que o estado sexual patológico traçasse caminhos distintos no corpo sexuado desses dois seres.

[76] Entre os estudos citados por Moniz estão o do brasileiro da Faculdade de Medicina da Bahia Nina Rodrigues sobre estupro e violação (sem referência).

Acreditamos que Moniz, ao analisar casos clínicos acompanhados por ele e narrados por seus referenciais teóricos, não apenas divulgou classificações sobre a sexualidade normal e patológica, mas a partir delas promoveu, também, a afirmação do modelo dos dois sexos, determinando, por meio do corpo sexuado, papéis essencialmente distintos para homens e mulheres. Essa determinação, inserida na fronteira entre transtornos sexuais e psíquicos, se insere no processo de "psiquiatrização do prazer perverso" que orienta os discursos médicos no contexto de produção de *A Vida Sexual*. Para Foucault, nesse processo

> O instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo; fez-se a análise clínica de todas as formas de anomalia que podiam afetá-lo, atribui-se-lhe um papel de normalização e patologização de toda conduta (...) (FOUCAULT, 1985: 100).

As doenças alistadas por Moniz são de ordem mental, distúrbios sexuais que se inserem em uma gama nosológica, sobretudo psiquiátrica, e que, fugindo de um padrão de normalidade estratificado naquele momento, eram vistos como perigos de cunho moral. Analisar essas patologias é nosso intuito nesse capítulo, relacionando-as, em alguns momentos, aos conteúdos do tomo de fisiologia. Nesse exame buscamos mostrar que as noções de feminino e masculino são definidas por ele de forma relacional e que não estão circunscritas à sexualidade heterossexual. Se o gênero naquele momento é "colado ao sexo" de homens e mulheres no discurso médico (ROHDEN, 2001), notamos, por outro lado, que também na homossexualidade se conforma o que é ser masculino e o que é ser feminino a partir da noção de inversão sexual, corrente dos discursos médicos daquele contexto e apropriada por Moniz.

3. 1. O instinto sexual e o amor romântico

No preâmbulo de "A Vida Sexual", Egas Moniz dedica algumas páginas à definição do conceito de amor e seu lugar na sociedade. Diante dos debates sobre tal conceito naquele contexto, consideramos relevante a análise feita pelo médico português, sobretudo quando posta diante da noção de instinto sexual. Para esse autor, "A atração mutua que, especialmente na monogamia, faz a escolha do par que há-de constituir o lar futuro, e que não é mais do que uma manifestação externa do instinto sexual modificada pelo meio, chama-se *amor*" (MONIZ, 1931: 4). A constituição do lar futuro, nos seres humanos, teria como motivação a procriação, visto que, nas espécies

superiores, o instinto sexual seria "essa força que nos leva à reprodução" (MONIZ, 1931: 102).

Apesar de Moniz acreditar que influências externas (como o desenvolvimento da intelectualidade) poderiam, em certa medida, modificar as atividades instintivas, essas modificações seriam, no entanto, incorporadas pela hereditariedade como hábitos adquiridos. Recorrendo à obra *L'instinct sexuel: évolution et dissolution* (1899) do médico francês Charles Fère, Moniz explica que

> As modificações adquiridas preparam o caminho para uma variação congênita, determinam aptidões prontas a adaptar-se ao domínio da experiência. A hereditariedade dos caracteres adquiridos que, dentro de limites certos, sempre se observa, dá origem à predisposição congênita e ao automatismo (...) (MONIZ, 1931: 103).

Moniz conclui, assim, que o instinto sexual é uma "necessidade que nasce do organismo" (MONIZ, 1931: 106), um elemento congênito, assim como era para Fère um imperativo natural, e não algo adquirido. Para esse último autor, o amor nas sociedades modernas não era, essencialmente, o instinto, mas constitutivo dele. Segundo Fère, o instinto sexual era uma necessidade orgânica e psicológica, essa última representada pelo sentimento que motivava a escolha do parceiro para a fundação da família, estrutura social que permitia a preservação da espécie e da civilização (SILVA, 2014). Observamos que o autor de *A Vida Sexual* parece compartilhar dessa ideia quando afirma que "o homem[77] deseja alguém a quem se juntar pelos pensamentos, pelas emoções, pelos sentimentos" (MONIZ, 1931: 132), porém, o desejo da cópula – segundo ele puramente instintivo, como nos animais – obedeceria a motivações diferentes em homens e mulheres.

Já fizemos referência à ideia defendida por Moniz de que "O homem é essencialmente sexual, a mulher é essencialmente mãe". Nesse sentido, a manifestação do instinto na forma de amor, "o mais intenso dos sentimentos", que "domina completamente a nossa vida" seria para o homem fundamentalmente "o desejo da saciação genésica[78], e na mulher, que é menos sensual, a aspiração dum protetor e dum pai para os seus filhos" (MONIZ, 1931: 4). Tudo o que se afaste disso, afirma Moniz, "é

[77] Posto em relação aos animais, o termo "homem" nesse trecho faria referência aos seres humanos.

[78] Podemos problematizar o termo "saciação genésica" sob a representação construída em torno da virilidade na qual "O macho, entre os animais, é submetido periodicamente ao furor irreprimível do desejo e da necessidade de expelir sua semente" (CORBAIN, 2013: 31). Assim, sendo no homem um ser "essencialmente sexual", a satisfação genésica não seria apenas a "necessidade de expelir sua semente" visando a procriação, mas a busca pelo o prazer que acompanha a ejaculação.

anormal", pois "Todo o amor que não aspire a alguma dessas realizações é um amor mórbido" (MONIZ, 1931: 4-5). Ele critica, ainda, a noção de amor platônico e questiona mesmo em Krafft-Ebing[79], grande norteador de suas teorias, a defesa de que "só é verdadeiro o amor que se baseia sobre o conhecimento das qualidades morais da pessoa amada" (MONIZ, 1931: 5).

Percebemos nesse discurso a contestação de uma ideia de amor que começa a ser delineada em fins do século XVIII e que rompe com a sexualidade, embora a abarque, designada por Anthony Giddens como "amor romântico". Assim, na medida em que esse amor se separa das compulsões sexuais e eróticas, o que assume novo sentido para os dois sexos são "as qualidades de caráter que distinguem a outra pessoa como 'especial'" (GIDDENS, 1993: 51). Esse processo estaria atrelado à ascensão da razão nas sociedades modernas ocidentais, mecanismo de compreensão de processos físicos e sociais que contribui para mudanças seculares em diversos aspectos da vida social. Mesmo a ideia de "romance", como construída no século XIX, pressuporia a reflexão sobre as virtudes do parceiro – aquele que pode tornar a vida de alguém "completa" – e o seu potencial para o futuro da relação (GIDDENS, 1991).

Moniz, contudo, de acordo com o que podemos observar em nossa análise, insere-se em uma corrente de desmistificação da cultura romântica do amor "feita de sentimentalidade e arrebatamento" proposta pela literatura realista em Portugal a partir do século XIX (SANTARA e LOURENÇO, 2011: 258). Ele a desmistifica a partir do conceito de "amor mórbido" que a civilização viveria naquele momento – "especialmente na velha Europa" – no qual não se veria "a escolha da mulher robusta e forte, de bons antecedentes hereditários", "a boa mãe de larga bacia e saúde vigorosa" e sim a da "companheira inteligente, dócil e meiga" (MONIZ, 1931: 7). Para esse médico, era necessário haver primeiro "a escolha da mulher, depois a da companheira", devendo o instinto sexual prevalecer sobre o raciocínio no momento da seleção, assegurando uma melhor prole (MONIZ, 1931: 5). Em seus ditames médicos, percebemos a existência de um modelo estético de feminidade em conformidade com os parâmetros médicos analisados no capítulo II, esboçado em um corpo que deve ser, acima de tudo, apto para a concepção de bons filhos.

[79] Psiquiatra alemão (1840-1902) que foi diretor da clínica psiquiátrica do Hospital Geral da Universidade de Viena em 1892. Publicou em 1886 a obra *Psychopathia Sexualis*, na qual categorizou perversões como a sodomia, o masoquismo e o fetichismo. Segundo Mário Eduardo Costa Pereira a obra "tornou-se uma espécie de paradigma da apropriação do erotismo humano pelo discurso médico e positivista a partir do século XIX" (PEREIRA, 2009: 381).

A tendência ao amor patológico que dominava a escolha do homem – "e quase outro tanto se pode dizer da mulher" (MONIZ, 1931: 7) – estaria relacionada ao que Moniz denomina *feitiço.* Atraídos por qualidades que fugiam às prescrições do modelo feminino por ele aconselhado, alguns homens amariam nas mulheres suas aptidões artísticas, ou se apeteceriam com "infelizes que, sonham com a saúde por entre a tosse e as hemoptises, ou se tornam insubmissas em ímpetos de neurose"[80] (MONIZ, 1931: 8).

Segundo Santana e Lourenço, naquele contexto em Portugal, o termo "feitiço" assim como "narcótico", designaria para alguns autores **"**a paixão maléfica que embriaga homens incautos e destrói famílias felizes", e estaria relacionado ao excesso libidinoso na mulher, ao "furor uterino" tão prejudicial à boa ordem social (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 268). Notamos que as moças "insubmissas" de Moniz, doentes e sucumbindo a ataques neuróticos estariam, nesse sentido, em conformidade com o modelo de libido feminino desviante – de mulheres "predadoras" que espreitavam os virtuosos lares burgueses – que a literatura médica do século XIX rotulava, sobretudo, de "histeria sexual" (LOURENÇO, 2011: 268). A histeria, que trataremos nesse capítulo, foi considerada, do século XIX ao XX, a neurose feminina por excelência, ligada principalmente a excessos libidinosos.

Haveria, então, para Moniz, um trajeto de normalidade seguido pela evolução do amor na mulher e no homem. E assim, por ordem biológica e num desenvolvimento normal, o amor seria "a manifestação externa do instinto sexual no homem: um desejo emocional do corpo e do espírito a que se reúne o alívio e o prazer duma necessidade satisfeita" (MONIZ, 1931: 116). De maneira diferente se daria o desenvolvimento do amor na mulher. Se a imaginação erótica e o desejo pelo sexo feminino se manifestavam de maneira intensa no homem desde a adolescência, na mulher haveria a mesma fase imaginativa, mas os seus pensamentos e tendências eróticos eram mais retardados e lentos em sua evolução. E à "imbecilidade sexual transitória" de indecisão imaginativa da mulher na juventude, "a uma capacidade inferior ou uma pausa no desenvolvimento sexual", segue-se, automaticamente, a "dedicação amorosa, que é nela mais subjetiva que no homem, sendo muito mais fiel e dedicada" (MONIZ, 1931: 117).

Assim, se por um lado Moniz critica a idealização do amor que foge à concretização do que o instinto determina, mantém, por outro, a imagem romântica que

[80] Observamos nesse trecho uma preocupação de caráter eugênico em relação às uniões sexuais, na medida em que Moniz atenta para aquilo que considera a condição ideal do corpo feminino para a concepção de filhos saudáveis.

vê nas mulheres as "especialistas do coração" (GIDDENS, 1991: 55). Menos sensual, a mulher seria para ele mais sentimental e amorosa, assim como o era para Lombroso e Ferrero, que afirmavam que se o amor é um elemento capital em sua vida, tal fato resultaria menos de seus desejos eróticos do que de sua necessidade de proteção (SOIHET, 1989: 84). Como no ideal do amor romântico construído a partir do século XVIII, a sexualidade feminina em Moniz foi também atrelada ao casamento, considerado objetivo primário das mulheres, no qual encontrariam amparo e a possibilidade de realização da maternidade, consolidando uma imagem de mulher "respeitável" que, para Giddens, as vinculava ao lar e as distanciava do mundo exterior (GIDDENS, 1991: 58).

Na natureza biológica do corpo sexuado, observamos, Moniz encontrava os limites diferentes para as sexualidades. Segundo ele, o adolescente é impulsionado para a realização do desejo físico, que geralmente se concretiza com prostitutas, enquanto a jovem virgem "só cede depois de experimentar um certo sentimento de afeição pelo homem a que se liga" (MONIZ, 1931: 142). Após os primeiros contatos sexuais no homem, o desejo pela mulher preferida "diminui gradualmente, depois desaparece", e ele torna-se novamente livre para aventuras (MONIZ, 1931: 137). Na mulher, a necessidade imperiosa do instinto é mais rara, "já por ser menos sensual, já pelas condições sociais que a rodeiam" (MONIZ, 1931: 139). Essas diferenças organizariam o "jogo amoroso", que segundo Alain Corbain fundamentou um duplo padrão de moral a partir de século XIX. Para esse historiador, a mulher descobria o desejo quando focalizava seus sentimentos sobre um indivíduo, enquanto o homem era invadido por uma necessidade de mulher que uma parceira casual poderia satisfazer (CORBAIN, 2008).

Não poderíamos debater os modelos patológicos elaborados na obra sem essa reflexão prévia. Notamos nessa análise que o instinto sexual, para Egas Moniz, capacita de maneira diferente os corpos para a sexualidade, para o sentimento, coordena as relações entre o casal e fora dele. Ele é alocado em cada um dos corpos sexuados pela sua fisiologia diferenciada, uma fisiologia que impõe contornos diferentes de patologia e normalidade sexual. Se o corpo sexuado feminino orienta as mulheres em direção à tarefa materna e ao encontro de um protetor, seus desejos sexuais fora dessas delimitações são objeto de atenção constante, são exageros que demandam de uma maneira mais cautelosa análise e cuidados médicos.

3.2. A ciência dos opostos e os exageros sexuais da mulher

No contexto em análise, a "natureza da mulher" é tema de grande número de tratados médicos e legitima a criação de disciplinas especialmente voltadas para o sexo feminino, como a ginecologia e a obstetrícia, o que vimos no capítulo anterior. Segundo Ana Paula Vosne Martins, a "descoberta" das diferenças sexuais pelas ciências biológicas desde fins do século XVIII percorria todo o corpo feminino em busca de evidências que demonstrassem a sua especificidade. É nesse momento que a pélvis feminina – incluindo seus órgãos e manifestações fisiológicas – se torna elemento central de representação e compreensão da mulher nos tratados médicos. Para essa autora, os anatomistas, "Acompanhando transformações ideológicas a respeito da mulher e a crescente invasão dos médicos em domínios até então exclusivos das mulheres, como a obstetrícia e as doenças femininas", escolheram a pélvis como "índice anatômico da feminilidade" (MARTINS, 2004: 35).

No corpo sexuado feminino, codificou-se o que se supunha seu gênero e os valores culturais a ele atribuídos – como a maternidade – agora cientificamente e de maneira complementar em relação ao seu oposto na espécie humana: o homem. O corpo masculino, ao contrário, não exigia a mesma "minúcia" que a do corpo feminino, pois, nesse caso, o "desejo da natureza" se encontrava inscrito de uma maneira mais profunda (CORBAIN, 2012: 19). O homem era portador de valores distintos da espécie, em um conjunto de representação que o vinculava à razão e à inteligência, enquanto a materialidade física do corpo feminino tornava-se "o estigma que marcava sua total existência" (MARTINS, 2004: 111). Nesse corpo, subordinado às forças de sua própria natureza, os limites entre fisiologia e patologia eram tênues e reforçavam cada vez mais a certeza de que as mulheres precisavam do médico, sob a perspectiva de que "as desordens nos órgãos genitais poderiam gerar perturbações em toda a economia corporal feminina, causando inclusive problemas mentais" (RODHEN, 2001: 99).

No capítulo "A puberdade, a menstruação e a menopausa", Moniz dedica uma parte de seu estudo aos processos anatomo-fisiológicos que conduziam os jovens de ambos os sexos ao desenvolvimento físico e psíquico necessário para a reprodução. O título do capítulo nos indica, de antemão, que os processos que se desenvolvem no corpo feminino mereciam, por parte dele, maior atenção, ao passo que o estudo da puberdade masculina teria limitado interesse, uma vez que não se operavam no homem "as transformações psicossomáticas" observadas na mulher (MONIZ, 1931: 72).

Um órgão atuaria, para Moniz, de maneira contundente nesse momento da vida da jovem: o útero. Segundo ele

> Na rapariga púbere o útero, que até aí se conservava quase em estado embrionário, torna-se um órgão importantíssimo para o qual converge todo o organismo, que parece funcionar senão para ele. É que tudo está subordinado à concepção a que a mulher fica, depois da puberdade, constantemente exposta (MONIZ, 1931: 72).

Na mulher esse órgão possuiria caráter diretor de sua constituição física e psicológica, o que não era visto em relação a nenhum órgão sexual masculino. Para explicar essa diferença, Moniz recorre ao filósofo francês Bonald (1754-1840), para quem o homem era "uma inteligência servida de órgãos*"* e esclarece que, sem querer afirmar que seja ele o único ser inteligente da espécie, "pode-se, com certa verdade, antepor àquela definição esta outra que um ginecologista célebre deu da mulher: um útero servido de órgãos" (MONIZ, 1931: 72).

O útero, dentro desse discurso, fixa no corpo feminino a "missão" à qual a mulher estaria intimamente ligada, que subordinava seu organismo para a tarefa que deveria dirigir todas as suas atenções e cuidados: ser mãe. O processo de preparação para a função materna que a jovem vive durante a puberdade chegaria, contudo, a representar quase um "estado mórbido" e requeria, no mínimo, uma higiene particular. O elemento central no desenvolvimento desse estado patológico era a menstruação, que marcava a vida da mulher não apenas no seu aparecimento na puberdade, mas também na sua suspensão na menopausa, configurando esses dois momentos as "duas idades críticas da mulher" (MONIZ, 1931: 72-80).

Apesar de afirmar não ser possível traçar com precisão quando a primeira menstruação surgiria, Moniz enumera alguns fatores de influência em seu aparecimento, como o clima, a hereditariedade e as influências do meio. Sobre último ponto, o momento da primeira menstruação poderia estar relacionado à excitação sexual, o que Moniz esclarece em relação ao aparecimento precoce da menarca em mulheres proletárias e de classes ricas. As primeiras por estarem em contato com condutas perniciosas em leitos sem distinção de sexos e as mulheres ricas das grandes cidades, por influência de leituras de romances, de espetáculos sugestivos e contemplação de estátuas e obras lascivas (MONIZ, 1931: 87). Notamos, já nesse ponto, que a excitabilidade sexual feminina poderia marcar uma puberdade mórbida, fator não preocupante no caso dos rapazes púberes por ser visto como um comportamento normal.

O momento que antecede a primeira menstruação seria, também para Moniz, um período de latência patológica. Em alguns casos, a menarca poderia, segundo ele, eliminar desordens nervosas graves de algumas adolescentes, como a histeria e a ansiedade, agindo, assim, como reguladora do organismo e remédio para desequilíbrios mentais. Mas a ligação entre o cérebro e a menstruação, que Moniz relata a partir de autores como Raciborski[81] e Séverin Icard[82] e que comprovaria a influência da "emoção moral" sobre esses estados fisiológicos, poderia provocar fenômenos patológicos como a amenorreia e a dismenorreia. No caso da mulher dismenorreica, "que tem dificuldades na menstruação", o fluxo menstrual poderia vir acompanhado de dores intensas e estado psíquico inquietador (MONIZ, 1931: 97). Essas ideias são encontradas também em teses médicas no Brasil, como em *Das desordens menstruais nas psicoses e neuroses* (1901), do médico brasileiro Josephino Satyro Santo Rosa. Nela, seu autor demonstra que desordens no aparelho genital feminino – em particular, da menstruação – se manifestavam no estado psíquico da mulher, assim como desordens psíquicas produziriam disfunções no ciclo menstrual (VIEIRA, 2002).

Para aqueles que não acreditavam nas neuropatias menstruais, Ana Paula Vosne Martins relata que o famoso legista francês Ambroise Tardieu "respondia com 250 casos por ele mesmo observados, sendo um defensor convicto da teoria da organização nervosa do corpo feminino e das simpatias entre os órgãos sexuais genitais e o cérebro". Para esse médico, o período menstrual marcado ou não por problemas como a amenorreia ou a dismenorreia, "desempenhava um papel importante no desenvolvimento de neuroses e da loucura" (MARTINS, 2004: 167). Argumentos dessa ordem são ainda mobilizados por autores como Lombroso e Ferrero que, recorrendo a pesquisas fisiológicas, atribuem à menstruação o poder de tornar as mulheres inaptas física e intelectualmente para o trabalho, tornando-se, nesse período, mais irritáveis e mentirosas (LOMBROSO e FERRERO, 1896, MARTINS, 2004). A menstruação, assim, limitaria as competências da mulher ligando-a estritamente às eventualidades somáticas.

[81]Adam Raciborski (1809-1871), médico polonês, publica em 1844 o tratado sobre os mecanismos e riscos da puberdade feminina intitulado *De la puberté e de l'âge critique chez la femme au point de vue physiologique, hygiénique et médicale et da la ponte périodique chez la femme et les mammifères* (CORBAIN, 2008). Esse tratado sobre a menstruação permaneceu como referência obrigatória sobre o tema até o início do século XX (MARTINS, 2004).

[82] Na obra *La femme pendant la période mentruelle: Étude de psychologie morbide et de médicine légale*, o médico francês Séverin Icard (1860-1932) escreve que "A mulher é um doente, mas ela o é sobretudo em certas épocas que, doze ou treze vezes por ano, lhe lembram dolorosamente seu sexo e o papel que ele tem a cumprir" (ICARD, 1890: X, tradução nossa).

No momento da produção de *A Vida Sexual*, alguns trabalhos médicos colocavam em evidência a relação da ovulação com a menstruação[83]. Moniz afirma que, apesar de se desconhecerem por completo os laços dessa mútua dependência, existiria uma ligação inegável entre os dois processos fisiológicos. Desde fins do XIX, a compreensão de que os ovários possuíam caráter ativo na reprodução – mesmo sem o total conhecimento de seu funcionamento – foi incorporada ao esquema médico que atribuía ao corpo feminino um papel essencialmente reprodutivo. A relação dos ovários com a fecundação reforçaria, assim, a "função natural e social de reprodutora da espécie" que já se legava à mulher a partir do útero, e que produzia um ideal de sexualidade feminina inseparável de sua função reprodutiva (VIEIRA, 2002; MARTINS, 2004).

A menstruação, para Moniz como para uma vasta literatura médica sobre a mulher naquele contexto (VIEIRA, 2002), é associada ao cio dos animais e marcaria o início e o fim de sua atividade sexual. Se a tarefa procriadora é que dita a normalidade da sexualidade feminina, algumas manifestações dos exageros sexuais da mulher coincidiriam com a menopausa. Nesse momento, no qual a mulher "torna-se inútil para a procriação" e no qual ela pode manifestar hábitos e gostos que se aproximam dos do homem [84], poderia haver uma época de superexcitação sexual, geralmente de curta duração, prevalecendo a tendência de diminuição da sexualidade (MONIZ, 1931: 99-100). Haveria, no entanto, casos em que a excitação das mulheres na menopausa não tenderia à diminuição e desencadeariam estados mórbidos (como no caso de Maria Adelaide Coelho da Cunha, tratada por Moniz, cujo diagnóstico abordamos no capítulo II). Nesse sentido, uma sexualidade que foge da finalidade reprodutora, acreditamos, já estaria circunscrita ao excesso.

Ao abordar um distúrbio sexual classificado de "sexualidade exagerada dos velhos", Egas afirma que "Mulheres que, tendo sido muito assisadas e sexualmente enormes, adquirem, em avançada idade, excitações sexuais exageradas" (MONIZ, 1931:

[83] Foi em princípios do século XX que segundo Nelly Oudshoorn a "essência feminina" foi colocada não em um órgão, mas nos hormônios sexuais. A endocrinologia que nascia na década de 20 daquele século, compreendia os hormônios sexuais como mensageiros da masculinidade ou da feminilidade (OUDSHOORN, 1996: 363).

[84] A relação da menopausa e da retirada dos ovários com o surgimento de preferências e ainda aspectos corporais masculinos podem ser vistos em outras obras do mesmo contexto. Para Raciborski as mulheres que sofrem ovariectomia ou na chamada "idade crítica" teriam sua natureza física e moral totalmente transformada, aproximando-se àquelas dos homens (RACIBORSKI, 1868). Essa transformação era também defendida pelo médico Caufeynon, segundo na menopausa o corpo e as voz femininas se aproximariam das do homem (Dr. CAUFEYNON. 1902).

339) que geralmente entram no campo das perversões. Uma delas seria a manifestação da ninfomania[85] em algumas mulheres na menopausa que, demasiadamente reprimidas no período reprodutivo, poderiam desenvolver esse transtorno no futuro. (MONIZ, 1931: 342).

Assim, se para Moniz o homem é essencialmente um ser sexual, a sexualidade seria nele uma inclinação natural e, *a priori*, não desestabilizadora do organismo. Mas, ao contrário

> são anormais todos os exageros sexuais da mulher que, por vezes, os patenteia da maneira mais exibicionista e até atentatória da dignidade da situação social que ocupa, indo de encontro aos bons costumes e as conveniências sociais, deve admitir-se que esses exageros andam ligados a sua constituição neuropática (MONIZ, 1931: 342).

O "erotismo exagerado", também para Lombroso e Ferrero, contribuiria para fazer de muitas mulheres "seres não sociáveis, não buscando senão satisfazer seus desejos mais bárbaros luxuriosos nos quais a civilização e a necessidade não disciplinaram ainda a sexualidade". Tal comportamento, "anormal para a mulher comum torna-se para muitas o ponto de partida de seus vícios e de seus crimes" (LOMBROSO e FERRERO, 1896: 430, tradução nossa). Moniz, a partir de todo o seu repertório "empírico", também vê nesses exageros sexuais femininos uma anormalidade, mas sob a teoria da disfunção nervosa.

Apesar desse médico não reduzir às mulheres sua percepção daquilo que segundo a leitura da obra nomeamos como "exageros sexuais", nos interessa aqui avaliar a elasticidade da fronteira entre "normal" e "excessivo" nos casos feminino e masculino. Se, como vimos, o homem possui tendências polígamas, desinteressando-se facilmente de uma parceira em busca de novas "aventuras" (o que não é visto como anormalidade do instinto), é relevante, por outro lado, observar que Egas exemplifica outro excesso feminino citando "damas" que em Roma buscavam satisfação sexual com eunucos para evitar a fecundação, e conclui: "Esta fraude genésica constitui uma verdadeira perversão sexual da parte da mulher que a procura" (MONIZ, 1931: 340).

Em outra perversão sexual longamente analisada por Moniz, o onanismo, vemos que as diferenças intrínsecas aos sexos mudavam radicalmente sua compreensão de desvio em homens e mulheres. A masturbação, que preocupava as ciências que se ocupavam do sexo naquele momento, provocando o extenuamento dos indivíduos

[85] Nesse transtorno psiquiátrico a mulher apresentaria alto nível de desejos e fantasias sexuais.

(FOUCAULT, 1985; CORBAIN, 2005) é para Moniz um "vício deletério" que acomete crianças, homens e mulheres. Seria de todas as perversões sexuais, a mais "espalhada e conhecida", prejudicando a saúde individual, a vida intelectual e moral e o país, gerando definhamento físico e psíquico da raça humana (MONIZ, 1931: 508). Se na adolescência a masturbação não possui, propriamente, um caráter patológico, para Moniz, como ressaltam os historiadores Richard Cleminson e Francisco Molina Artaloytia, ela não deveria estender-se à fase adulta e nem ser "obsessiva" (CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012: 87, tradução nossa).

No homem, o onanismo teria como forma mais vulgar o atrito praticado com as mãos no pênis, simulando o contato com a vagina, além da masturbação anal nos indivíduos de tendência homossexual. Na mulher, as formas eram mais variadas e "mais dignas de serem estudadas", e Moniz as agrupa em masturbação clitorial (a mais praticada), vaginal, uretral, uterina, de estimulação mamária e anal, destacando que em todos esses métodos intencionava-se a excitação do clitóris (MONIZ, 1931: 512).

As motivações e as consequências das práticas masturbatórias seriam diferentes para os dois sexos. Nesse sentido Moniz explica que

> Este vício é mais vulgar no homem do que na mulher, o que é facilmente explicável pela superioridade de suas exigências sexuais. Comparando, porém, o grau de perversidade, segundo o sexo, afigura-se que a mulher viciosa será, em igualdade de circunstâncias, mais pervertida que o homem (MONIZ, 1931: 520).

É preciso, nesse ponto, elucidar dois conceitos que Moniz distingue em sua obra, distinção que ele encontra na obra *Psychopathia sexualis* (1886)[86] de Kraff-Ebing. Segundo Moniz

> As perversões sexuais (...) são os desvios do ato sexual normal, isto é, a saciedade da necessidade sexual fora do fim que ela deve aspirar, que é a perpetuação da espécie. Não deve ser confundida a perversão com a perversidade. Essa não implica necessariamente uma causa psicopatológica. Para diferenciar porém os atos filiados na doença (perversão) ou no vício (perversidade) é necessário fazer o estudo completo do indivíduo e exame normal de seus atos (MONIZ, 1931: 343)

[86] Segundo Peter Gay, o "clássico" *Psychophatia sexualis*, foi um sucesso editorial, "logo traduzido para o inglês, constantemente revisado e ampliado, o tratado chegou à décima primeira edição em 1901, apenas quinze anos depois da primeira. A essa época, a obra tinha uma posição sólida de autoridade a respeito de perversões sexuais". Segundo Gay, Freud se apoiava nela, e o que teria feito em seu *Três Ensaios sobre a teoria sexualidade* foi "complicar a questão", insistindo que sádicos e masoquistas eram também seres humanos sofredores e não uma "espécie distinta" (GAY, 1995: 205).

A mulher onanista, nesse caso, não seria mais "doente" que o homem, mas mais "viciosa" que ele, o que podemos compreender sob a luz da menor necessidade de satisfação genésica da mulher. Disso, Moniz conclui que a mulher viciosa seria mais pervertida, ou seja, sua sexualidade seria mais corrompida pelo onanismo que a masculina.

Por considerar o homem um ser mais sensual que a mulher, Moniz chega a relativizar o caráter patológico da masturbação no homem, mesmo afirmando que na maior parte dos casos atingia um estado mórbido. Notamos, assim, que a sexualidade latente do corpo sexuado masculino faria com que, em alguns episódios, a masturbação fosse apenas a exteriorização de maior necessidade genésica do homem e, quando patológico, mais ordinário no homem. Na mulher, de instinto sexual menos exigente, a masturbação adquiriria caráter mais perverso e depravado.

Essa anormalidade adjacente em relação à prática masturbatória feminina leva Moniz a dissertar sobre algumas de suas causas enumerando, entre elas: exercícios como a dança e a equitação, a posição sentada e o abuso do leito, o uso da máquina de costura e da bicicleta (MONIZ, 1931: 521). Outros excitadores da sexualidade, como os leitos comuns nas classes populares e a observação de cenas lúbricas dos progenitores, criariam uma necessidade de prazer nas crianças e adolescentes que logo se transformaria em onanismo. A cultura das belas artes era, "especialmente para o sexo feminino, um atrativo particular para a masturbação", assim como o teatro desmoralizador e a leitura de romances inconvenientes que circulavam em toda a Europa (MONIZ, 1931: 525).

As preocupações de Moniz sobre esses elementos nocivamente estimuladores da sexualidade – especialmente a feminina – estão fundadas em uma nova configuração europeia e portuguesa que começa a ser construída durante as últimas décadas do século XIX. O incentivo da prática feminina do esporte, sobretudo do tênis, equitação e bicicleta, o uso de vestes mais leves, o envolvimento dos braços nos bailes cosmopolitas e populares, os encontros de jovens em piqueniques e viagens a balneários (CORBAIN 2008; VAQUINHAS, 2011), levavam a cultura médica a olhar de maneira especial para aquilo que consideravam atos dissimulados de erotismo e a aproximação física entre rapazes e moças.

Nas primeiras décadas do século XX o *flirt*[87] ganhava a Europa e tornava-se moda "de gente sofisticada" em Portugal. Era um modelo de namoro "moderno" que Julio Dantas (1876-1962) [88] representava na fala de um jovem que explicava à companheira a impossibilidade de amizade pura e assexuada entre um homem e uma mulher: os dois sexos, para o personagem, "só se aproximavam para se amar – ou se devorar". Na perspectiva feminina, segundo Santana e Lourenço, o *flirtar* era uma forma de emancipação, de afirmar sua "livre iniciativa face às relações convencionais" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 260).

Assim como os ambientes que possibilitavam o *flirt*, os colégios são também foco de preocupação de discursos higienistas em Portugal desde fins do século XIX, considerados lugares de aprendizagem deturpada da sexualidade, propiciando fantasias e jogos eróticos, estimulando as práticas masturbatórias e homossexuais (SANTANA e LOURENÇO: 2011). Egas Moniz não deixa de citá-los como espaços de contágio da sexualidade perniciosa, encontrando nas escolas religiosas lugares de repressão humilhante ao onanismo, "à custa de confissões, meditações e rezas cotidianas", e nas escolas leigas a permissão às "amizades bem denunciadoras do contágio da masturbação". Nos colégios femininos, o onanismo não se desenvolveria "com tanta intensidade devido à natureza menos sensual do sexo feminino". E, contudo, seus dirigentes não deveriam deixar de vigiar "as raparigas menos expansivas, organicamente enfraquecidas, inativas e indolentes", procurando evitar os meios de amizades muito íntimas (MONIZ, 1931: 527). Lembremos que o onanismo é para Moniz um vício mais vulgar nos rapazes, porém de maior perversidade nas moças.

Concluímos que as consequências diferentes da masturbação para homens e mulheres se justificariam por existirem comportamentos distintos para cada um deles dentro da relação sexual normal. Para Moniz, na masturbação, assim como no coito, o homem apresentava dois sinais: agitação nervosa e ejaculação. Na masturbação, o exercício imaginativo mais extravagante alteraria de maneira mais profunda o sistema nervoso, sendo, com isso, prejudicial. Na mulher, a diferença essencial entre a cópula e

[87] O termo *flirt* é inglês e significa namorou ou o ato de namorar. Segundo Alain Corbain, a partir do estudo *Histoire du Flirt* (2000), de Fabienne Costa-Rosaz, podia ainda se tratar de práticas de masturbação recíproca (CORBAIN, 2008).

[88] Médico, político e diplomata português, famoso também por seus romances, poesias e trabalhos de dramaturgia como *A Ceia dos Cardeais* (1902).

a masturbação alteraria ainda mais essa configuração nervosa. Citando Pouillet[89], Moniz explica que

> A mulher, diz esse autor, é um ser passivo durante o ato sexual. Pode isolar-se, quando lhe aprouver, de toda a participação corpórea e moral da união genésica. Pode haver escoamento do líquido das glândulas vulvo-vaginais sem desperdício algum de excitação nervosa e sem sobressalto epileptiforme, visto faltar o espasmo sexual (MONIZ, 1931: 543).

A masturbação feminina geraria, assim, um esgotamento muito maior na mulher que o orgasmo venéreo e poderia levar a afecções sem similaridade no homem, como a metrite, carcinomas uterinos e incontinência urinária.

Para que não se desenvolvesse a prática patológica nos adultos, o perigo masturbatório na criança e no adolescente requeria para Moniz atenção das mães sobre crianças de ambos os sexos. Mesmo se as meninas eram vistas como menos inclinadas a essa prática, o número considerável de mulheres acometidas de neuroses na sociedade seria, para ele, um sinal da falta de vigília sobre tais comportamentos desde a infância. A educação das crianças sob o ponto de vista da sexualidade requeria toda a atenção dos pais, pois também ela traria riscos físicos e morais, coletivos e individuais (MONIZ, 1931). Essa noção de cuidado com as crianças, que se manifesta, sobretudo, na "guerra contra o onanismo", é para Foucault uma das estratégias de saber e poder que o dispositivo da sexualidade instaura no ocidente: a *pedagogização do sexo da criança*, que contou com a atuação da família, educadores, médicos e psicólogos (FOUCAULT, 1985, 99).

Nos adultos, segundo Moniz, o onanismo requeria o uso de medicamentos (empregados sem muito sucesso), em alguns casos cirurgias[90] e a terapêutica sugestiva, sendo essa última a de maior efeito, ao lado da higiene sexual. Haveria, contudo, outro remédio que funcionaria para algumas mulheres, sendo para elas o "único calmante de todos os desejos sexuais": o casamento[91] (MONIZ, 1931: 531). Casar rapidamente as

[89] Claude Pouillet (1791-1868), físico francês e membro da Academia de Ciências da França.

[90] Moniz cita a cliterodectomia, segundo ele em desuso "por não ter conseguido na maior parte dos casos o fim que havia em vista" (MONIZ, 1931: 551). Essa cirurgia era praticada na Europa em casos como ninfomania, masturbação e doenças mentais na segunda metade do século XIX (MARTINS, 2004). Barabara Ehreinreich e Deidre English afirmam que era ainda utilizada em casos de "crescimento anormal" do clitóris, e que a última cirurgia registrada nos Estados Unidos data de 1948 (EHREINREICH e ENGLISH: 2005: 111). Moniz menciona também a ovariotomia e a extirpação dos testículos que, para ele, provocariam uma anomalia mais grave que o estado mórbido que se pretendia tratar (MONIZ, 1931: 551).

[91] Também para Freud, os sintomas histéricos que surgiam após a abstinência masturbatória poderiam ser curados "pelo casamento e pelas relações sexuais normais". Se a satisfação sexual não fosse alcançada

moças com tendências mórbidas como a chamada "melancolia das virgens" [92] e o histerismo estava ainda entre as soluções de médicos em Portugal na virada do século XIX para o XX (SANTANA, LOURENÇO: 2011: 259). Para Alain Corbain, o sucesso da teoria neurocerebral no século XIX acentuava a ideia de fragilidade da mulher e considerava como patológicos vários comportamentos somáticos, culminando na construção da ideia de casamento como terapia estabilizante (CORBAIN, 2008: 221). Dentro da concepção de casamento como regulador da sexualidade feminina, a preservação de um elemento do corpo da mulher ganhou, nesse contexto, grande valor na perspectiva de saúde e sucesso matrimonial: o hímen. Para Corbain

> O capital da honra assim preservado tem importância semelhante ao do capital biológico constituído pela boa saúde e à importância do patrimônio, formado pelo dote (...). O corpo da mocinha, com suas qualidades de reprodução mais ou menos perceptíveis, é valorizado na medida em que está intacto, preservado de toda impureza, de todo risco de impregnação ou de contaminação e, sobretudo, da descoberta do prazer, que o esposo deve ser o primeiro a lhe revelar tornando-a, então, uma mulher realizada (CORBAIN, 2008: 228).

Egas Moniz, ao tratar da fisiologia dos órgãos sexuais, utiliza gravuras que representam as fases desses órgãos do estado indiferente ao seu desenvolvimento na mulher e no homem – conformando, então, dois sexos diferentes – além de esquemas dos órgãos sexuais femininos e masculinos (conforme pode ser observado nas figuras 2 a 5 do anexo I). Contudo, há apenas uma imagem que representa os órgãos sexuais externos em seu desenvolvimento completo, os da mulher, no qual são apontados todos os elementos que o compõem (figura 1). A essa representação dos órgãos sexuais femininos, intitulada "Vulva da mulher virgem", seguem-se cinco páginas de exposição sobre o hímen. Moniz esclarece que se ignora a função orgânica dessa membrana, sendo, contudo, bastante conhecido o seu papel perante a sociedade: "ser o guarda da virgindade da mulher" (MONIZ, 1931: 55).

---

nesse processo (devido, por exemplo, ao coito interrompido ou a distanciamento psíquico), a libido voltaria a seguir seu antigo curso, manifestando novamente os sintomas histéricos (FREUD, 1996: 80).

[92] Também conhecida como "febre amorosa" ou "clorose" – pela palidez esverdinhada e excessiva fraqueza que a caracterizava –, a melancolia das virgens, que não existe hoje como doença ("desapareceu" por volta de 1920), é vista em estudos contemporâneos como possível disfunção alimentar ou anemia (CORDÁS e WEINBERG, 2002). Era associada ao anseio das moças burguesas pelo casamento (MOULIN, 1985).

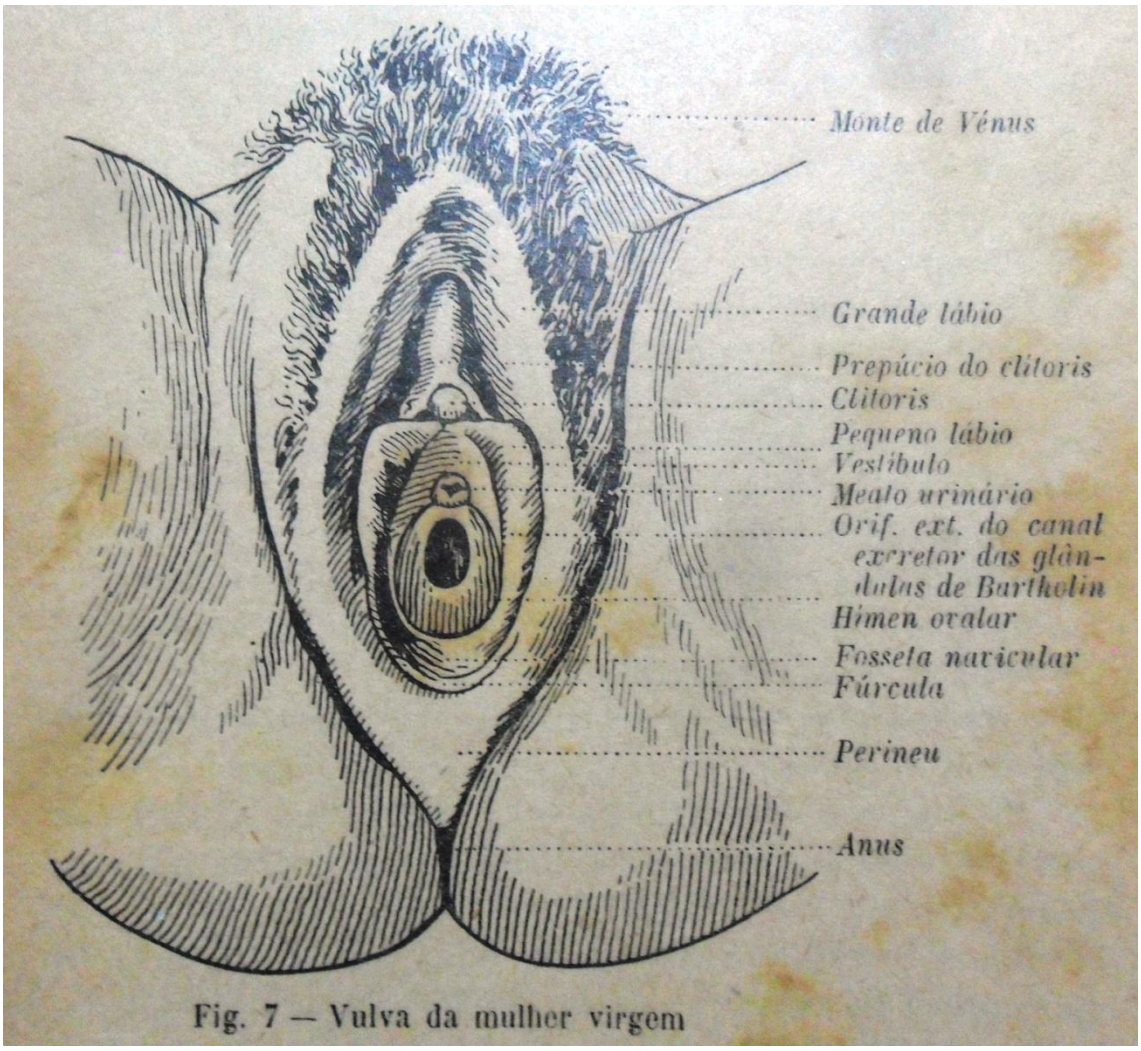

Figura 1: "A vulva da mulher virgem", em *A Vida Sexual* (MONIZ, 1931: 53)

Egas Moniz atenta para o relaxamento que o hímen poderia sofrer em mulheres virgens que se entregavam "à perniciosa prática da masturbação", advertindo que, nesse caso, o pênis poderia ser introduzido "sem provar dor nem sangue" – considerados sinais do defloramento na mulher (DUARTE, 2000) – correndo ela o risco de ser abandonada por seu parceiro (MONIZ, 1931: 56). Contudo, não apenas a mulher "viciosa" estaria sujeita a essa contrariedade, pois

> A mais imaculada das virgens pode, por vezes, ser lançada ao abandono do homem a que se juntou, quando este, desprezando as qualidades morais da virgindade, atentar apenas na vítima infeliz que pode gozar sem lhe sentir o choro e sem se manchar com sangue (MONIZ, 1931: 56).

Nesse trecho, Moniz faz referência à inexistência congênita do hímen em algumas mulheres, "essas infelizes da nossa sociedade de hoje, que a natureza desconsiderou com a ausência completa de hímen!" (MONIZ, 1931: 56). Esse fato, segundo ele, era

bem averiguado e importante sob o ponto de vista médico-legal, quando o perito tivesse que declarar se a mulher havia ou não tido relações sexuais. Haveria, contudo, outro fator a ser levado em consideração pelos futuros maridos: a virgindade moral[93]. Para Moniz

> Há também sinais gerais da virgindade, mas este, indispensáveis para o homem que pretende escolher nas sociedades monógamas a sua companheira, são pouco importantes para o médico perito. Para aquele, porem, devem esses sinais constituir, por vezes, provas bastantes. A virgindade para ele não deve ser apenas uma formação anatômica, deve ser mais do que isso, deve mesmo ser alguma coisa diferente disso. É muito verdadeira a frase de Buffon[94]: a virgindade é um ser moral, uma virtude que não consiste que na pureza do coração (MONIZ, 1931: 57).

A virgindade moral é tema de tratados médicos e jurídicos desde meados do século XIX, como na obra *Teoria do Código Penal aplicada ao Código Penal Português*, de 1857. Nela, seu autor Francisco Antônio Fernandes da Silva Ferrão (1798-1874), assim como Egas Moniz, demonstra que a virgindade na mulher não deveria pressupor apenas a existência do hímen, mas todo um conjunto de princípios morais. Segundo o autor, tratando do artigo 392 do Código ("Aquele que estuprar mulher virgem ou viúva honesta maior de doze anos ou menor de dezessete anos, terá a pena de degredo temporário"), no caso da defloração deve o jurisconsulto "atender aos que ensinam os mestres da ciência", que prestariam esclarecimento sobre a condição física da ruptura do hímen (FERRÃO, 1857: 221). Em alguns casos, contudo, a análise física não bastaria, pois uma donzela poderia ser deflorada moralmente, conservando-se materialmente virgem. Em relação a esse ponto, o autor recorre também aos ensinamentos de Buffon, afirmando que a virgindade é constituída igualmente de elemento moral e que os sinais de pureza devem ser do mesmo modo analisados pelos juízes diante da existência de mulheres que "não havendo tido coito com homem, sejam, todavia impudicas, indolentes e sedutoras (...)" (FERRÃO, 1857: 226).

[93] No início do século XX no Brasil, foram também levantados debates sobre a virgindade material e moral. Segundo Fabíola Rohden "O estudo do hímen em virgens, prostitutas, mulheres casadas ocupou eminentes profissionais como Afrânio Peixoto, que publicou uma série de trabalhos sobre o assunto a partir da observação de 2.701 casos entre1907 e 1915. Crítico severo da himenolatria que assolava o país, sua preocupação era desmantelar as concepções errôneas sobre a relação entre a virgindade e a morfologia do hímen, que levavam a diagnósticos falsos por parte dos legistas nos exames médicos obrigatórios e prejudicavam a ação da Justiça. Peixoto estava do lado daqueles que defendiam que a fixação dos juristas na virgindade material (baseada na integridade do hímen) em vez da virgindade moral (fundada na honestidade do comportamento) era um sintoma do atraso nacional" (ROHDEN, 2001: 2001a).

[94] Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), naturalista, matemático, médico e filósofo francês.

Percebemos nesses discursos a preocupação com a moralidade feminina em um sentido que exigiria o desconhecimento da própria sexualidade antes do casamento. A pureza da mulher não residiria apenas na não ruptura do hímen – que algumas não possuíam – mas no resguardo em relação a qualquer conduta libidinosa. Essa relação com a sexualidade era essencialmente diferente para os meninos, o que notamos, por exemplo, no que concerne à procura pelo aprendizado sexual com prostitutas ao qual Moniz se referiu. Em Portugal, até meados do século XX, "aceitava-se como fato inevitável que a iniciação sexual masculina se fizesse, à falta de alternativas, por intermédio das prostitutas; sabia-se que tal prática era normal, se não mesmo necessária, ao jovem que entrava na vida adulta (...)" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 262).

Se virgindade da mulher passava por uma questão moral, sua virgindade "material" não era, contudo, um pressuposto descartável. O hímen era "o sinal mais positivo da virgindade", segundo Ferrão, e a escolha da representação da "Vulva da mulher virgem", de hímen intacto – e não da mulher deflorada ou não possuidora dessa membrana –, não foi contingencial, mas respondia a demandas de ordem médico-jurídica[95] e também morais[96].

Na representação dos órgãos sexuais femininos – e não há representação análoga para os masculinos[97] – percebemos que o hímen complementa a noção médica construída em torno da pélvis feminina, agora essencialmente distinta do aparelho sexual masculino. O ventre não é mais o falo invertido, mas o útero, e os ovários não são mais testículos internos, mas elementos especificamente femininos (LAQUEUR, 2001). Para Moniz e a bibliografia médica a qual recorre, "Ao princípio as células sexuais são indiferentes, mas manifestam-se em seguida fenômenos evolutivos diversos nos dois sexos"[98] (MONIZ, 1931: 23), o que culmina em sua distinção. Os órgãos

[95] No momento em que Moniz escreve, é acrescida, no artigo 392 do Código Penal português, a pena de prisão maior celular de dois a oito anos para o estuprador, e a idade máxima da mulher é alterada para dezoito anos. No entanto, permanece a condição de que o estupro se dá apenas no caso da mulher virgem, o que o perito deveria analisar em função dos finais físicos da defloração (MONIZ, 1931: 316).

[96] Ao tratar das proibições sobre as relações sexuais consanguíneas, Moniz afirmava que "A família deve conservar a sua unidade a sua pureza coletivas. É, além disso, indispensável nas sociedades monógamas, em que há o respeito da virgindade como um dos mais fortes atrativos da mulher" (MONIZ, 1931: 317).

[97] Para Alain Corbain, "O quadro do corpo do homem, ordenado pela diferença e pela teoria subjacente da harmonia dos contrários, não é apenas preciso, igualmente, mas se encontra presente em segundo plano na descrição da mulher" (CORBAIN, 2013: 19).

[98] Para a embriologia, as células indiferenciadas que se formam a partir da fecundação passam, a partir da quinta semana de gestação, por um processo de "diferenciação sexual". Nele, as gônadas (ditas primitivas ou indiferenciadas), podem originar ovários ou testículos (PARISOTTO et al.).

sexuais externos fazem parte desse processo de diferenciação[99], e dele provém, conforme destacamos, outro componente específico à mulher, o hímen. No estudo moniziano e nos tratados médicos e jurídicos por ele mobilizados, não encontramos nenhum elemento que guardaria a virgindade masculina. Neles, não há referência a qualquer sinal no corpo masculino em relação ao impedimento do ato sexual, enquanto no corpo sexuado feminino eram encontradas justificativas para sua condição social como mãe e esposa, inibidores de sua sexualidade e fundadores da diferença sexual.

Ludwik Fleck, ao analisar representações da anatomia genital feminina do século XVII ao XX, concluiu que todas elas eram esquemas simbólicos, não fiéis à natureza, mas à teoria que as orientava (LÖWY, 2009). Assim, nenhum esquema representaria a "verdade" conforme a natureza, mas seriam retocados, esquemáticos e simbólicos, obedecendo ao estilo de pensamento dentro do qual são cunhados. Fleck via nessas imagens o desaparecimento da analogia entre os sexos e, constatava, a partir delas, que "Nas ciências exatas, assim como na arte e na vida, não existe outra fidelidade à natureza senão a fidelidade à cultura" (FLECK, 2010: 76). Moniz, ao representar um modelo de vulva virgem, conforme podemos observar, é fiel a uma cultura que encontra na existência do hímen um elemento de valorização da mulher ou de sua desventura diante da perda (no estupro ou na prática masturbatória). Se seu papel social era bem conhecido, era preciso saber reconhecê-lo anatomicamente.

Também o clitóris está presente na imagem divulgada por Moniz, mas no texto que a acompanha, a importância dada a ele e ao hímen é distinta. O texto sobre o hímen ocupa quase cinco páginas[100], enquanto a descrição fisiológica do clitóris é feita em cinco frases. O que destacamos nessa descrição é sua capacidade erétil[101], que no capítulo sobre fecundação, Moniz ressalta, "tem muito menos importância na mulher" do que a ereção masculina. Essa afirmação não é seguida de qualquer explicação, mas podemos presumir, diante de toda teoria moniziana sobre a sexualidade "maternal" das

[99] Ao relatar as transformações que se operam nos órgãos sexuais femininos e masculinos, Moniz explica que no homem "O sulco genital fecha-se e transforma-se num canal: parte esponjosa da uretra, ao passo que as partes membranosas e prostáticas são constituídas pelo seio uro-genital, que adquire mais comprimento do que na mulher. As pregas genitais soldam-se sobre a linha média para formar o escroto". Conclui, com essa observação que "Como se vê, no homem, os órgãos sexuais externos adquirem um desenvolvimento mais perfeito" (MONIZ, 1931 33).

[100] O hímen volta a ser objeto de estudo no capítulo "Heterossexualidade mórbida", quando Moniz avalia entre elas a violação e o estupro como condutas patológicas.

[101] Segundo Moniz o clitóris "é um órgão erétil impar e médio (...)" que em estado de ereção tem cerca de 2 centímetros de comprimento (MONIZ, 1931: 58-59).

mulheres, que essa importância menor seria atribuída ao fato de sua excitação não ser "fundamental" para a concepção (ou mesmo para o ato sexual).

Abordamos anteriormente o estímulo do clitóris que as mulheres virgens procuravam, de acordo com Moniz, a partir das variadas formas de masturbação por ele citadas. Ele afirmava, contudo, que as mulheres viúvas preferiam a masturbação vaginal e que a prática masturbatória clitoriana era uma explicação etiológica na separação "das pervertidas sáficas, das mulheres normais" (MONIZ, 1931: 156). Essa explicação seguia a lógica de que as mulheres defloradas não sentiriam prazer sexual apenas através do estímulo do clitóris, como as virgens, mas teriam como partes mais sensíveis a vagina e o útero. As sáficas, ao contrário das mulheres "normais", sentiriam prazer *completo* com práticas como o *cunilingus*[102] ou mesmo com a masturbação (MONIZ, 1931). Nesse sentido, Moniz não transfere totalmente o prazer feminino heterossexual do clitóris para a vagina – como segundo Freud aconteceria quando a menina se tornava mulher – pois, apesar de minimizar sua função na mulher deflorada, mantém nela a capacidade de excitação clitorial. No entanto, ao defender que a maior excitabilidade da mulher heterossexual deflorada residia na vagina e no útero, ao contrário das lésbicas que a concentrava no clitóris, entendemos que Moniz reafirmava uma noção de que a sexualidade da mulher "normal" dirigia-se para a cópula heterossexual através dos canais que permitem a fecundação.

A atribuição de prazer ao clitóris, cabe aqui destacar, data, no mínimo, do século XVI, quando o anatomista italiano Raeldo Colombo afirmou ter "descoberto" no corpo de sua mecenas o que chamou de "prazer de Vênus". Estudos como o de Albrecth Von Haller (1708 -1777)[103], no século XVIII, atribuíam à ereção desse órgão o poder de criação de deleite na mulher. No entanto, apesar dessas "descobertas", os discursos médicos nos séculos XIX e XX mantêm sua função de prazer, mas relativizam, de uma maneira geral, a necessidade de deleite sexual pela mulher e mesmo a facilidade com que o alcançariam. Segundo Laqueur, médicos como Raciborski e Willian Acton[104] declaravam, respectivamente, que "três quartos de todas as mulheres apenas aceitavam as carícias dos maridos" e que a maioria delas não tinha "nenhum tipo de sensação sexual" (LAQUEUR, 2001: 226). Egas Moniz, apesar de toda a explicação acerca da excitação sexual feminina com o clitóris, a vagina e o útero, concluía que

[102] Sexo oral praticado em uma mulher.
[103] Médico e naturalista suíço.
[104] Ginecologista britânico, Willian Acton (1813–1875) é conhecido por seus estudos sobre masturbação.

> É somente depois de alguns meses, ou mesmo de alguns anos de repetição de cópula, que certas mulheres experimentam a verdadeira sensação voluptuosa. Outras há, e de alguns desses casos temos conhecimento, que nunca chegaram a experimentar sensação alguma agradável com a prática da cópula (MONIZ, 1931: 166).

Apesar de possuírem tantos órgãos capazes de proporcionar prazer sexual, não seria fácil para as mulheres normais a sua consumação, e essa dificuldade não é atribuída à relação entre os parceiros, mas a uma constituição normal da sexualidade feminina. Ainda para Laqueur, naquele momento, "Embora se pensasse que as mulheres, como os homens, tinham excitação com ereção (do clitóris e dos órgãos internos) e ejaculação[105], 'muitas' conseguiriam isso sem sentir coisa alguma" (LAQUEUR, 2001: 226). Assim como Laqueur, acreditamos que esses relatos não nos devem fazer separar, pelos padrões modernos, o certo e o errado, mas problematizar em que medida essas concepções – em nosso estudo, acerca da fisiologia e das patologias sexuais – eram fundadas não na biologia, mas no uso que a cultura fazia dela na atribuição e papéis de gênero.

Também na falta de desejo sexual, Egas via outra patologia que acometeria as mulheres, a "anestesia sexual", em consonância com ideia corrente naquele momento de que o apetite sexual feminino tendia a extremos, "ora excessivo da ardência, ora na frigidez" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 268).

Moniz cita o caso de uma histérica, que a partir de *confissão* a ele concedida alegava "praticar o coito com seu marido por dever, mas sendo-lhe inteiramente indiferentes semelhantes relações". Conclui que "Estes casos são vulgares e, como diz Krafft-Ebing, muitos homens há que se lastimem dessa frieza da parte das mulheres a que estão ligados" (MONIZ, 1931: 341). No caso citado, que explicita uma situação "vulgar", segundo Egas, a falta de desejo sexual feminino é encarado como um problema para os homens. Uma questão que, naquele contexto, parecia ter uma solução pouco problemática para eles, visto que não recaíam socialmente sobre os maridos os mesmos impedimentos que as esposas no que tange às relações extraconjugais. Na sociedade burguesa portuguesa, ao menos, "as relações adúlteras não penalizavam socialmente os homens, e a tradicional existência de filhos ilegítimos considerava-se um delito relativamente normal desde que não perturbasse os interesses da família" (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 264). De acordo com Moniz, os casos de adultério

[105] Expedição de secreções durante a excitação sexual.

teriam na necessidade de maior número de relações sexuais uma "justificação bastante para explicar o adulterino, mas nunca a mulher adúltera, que tem necessidades sexuais – quando é normal – muito limitadas" (MONIZ, 1931: 585).

Ainda que Moniz defenda a monogamia dentro do casamento para ambos os sexos, o adultério masculino não era por ele considerado anormal como no caso das mulheres adúlteras. A preocupação com a monogamia masculina, destacamos, vinculava-se mais à preocupação com as doenças venéreas naquele contexto – que veremos, eram associadas à prostituição – do que com uma regulação da sexualidade masculina *per si*. Até meados do século XX, o desenvolvimento dessas doenças marcava tão fortemente a sociedade portuguesa que fazia aumentar a procura de homens por mulheres virgens, gerando casos de estupro e violação[106] (práticas condenadas por Moniz) (VAQUINHAS, 2011).

Nesse quadro de necessidades sexuais limitadas na mulher, uma patologia considerada especificamente feminina aparece de maneira recorrente nos tratados médicos: a histeria[107]. Esse "mal", que segundo Corbain "pesa de forma tão dramática sobre as representações femininas do século XVIII até o triunfo das teorias freudianas, aparece essencialmente como uma retórica do corpo 'dominado por instintos e paixões'" (CORBAIN, 2008: 220). Ligada à superexcitação uterina até o século XIX, a histeria transformaria a mulher normal em uma pessoa "lasciva e erótica, completamente dominada por sua sexualidade". Sua existência ameaçava a natureza feminina, conduzindo-a à irresponsabilidade se não fosse protegida por seu marido e o ambiente matrimonial – daí a principal terapia contra a histeria ser o casamento e a sexualidade que o acompanha (ELDEMAN, 2000: 74, tradução nossa).

Apesar de assimilar a concepção de Freud, que atribuía a causa dessa neurose a algum trauma sofrido pela doente[108], Moniz mantém, por outro lado, a ideia de que em alguns casos a histeria poderia ter uma base degenerativa e, que ligada a complicações

[106] Segundo a historiadora Irene Vaquinhas, o preconceito bastante difundido em Portugal de que as doenças venéreas curavam-se com o contato sexual com os órgãos sexuais virgens, contribuía para a justificativa dessas práticas (VAQUINHAS, 2011).

[107] A histeria (doença do *hystera* em grego, isso é, do útero) é uma doença associada à mulher desde a antiguidade. Na medicina grega antiga, era atribuída ao desejo não realizado da "matriz" (útero), de ter filhos. Permanecendo estéril por muito tempo, o útero se irritaria, agitando-se e mesmo deslocando-se dentro do corpo, obstruindo as passagens de ar, provocando angústia e outras doenças (KAUFMANN, 1996).

[108] Freud teria mostrado, segundo Moniz, que a histeria era derivada "quase sempre, se não sempre, de um trauma psíquico no campo da sexualidade trauma que, por vezes, é esquecido pela doente que a investigação pelos processos psico-analíticos, e posto a descoberto à luz da consciência da doente, a cura imediatamente" (MONIZ, 1931: 585).

"estranhas" (que autor não determina), poderia gerar as mais perversas manifestações. Essa doença seria ainda "muito mais vulgar na mulher do que no homem", e nela promoveria uma vida sexual "vulgarmente excitada" – que poderia, em alguns casos, estar associada às "intermitências que correspondem às épocas menstruais" [109]. E, contudo, a partir do relato da histérica sexualmente anestesiada, e de um caso de frigidez de outra paciente histérica[110] narrado pelo médico Miguel Bombarda[111], Moniz defende que a histeria seria uma neurose de suprema incoerência, pois ao lado da maior excitação genésica manifestar-se-ia também a maior frigidez (MONIZ, 1931). Seria, assim, a doença da oscilação sexual feminina entre a falta e os exageros.

Segundo Foucault, a *histerização do corpo da mulher* foi outro eixo organizador de dispositivos de atuação sobre a sexualidade desde o século XVIII. Com ele, esse corpo foi "saturado de sexualidade" e posto sob o efeito de uma patologia que ameaçava sua responsabilidade biológico-moral: "a mulher nervosa", como negativo da imagem da mãe, servia para reforçá-la. (FOUCAULT, 1985: 99).

Essa ordenação que faria da mulher o seu "sexo" – por subordinar todo o seu corpo à função reprodutora – não só ameaçava sua integralidade física, mental e moral, como a manteve aprisionada entre os limites da demasia e da carência sexual, circunscrita ao leito conjugal (ENGEL, 2007). E, contudo, a partir do relato de Moniz, notamos que o casamento seria tratamento insuficiente para algumas mulheres que manteriam os sintomas histéricos (como a paciente histérica que sofria de anestesia sexual), requerendo sempre atenção e cuidados médicos. Os ataques histéricos, entre "lágrimas" e "exibições ostensivas de vulnerabilidade e delíquios", poderiam ainda ser uma estratégia de governo feminino dentro do casamento (GAY, 1995: 303), e também fora dele. Nesse sentido, cabe problematizar como as manifestações ditas "histéricas" seriam um artifício de insubordinação feminina que, dentro daquele contexto sociopolítico, atraíram a atenção da cultura médica (MARQUES e TOLEDO: 2013),

[109] Essa ideia está presente em diversos trabalhos sobre alienação feminina no Brasil de fins do século XIX ao início do XX, analisados por Magali Engel em *Psiquiatria e feminiliade* (2007). Nos casos médicos estudados pela autora, é recorrente a ideia de que "O início e o fim do período menstrual seriam, frequentemente, considerados como extremamente propícios à manifestação dos distúrbios mentais" (ENGEL, 2000: 334).

[110] Em relato do médico Miguel Bombarda: "Rapariga de vinte e um anos, solteira. Virgem (?). Histeria genital extremamente intensa. Um toque, um beijo, baste para lhe produzir o espasmo. Há três meses a mais absoluta frigidez. (...) Quinze dias depois voltou a habitual quentura genital. (...) A histeria é nítida. Tem estigmas físicos de degenerescência" (MONIZ, 1931: 584).

[111] Miguel Bombarda (1851-1910) foi médico e político republicano português. Entre os cargos que ocupou, estão o de presidente da Academia Real das Ciências Médicas de Lisboa e do Conselho de Medicina Legal da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.

que se preocupava com os "ímpetos de neurose" – nas palavras de Moniz – dessas moças "insubmissas" (MONIZ, 1931: 8).

3.2.1. Prostituição feminina como patologia

Ao tratar das enfermidades que acometiam as sociedades modernas, Egas abordou também a prostituição feminina[112] que, segundo Alain Cobain, estava em expansão em toda a Europa Ocidental no século XIX[113]. Para Moniz, essa expansão precisava ser tratada como "um problema médico-social que deveria ser estudado como sendo um dos mais importantes fatores da divulgação das doenças venéreas e que mais escandalosamente condena o regime social vigente" (MONIZ, 1931: XIX). Entre essas doenças, foco de preocupação de políticas higienistas em Portugal de meados do século XIX às primeiras décadas do século XX, está a sífilis. Nesse contexto, os avanços da bacteriologia atribuíam ao treponema[114] a contaminação sifilítica que durante séculos era conferida a castigos pelos pecados da carne (CARRARA, 1996). No entanto, a transmissão sexual da doença a transformou em grande problema venéreo a partir do século XIX, não se limitando ao indivíduo contaminado, mas a toda uma rede de degenerescência, por ser ainda considerada uma "doença do grupo de consangüíneos, da família, da estirpe, da raça ou da espécie", inserida na lógica de hereditariedade mórbida construída naquele momento (CARRARA, 1996: 49).

Para Moniz, a sífilis constituía um perigo para a espécie, contribuindo para seu enfraquecimento e decadência. O sifilítico não deveria dar origem a novos seres, senão depois de curado (MONIZ, 1931). Seu discurso integrava uma "consciência apocalíptica" sobre os perigos de degenerescência fisiológica que pairavam sobre a "raça portuguesa" e que, nas primeiras décadas do século XX, se intensificavam na imprensa do país, sem distinção de classe social insistindo sobre a prevenção e profilaxia das sífilis e outras doenças fruto dos amores venais (VAQUINHAS, 2011).

---

[112] Ao abordar a prostituição masculina, assunto que recebe breve atenção na obra, Moniz escreve que "É esta prostituição uma das maiores vergonhas do nosso século e contra a qual os psiquiatras, e em especial os governos, deviam empregar todas as armas e a fim de a exterminar de vez. Para vergonha de nossa civilização basta a prostituição feminina que, com todos os seus vícios, policiada ou particular, imensos prejuízos tem causado às atuais gerações" (MONIZ, 1931: 460).

[113] Sobre essa expansão, diante do modelo de moralidade burguesa que se consolida na Europa no século XIX, Corbain ressalta a contribuição dos estudos de Peter Gay sobre "a moral triunfante cristã" que convivia ao lado da "hipocrisia" de uma burguesia fascinada pela fuga social e pela suposta instintividade do corpo das moças do povo e frequentava as prostitutas e mantinha amantes (CORBAIN, 2008: 183).

[114] A bactéria *treponema pallidum* é o agente causador da sífilis.

A associação entre prostituição e doenças venéreas, segundo Magali Engel, apresentava-se como um fundamento, não só para absorção da prostituição nos espaços de produção de conhecimento médico, mas também como argumento legitimador da atuação sanitária dos médicos (ENGEL, 1989). Vista como grande disseminadora desses males, a prostituição foi alvo de intervenção pública, como a inscrição das prostitutas em livros de registro de matrícula do governo civil em Portugal, a partir de 1860, e de controle médico, sob a obrigação de se sujeitarem à inspeção sanitária semanal e ao internamento hospitalar compulsivo em caso de serem portadoras de doença venérea, sob pena de pagamento de multa e detenção em estabelecimento prisional (VAQUINHAS, 2011: 334).

A prostituição era ainda, para Moniz, um problema médico por serem encontrados em quase todas as prostitutas "estigmas de alienação mental ou pelo menos predisposições derivadas das taras hereditárias que se multiplicam de maneira assustadora" (MONIZ, 1931: 371). Seria assim, para ele, uma das múltiplas formas da degenerescência. Em relação ao baixo número de gravidez entre as prostitutas, Moniz cita estudos de Parent-Duchatelet[115], autor que afirmava que "em mil prostituídas parisienses não se observou mais do que um parto por ano" (MONIZ, 1931: 374). Essa esterilidade, segundo Paulino Tarnowsky[116], seria uma consequência da falta de força procriadora de seres degenerados, que os levaria à extinção, enquanto para Laurent[117] seriam justificados por estarem as prostitutas sujeitas a afecções vaginais e uterinas, além da sífilis (MONIZ, 1931). Moniz acrescenta que, ao lado de todas essas razões, as prostitutas conheciam "melhor do que ninguém", os processos anticoncepcionais aos quais se referia em seu trabalho no capítulo "A esterilidade artificial na mulher" (que abordamos no capítulo II de nosso estudo) (MONIZ, 1931). No caso francês, o conhecimento dos preservativos e pressários justificaria o baixo número de fecundidade entre as prostitutas, a quem estudos atuais atribuem a disseminação, ainda que limitada, dos métodos do "amor sem risco" (CORBAIN, 2008: 230).

---

[115] Alexandre Parent du Châtelet, médico higienista francês (1790-1836). Sua *obra La prostituition dans la ville de Paris* foi publicada postumamente, em 1936.

[116]Médica russa que desenvolveu trabalhos na área de psiquiatria e craniologia. Seu trabalho *Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses* (1890) se dedica à classificação somática das prostitutas.

[116] Pauline Tarnowsky, médica russa que desenvolveu trabalhos na área de psiquiatria e craniologia. Seu trabalho *Étude anthropométrique sur les prostituées et les voleuses* (1890) se dedica à classificação somática das prostitutas. Moniz escreve Paulino Tarnowsky, e não Pauline Tarnowsky, ao se referir a ela em sua obra, tratando-a por "ele".

[117] Dr. Émile Laurent (1861-1904), francês, em *Prostituition et dégémérescnense* (1889).

Vistas como perigo para a moralidade e saúde pública, era necessário, para os discursos médicos, categorizar as prostitutas. Egas Moniz, assim, defende no capítulo "Heterossexualidade mórbida" que "Sob o ponto de vista psico-biológico as prostitutas apresentam ainda certos caracteres típicos, que lhes são comuns e lhes dão uma fisionomia moral que as distingue de outras mulheres. É notável a sua mobilidade de caráter" (MONIZ, 1931: 375). Seguindo classificações de Paulino Tarnowsky, Moniz as divide em dois grandes grupos: as prostitutas de baixa intelectualidade e as de constituição neuropática. No segundo grupo, estão as prostitutas histéricas e as impudicas, às quais nos ateremos pelo teor de "anormalidade psíquica" a elas atribuído e por nelas percebermos mais explicitamente o caráter "neuropático" que Moniz atribuiu à constituição sexual feminina propensa a desvios dessa ordem (MONIZ, 1931: 376).

Entre as prostitutas histéricas, esse autor informa que raramente percebe-se a noção de moral e que, geralmente, começaram precocemente a vida sexual, possuindo amantes quase desde a infância. Observamos anteriormente que, mesmo após afirmar que a histeria teria sua causa em traumas sexuais (seguindo as ideias de Freud), Moniz manteve a noção de que essa patologia poderia ser fundada em fatores hereditários. Esse teor congênito é também mantido em relação a essa categoria de prostitutas, pois seriam arrastadas para a prostituição por "mero diletantismo" (MONIZ, 1931: 378). Nas prostitutas impudicas, ver-se-ia mais um desvio moral que sexual, "tanto que por vezes se encontra uma precocidade da prostituição moral acompanhada da mais escrupulosa virgindade", como no caso apresentado por Krafft-Ebing e citado por Moniz, no qual a "prostituta moral" sentia prazer masturbando os homens com a boca ou com a mão, pois segundo ela assim "sentia melhor o homem". Elas seriam ainda dotadas de uma frigidez sexual que Lombroso e Ferrero[118], segundo Moniz, atribuíam a uma adaptação darwiniana, tornando o ato genésico insignificante moral e fisicamente, tido apenas como algo lucrativo, realizado sem dispêndio nervoso apreciável (MONIZ, 1931: 380-381).

As impudicas, gostaríamos de salientar, eram para ele destituídas de um sentimento "que se encontra em quase todas as outras prostitutas, por vezes até com a

[118] Destacamos a influência dos trabalhos de Lombroso e Ferrero em relação às prostitutas a partir da obra *A mulher delinqüente, a prostituta e a mulher normal*, de 1893 na qual as concebiam como "degeneradas natas", um equivalente feminino do "criminoso nato" de *O homem delinquente*, de 1876 (RAGO, 2008) Nesses trabalhos, os autores procuram classificar essas duas "categorias" de indivíduos de acordo com medidas antropométricas e análise de seu "caráter".

mesma intensidade que se encontra nas mulheres normais: – o amor maternal" (MONIZ, 1931: 381). Nesse sentido, percebemos que, entre as categorias de prostitutas utilizadas por Moniz, há uma gradação que atribui a essas últimas um caráter ainda mais anormal: sua incapacidade de manifestar amor maternal.

As quatro categorias de prostitutas deveriam, todavia, ser vistas sob o prisma da patologia. No começo de suas elaborações sobre a prostituição na obra *A Vida Sexual*, Moniz questiona a capacidade de um ser humano saudável mental e fisicamente em se entregar dia e noite ao ato genésico. Nesse sentido, as prostitutas, como ressalta Maria Rita Lino Gardel, revelariam, aos olhos de Moniz, uma degenerescência de ordem física e moral, noção defendida por um pensamento médico dominante entre fins do século XIX e início do século XX. Concluímos, assim como essa autora, que para Moniz e os autores com os quais dialoga em sua obra, era a atividade sexual feminina que incitava a categorização patológica dessa prática, não sendo questionada, por outro lado, a incapacidade dos homens em refrear seus impulsos sexuais. Naquele momento, como vimos, a prostituição era tolerada socialmente e Egas faz referência à sua procura por parte de adolescentes virgens, prática amplamente consentida em Portugal. Sobre o homem, um ser sexual por natureza, não recaíam questionamentos sobre a busca de conhecimentos sexuais e prazer através da prostituição. Podemos, ainda, problematizar a fala de Moniz em relação à virgindade masculina que citamos no capítulo anterior, na qual esse autor se posiciona contra o casamento virgem por parte dos homens, achando-o mesmo irrealizável. Em uma sociedade onde se primava pela virgindade feminina antes do casamento, com quem os futuros esposos saciariam seus desejos sexuais? Por esse viés, reafirmamos, a patologização da prostituição atribui um caráter desviante da sexualidade feminina, e não da masculina. Ela era assim concebida como uma prática que fazia recair sobre as prostitutas um estigma de doença que, por outro lado, corroborava o que Moniz defendia em torno de uma sexualidade sadia para as mulheres: uma sexualidade que se voltava para a reprodução e que deveria ser praticada dentro do casamento. Lembremos de que, como defende Geoges Canguilhem, "Estar doente significa ser nocivo, ou indesejável, ou socialmente desvalorizado" (CANGUILHEM, 1978: 93). Nessa perspectiva, atribuir à sexualidade feminina um caráter patológico fora da finalidade de concretização da maternidade é desvalorizar essa sexualidade em prol do que se construída em torno da normalidade sexual feminina exigida socialmente.

É ainda fundamental citar que Moniz critica a atribuição da prostituição à miséria econômica da mulher, argumento que, segundo Margareth Rago, era levantado

em alguns tratados médicos e jurídicos produzidos na Europa entre meados do século XIX e primeiras décadas do XX (RAGO, 2008). Dessa forma, o médico português conclui que

> Costuma-se dizer que há prostitutas honestas que, se caíram no vício, foi devido à miséria ou a incitações estranhas, mas esta afirmação tem apenas um valor relativo. Com efeito, se certo número dessas infelizes puderam ser arrancadas à sua vida e entregues a uma existência normal, desde que alcançaram um ganha pão que lhes assegurou a subsistência, a maior parte tem voltado, ao fim de certo tempo, a mergulhar-se na prostituição que lhe obrigaram a deixar (MONIZ, 1931: 368).

Moniz seguia, assim, outra tendência presente nos meios acadêmicos da medicina, que nas palavras de Magali Engel, vinculava a prostituição ao "prazer excessivo" e à "não-reprodução", inserida no âmbito da sexualidade pervertida (ENGEL, 1988) e, acrescemos, degenerada. Para essa autora, dentro de tal panorama

> a prostituta é classificada – ao lado do libertino, do pederasta, do onanista, do sodomita, da lésbica, da ninfomaníaca – entre os tipos que apresentam um comportamento sexual desviante, segundo os critérios médicos de avaliação. A noção de desvio utilizada na elaboração desta tipologia traz explícita a percepção da sexualidade doente como uma distorção da natureza e, assim, a perversão sexual, qualificada na antifísica e do antinatural, é identificada como doença do organismo (ENGEL, 1988: 72).

A prostituição em *A Vida Sexual* foi também concebida como lugar de uma sexualidade doente, sob a definição de excesso de prazer e atividade sexual sem finalidade reprodutora. Assim como os outros desvios sexuais que analisamos com foco no corpo sexuado feminino, a sexualidade da prostituta fugia do ideal de prazer comedido – nesse caso, pelo exagero – que garantiria a reprodução da espécie e a integridade do corpo (ENGEL, 1988). Esse ideal era visto como essencial em diversos estudos médicos para a manutenção do casamento e para a concepção de filhos. Se muitos cientistas naquele contexto "definiam a mulher normal como alguém que tinha uma necessidade sexual muito mais baixa do que a do homem" (RAGO, 2008: 170), a total ausência de desejo poderia levar a mulher a sentir repulsa pelo ato sexual, algo que a impediria de realizar a maternidade (ENGEL, 2007).

Percebemos no discurso moniziano uma defesa dessa noção "econômica" para a sexualidade feminina. Concebemos, diante da leitura de sua obra, que o excesso de libido feminino configurava em um estado patológico, precisamente por ser a mulher

considerada por Moniz como um ser menos sensual e possuir um instinto sexual voltado para a maternidade. Se originalmente ele não percebe naturalmente nas mulheres o mesmo estímulo à satisfação genésica que seria inerente aos homens, quando essa excitação aparece, é entendida no campo da patologia. A falta, contudo, permeava uma ideia de "frigidez natural" feminina, que passa por noções como passividade sexual. É ao homem, ser sexual por excelência, que cabe a parte ativa na procura da parceira e no coito e, por isso, a natureza o teria capacitado com uma violência necessária para a vida civil e sexual. Na exacerbação dessas características "naturalmente" femininas e masculinas (passividade e violência), a medicina encontrou patologias que contribuem para o reforço da teoria da diferença sexual: o masoquismo e o sadismo, que analisaremos em seguida na obra *A Vida Sexual*.

3.3. Masoquismo e Sadismo

As doenças sexuais representam para Egas Moniz um desvio da norma de sexualidade sadia por ele assim definida: "São normais as relações entre o homem e a mulher no estado adulto, havendo mútuo consentimento, e sem manifestação de perversão do instinto que domina essas relações". (MONIZ, 1931: 345) Nesse sentido, o autor preocupou-se em determinar ao longo do livro as manifestações perversas do instinto sexual, que nos heterossexuais se manifestavam, por exemplo, em comportamentos sádicos e masoquistas.

Na categorização do sadismo[119], Moniz se atem à noção de Krafft-Ebing de que os atos sádicos seriam mais vulgares nos homens do que nas mulheres, e explica

> Nas relações de dois sexos é o homem que escolhe o papel ativo e mesmo agressivo, ao passo que a mulher se limita ao papel defensivo. O homem pretende conquistar e vencer a mulher; esta é, quando mais não seja, obrigada pela decência a pôr-se em defensiva durante algum tempo, o que tem grande importância psicológica. (...) O sadismo não é por conseguinte senão o exagero patológico de certos fenômenos acessórios da vida sexual que se podem produzir em circunstâncias normais sobretudo no homem (MONIZ, 1931: 387).

[119] Partindo da definição de Krafft-Ebing de sadismo, Moniz esclarece que o sadista consegue prazer "causando à sua vítima sensação de dor, isto é, no máximo da paixão voluptuosa o indivíduo procura provocar uma dor à pessoa amada que, nos casos de tratar-se de psicopatas e com falta de sentimentos morais que os dominem, podem chegar aos últimos excessos" (MONIZ, 1931: 387).

O médico português afirmava que o homem "normal" quase sempre apresentava pequenos episódios de sadismo durante a vida, enquanto essas manifestações seriam raríssimas na mulher. Tal doença seria tão intrínseca ao sexo masculino que é a partir dele que a definição utilizada por Moniz se organiza, apresentando-se como uma patologia que provém do caráter agressivo que o homem naturalmente possuiria, podendo "exagerar-se e até degenerar em uma tendência capaz de subjugar completamente o objetivo dos seus desejos, indo até seu aniquilamento à própria morte" (MONIZ, 1931: 387-389).

Mais recorrente na mulher seria o aparecimento do masoquismo, que ele define como "emprego da crueldade e da violência sobre si mesmo para provocar a voluptuosidade" e não era "senão o agravamento daquela passiva subjugação em que *[a mulher]* se coloca junto ao homem", sendo, nesses casos, "difícil marcar os limites entre o que é normal e o que deve considerar-se patológico" (MONIZ, 1931: 414). Seria, nesse sentido, "o inverso do sadismo" (MONIZ, 1931: 408).

Moniz, contudo, se insere em uma perspectiva mais ampla que atribui à mulher uma passividade produzida por sua constituição biológica. Em síntese, a partir da análise dos diversos conceitos de deficiência atribuídos cientificamente à mulher na obra *A mullher criminosa e a prostituta* de Cesare Lombroso e Guglielmo Ferrero, Rachel Soihet aponta que, para esses autores

> É somente quando o macho, sendo o mais forte, obriga a fêmea a sofrer sua dominação e a satisfazer sua sexualidade mais ardente, que o amor se estabelece na fêmea. Os mesmo fenômenos observados em embrião[120] na fêmea seriam encontrados na mulher (SOIHET, 1989: 87).

A passividade e frigidez inerentes ao sexo feminino seriam ainda, para eles, encontradas em todas as fêmeas do mundo zoológico (SOIHET, 1989). E assim submissas, para os referidos autores, as mulheres "se colocam ante o homem amado como diante o Deus de sua existência, submissas e se mortificando, baixando a cabeça, resignadas a tudo, quase felizes de sofrer" (LOMBROSO e FERRERO, 1896: 188, tradução nossa).

Para os dois casos (sadismo e masoquismo), apontamos para uma essencialização do que é ser homem e ser mulher construída a partir de um discurso de

[120] A referência ao "embrião feminino" aparece ainda na obra desses autores, quando justificam a passividade organicamente feminina, devida "basicamente, à imobilidade do óvulo comparada à mobilidade do espermatozoide" (SOIHET, 1989: 82).

comportamentos patológicos compreendidos como excesso de condutas consideradas normais[121]. No caso do sadismo, chama-nos a atenção a afirmação de que o homem pode manifestar-se sádico em alguns momentos sem que seja considerado necessariamente um desvio à norma. Nessa perspectiva, os estudos de Georges Canguilhem em *O Normal e Patológico* (1966) nos servem de base analítica. Na medida em que Moniz encontra na patologia o exagero de um estado que considera normal, ele institui em um discurso normativo a violência masculina como regra, como o fez Krafft-Ebing. Assim, o homem normal, em um estado saudável, seria possuidor dessa violência inata. Tal modelo patológico conformaria, desse modo, um traço inerente à saúde masculina, sendo a saúde para nós, em conformidade com o que elucida Canguilhem, um conceito normativo que define um tipo ideal de estrutura e de comportamentos orgânicos – e aqui acrescemos, psíquicos.

Sobre um caso de agravamento de violência inata masculina, Moniz relata que o marido, "depois de algumas tentativas infrutíferas de intromissão" em sua esposa, que se recusou então a continuar o ato sexual alegando dor extrema, "praticou *[com ela]* tais atos de brutalidade que os levou a uma separação". Por fim, afirma que o marido "era um verdadeiro faminto sexual". O defloramento[122] para ele transformou-se num ato sádico que o desejo do momento altamente agravou (MONIZ, 1931: 159).

À violência sexual masculina contrapõe-se a submissão feminina, tão intrínseca à mulher que torna difícil determinar em que ponto ela deveria ser considerada doente em função dessa conduta submissa (MONIZ, 1931). Essa contraposição no âmbito da sexualidade, acreditamos, foi essencial para a concretização do modelo moderno de masculinidade cujo significado, para Peter Gay, foi elaborado em concorrência com a feminilidade. Esse autor afirma que "sem o culto da feminilidade, que era essencial para a cultura burguesa do século XIX, o álibi para a agressão masculina fica incompleto". Ainda para esse autor, o culto da masculinidade não foi uma invenção moderna, mas transformou-se na medida em que não se visava mais as exibições no campo de batalha, mas a energia masculina no comércio, indústria e política. Diferente de outras racionalizações do século XIX, esse culto teria dependido "menos da ciência do que da

[121] A agressividade no homem e a passividade na mulher são considerados tão inerentes aos corpos sexuados em um estado normal que, nos casos de sadismo e masoquismo – exageros sexuais desses comportamentos – Moniz afirma que as alterações genésicas não podem ser exclusivamente atribuídas às taras hereditárias, vendo nessa associação um exagero dos psiquiatras que os categorizam sob esse aspecto (MONIZ, 1931).

[122] Sobre o desejo da dor da mulher pelos homens, no ato do defloramento, Moniz escreve que esse comportamento faz com que o defloramento seja em alguns casos "um verdadeiro fenômeno sádico (...)"(MONIZ, 1931: 56)

tradição". Considerados, contudo, que a naturalização de comportamentos amparada pelo modelo dos dois sexos nos séculos XIX e XX – que se deu ao lado da patologização desses comportamentos como uma exacerbação de um estado natural – colaborou de maneira decisiva para a demarcação do masculino e feminino naquele momento. Em um contexto no qual Thomas Babington Macaulay (1800-1859)[123] escrevia que "Os, maridos, por mais decentes que fossem, não se envergonhavam de bater nas esposas", as teorias patologizantes da sexualidade pareciam reafirmar, agora dentro do discurso sobre o sexo, a normalidade da agressividade masculina.

A violência masculina atrelada ao ato sexual no contexto europeu, mesmo dentro do casamento, era corrente nas classes médias, na qual "maridos surravam suas esposas mesmo depois da gravidez, obrigavam-nas a manter relações sexuais mesmo depois do parto, estupravam-nas ou sodomizavam-nas" (GAY, 1995: 206). Uma "complicação" para esse fator seria que até a década de 1860 e, em algumas sociedades, ainda posteriormente, "uma imprecisa área cinzenta na lei e na opinião cultural dava aos homens dispostos a ser violentos, ou mesmo viciosos, amplas oportunidades de desabafar seus impulsos agressivos" (GAY, 1995: 206). As feministas, nesse sentido, acusavam uma cultura dominada por homens de permitir que os maridos fossem financeiramente exigentes, fisicamente abusivos e sexualmente tirânicos com suas esposas[124] (GAY, 1995).

Em Portugal, de fins do século XIX ao início do XX, circulavam manuais de divulgação científica que abordavam a regulação da sexualidade dentro do casamento, dirigidos, sobretudo, aos homens, nos quais havia a preocupação com o comportamento agressivo desses dentro da relação sexual (SANTANA e LOURENÇO, 2011). Um deles, de Sylvanus Stall, intitulado *Tudo que o homem casado deve saber* (1910), aconselha os maridos a não exigirem prazer na defloração e nem se admirarem se não houver sangue nesse ato, pois não haveria maior prova de virgindade que o pudor feminino. Respeitando esse pudor, os homens recém-casados deveriam ser compreensivos diante da natural relutância da noiva, pois, segundo Stall, o "botão da flor do amor físico não pode ser aberto rudimente" (STALL apud SANTANA e LOURENÇO, 2011: 272). O manual do Dr. Debay, que também circulou em Portugal,

[123] Historiador e político britânico.

[124] As criminalizações da violência doméstica e, em particular, do estupro marital estão entre as discriminações de gênero que mais desafiam a dicotomia público-privado, em qualquer de suas versões. Afinal, mesmo na concepção mais restrita de privado do liberalismo de influência romântica, pode ser difícil justificar a intervenção estatal em relações conjugais que pertencem à esfera de intimidade (CYFER, 2009: 137).

pressupunha igualmente a aversão da mulher aos primeiros atos sexuais. Ele as aconselha a simularem o espasmo de prazer em prol de agradar o marido, pois "este inocente embuste" seria permitido quando se tratava de ligá-lo pela afeição (DEBAY apud SANTANA e LOURENÇO, 2011: 272) Aconselhava-as, também, "a nunca recusarem seus maridos" (LAQUEUR, 2001: 243), assim como Fisher-Dückleman, autora de *A mulher médica de sua casa* (1908), recomendava às esposas a nunca se abdicarem de cumprir com o seu dever (no leito conjugal) (SANTANA e LOURENÇO, 2011).

No fingimento do espasmo de prazer, no ato sexual visto como obrigação para a mulher casada e na relutância natural da noiva, esses discursos presumiam a mesma passividade feminina que Moniz, sobretudo a partir dos estudos Kraff-Ebing, atribuía às mulheres. O caráter passivo, atrelado ao pudor, à castidade e à menor demanda sexual atribuída ao organismo feminino, poderia se transformar em masoquismo, no prazer de ser subjugada e mesmo violentada no ato sexual.

No masoquismo, que encontrou sua base na submissão natural feminina, residiria, segundo Martha G. Narvaz, o problema da culpabilização das mulheres em teorias e práticas psicológicas. Essa era uma ideia perpetuada nos escritos de Freud, que também defende o masoquismo como tendência autenticamente feminina. Reside aí o perigo de edificação e validação de dispositivos de naturalização da violência e legitimação da submissão feminina quando "imputam às meninas e às mulheres o estatuto de cúmplices que desejam as violências sofridas, uma vez que, masoquistas, *gozam* com elas" (NARVAZ, 2010: 49).

É na problematização da construção dessas ideias como fruto de um contexto histórico de abalo de questões em torno dos papéis de gênero que intencionamos o estudo do sadismo/masoquismo. Acreditamos que no binarismo patológico essencializam-se características historicamente atribuídas aos sexos de maneira oposta e notamos essa oposição na obra *A Vida Sexual*. É ao homem, naquele contexto, que cabe conduzir os atos sexuais, um pressuposto da virilidade na harmonia dos prazeres (CORBAIN, 2013). Na elaboração do ideal de virilidade que se configura no século XIX, a necessidade do ato sexual torna-se um elemento central, para o qual são exigidos do homem vigor e energia. Nessa concepção, "Uma certa violência, a rapidez do ato, favoráveis, pensa-se, à ejaculação, é o que se espera do indivíduo em plena posse de suas qualidades viris" (CORBAIN, 2013: 155). E aí reside a preocupação que começa a se conformar, dentro dos estudos médicos, com a agressão com que a perda da

virgindade feminina poderia acontecer, ao mesmo tempo em que a naturalização dessa violência presumia que a mulher a acatasse (se não a apreciasse, por tendência masoquista).

Acreditamos que na teorização do sadismo e do masoquismo são reforçadas no binômio masculino/feminino noções de agressão e passividade atribuídas aos dois gêneros, respectivamente. Sobre o quadro revelado pelas obras científicas em torno da virilidade – conceito que se soma, e mesmo se confunde naquele momento, ao de masculinidade – Alain Corbain expressa uma inquietação ao escrever que não se sabe se esse quadro resulta unicamente das observações de anatomia, fisiologia ou psicologia do homem ou se seria uma nova roupagem "de antigas normas e a vontade de manter uma dominação" (CORBAIN, 2013: 22). Entretanto, assim como Thomas Laqueur, acreditamos que a codificação científica da diferença é dependente de uma conjuntura de disputas políticas e mudanças culturais em torno dos gêneros (LAQUEUR, 2001), no qual o sexo (no sentido foucaultiano) torna-se um elemento constitutivo. Não afirmamos, contudo, que cada cientista encontrava em suas observações elementos para a diferenciação sexual motivado por uma intencionalidade consciente, mas que, inserido em uma ideologia da diferença sexual, pudesse realmente vê-las. E essas percepções conformam, fora dos tratados científicos, uma organização social.

Encontramos essas noções em escritos como *Histoire de l'homme sur le point de vue sexuel*, do médico francês Dr. Caufeynon. Segundo ele, "a virilidade atribui naturalmente essa supremacia ao homem sobre a mulher pela audácia, pela força corporal, pela generosidade da coragem" e encontra, para tal argumento, a justificativa na fisiologia masculina – precisamente, na força da secreção espermática – que, no fim, explicaria o domínio do homem nos negócios (CAUFEYNON, 1904: 27, tradução nossa).

A agressividade, mobilizada por Moniz e tão cara à teoria do contrato social – do qual os homens é que participam[125] – é masculina (PATEMAN, 1993). Ela não é inventada ou atribuída ao homem no século XIX, mas encontra reforço na teoria sádica elaborada por Krafft-Ebing e divulgada por Moniz (entre outros autores), que percebe

[125] Para Rousseau, um dos contratualistas mais célebre e cujas obras são objeto de diversas leituras contemporâneas sobre a diferença sexual, o homem em estado natural não é agressivo, mas as adversidades externas o levam a sê-lo, sobretudo porque a natureza tende a levar os fracos ao padecimento (RUZZA, 2009). E é a agressividade que capacita o homem para a defesa e sobrevivência na sociedade dos lobos rousseauniana (ALMEIDA, 2009), pois nas diferenças entre os sexos e sua união, resulta, para Roousseau, que um deve ser "ativo e forte" e o outro "passivo e fraco" (ROUSSEAU apud LAQUEUR, 2001: 247). Ao primeiro (ao homem), é que cabe o jogo político e social.

nessa perversão, ao lado do masoquismo, uma expressão em demasia do que o instinto sexual normal comporta. Essas categorias patológicas, inseridas no campo da psiquiatria, contribuíram, também, para a diferenciação de homens e mulheres fundamentadas no corpo sexuado. Estão ainda presentes na organização patológica atribuída à homossexualidade naquele momento.

3.4. Homossexualidade mórbida

Em um contexto europeu cada vez mais centrado em preocupações de ordem moral e higiênica e com a perturbação de taxas de natalidade em vários países, a homossexualidade foi vista, a partir de meados do século XIX, sob o estigma da anormalidade. Tema de obras de diversos cientistas iminentes, como Krafft-Ebing, Ambroise Tardieu e Moll[126] (mobilizados por Moniz), era considerada um "desvio" sexual de perigo individual e coletivo. A homossexualidade – reprimida em uníssono pela sociedade, Igreja e ciência em Portugal – era motivo de "escândalos" que repercutiam na imprensa daquele país. Alguns autores preocuparam-se em abordá-la sob a perspectiva médica, para a qual era preciso nomeá-la dentro de uma vasta taxonomia – uranismo, tribadismo, pederastia, lesb(ian)ismo[127] –, compreender sua origem e tratá-la (SANTANA e LOURENÇO, 2011). Dentre esses autores, alguns defendiam sua gênese congênita, fruto de degenerescência, outros a consideravam uma síndrome adquirida, e haveria ainda aqueles que ponderassem sobre as duas possibilidades[128], como Adelino Silva[129] e Egas Moniz. Debruçaremo-nos, aqui, sobre as análises da homossexualidade patológica desse último autor a partir da leitura de *A Vida Sexual*.

---

[126] Albert Moll (1862-1939), psiquiatra alemão, publica em 1983 a obra *Les perversions de l'instinct genital*, na qual aborda a homossexualidade como patologia.

[127] Moniz faz detalhado estudo dos termos no começo do capítulo "Homossexualidade mórbida". "Uranismo" designaria a homossexualidade masculina, diferente do termo "pederastia" que seria mais específico e referido apenas ao coito anal (denominado sodomia se praticado por mulheres). "Lesbismo" seria a prática de masturbação bucal e manual entre mulheres, assim como "tribadismo" (do grego "friccionar"), que o autor usa indistintamente para os casos de homossexualidade feminina.

[128] As tensões entre o caráter congênito e adquirido, além da designação de "tipos humanos" pelo higienismo social, não seriam senão uma "sequela das tensões pós-darwinistas sobre o papel do meio e da herança, antes da teoria sintética *[da evolução]* procurar a harmonia teórica entre a seleção natural e a genética" (CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012: 77, tradução nossa).

[129] O médico português Adelino Silva publicou em 1986 A Inversão Sexual no qual defende que, independentemente da teoria que subscrevia o homossexual, esse deveria procurar apoio clínico e reprimir suas tendências (SANTANA e LOURENÇO: 2011). É citado por Moniz no trecho sobre a homossexualidade feminina.

No que dizia respeito à homossexualidade, percebemos Egas Moniz inserido em uma notável gama interdisciplinar de médicos, juristas, psiquiatras e peritos criminais, que apoiados em argumentos legitimados como científicos

> (...) compuseram um vasto discurso sobre diagnóstico, etiologia e capacitação para a 'cura' desta condição. O objetivo era readequar ao padrão hegemônico o que era nomeado como desvio, inversão, vício, degeneração, desequilíbrio endócrino, psicopatia, depravação, corrupção psicológica e perversidade de ordem sexual (RODRIGUES, 2012: 365).

Assim como as outras perversões, Moniz acreditava que as manifestações de inversão sexual[130] datavam "das eras mais remotas" (MONIZ, 1931: 421). Historicamente, no entanto, era nas sociedades decadentes que ela florescia "deixando claro o papel da medicina legal em eliminar a periculosidade da homossexualidade nas sociedades contemporâneas", visto como uma das práticas de debilitamento da raça nacional (CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012: 77, tradução nossa).

Sobre sua origem individual, Moniz acreditava que a homossexualidade se desenvolvia tanto por desvio congênito, como por influência externa – este último caso se daria na ausência de mulheres e na chamada "homossexualidade situacional", um dos motivos pelos quais Moniz era contrário à separação dos sexos, que naquele momento vigorava no modelo educacional (CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012: 80, tradução nossa). A crítica à separação dos sexos nas escolas feita por Moniz é citada pelo médico brasileiro Raul Mendes de Castilho Brandão, que afirmava na tese *Breves considerações sobre a educação sexual* (1910), a partir da leitura da obra *A Vida Sexual*, que os colégios são, por esse motivo, "fontes do homossexualismo e muitos outros prejuízos sociais" (BRANDÃO, 1910: 8). Para Moniz, as tendências homossexuais poderiam se desenvolver desde a infância e, por isso, as crianças estariam sujeitas, por uma educação desviante, ao contágio da inversão sexual, pois, segundo ele, "Não há dúvida que existem invertidos que são uma consequência do meio em que vivem" (MONIZ, 1931: 472). Mesmo no caso daqueles que possuem predisposição hereditária à doença – pois segundo Moniz o que se herda é a predisposição, e não a doença – muitos "não seriam homossexuais se o meio ambiente os não arrastasse para o vício degradante que mais

[130] Segundo a mestre em psicopatologia Luciana Leila Fontes Vieira, foi o médico e psicólogo britânico Havelock Ellis (1859-1939) quem primeiro empregou a expressão "inversão sexual", em 1897, para referir-se à alma ou à sensibilidade feminina dos homens invertidos. De acordo com essa autora, "Enquanto participante da liberalização da sexualidade, o autor tentou se apropriar de um vocabulário e conceitos médicos para defender a causa sexual" (VIEIRA, 2009: 495).

tarde se transforma em necessidade" (MONIZ, 1931: 473). Uma vez no campo da necessidade, esses comportamentos transformar-se-iam em perversões. Por isso, como destacam Cleminson e Artaloytia, assim como Krafft-Ebing, Moniz devota grande valor à educação higiênica na profilaxia da homossexualidade, com medidas como o combate ao onanismo e a eliminação do estado neurastênico provocado por uma má higiene sexual (MONIZ, 1931; CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012).

Nos casos em que essas medidas não surtiam efeito, era necessária intervenção terapêutica. Assim, após o diagnóstico, normalmente acompanhado da confissão dos pacientes, era geralmente indicado o tratamento psíquico. Para Egas, nos casos de sadismo e masoquismo, em alguns casos de prostituição – se as doentes fossem "inteligentes" – e, também, nos de homossexualidade, seriam indicados como métodos terapêuticos a sugestão em vigília, a sugestão hipnótica e a psicanálise (MONIZ, 1931).

A partir de confissão do paciente conseguida pelo médico, este último deveria sempre se orientar pela ambição de "transformar os doentes em homens[131] sadios e prestantes à sociedade" (MONIZ, 1931: 495). Reforça que, apesar da "repugnância" da doença, o médico que entrava para a prática clínica não deveria ter aversões. (MONIZ, 1931: 495). Segundo Moniz

> A inversão sexual é uma doença tão digna de ser tratada como qualquer outra. E é uma doença porque a noção de saúde, seja ela qual for, deve forçosamente envolver a existência de fatores psíquicos e físicos necessários para a conservação do indivíduo e da espécie (MONIZ, 1931: 495).

Sobre o tratamento dos homossexuais Moniz, seguindo o psiquiatra alemão Albert Moll, lança a seguinte questão: "Deve-se tratar terapeuticamente a inversão sexual ou será isso prejudicial ao uranista ou à espécie?" (MONIZ, 1931: 496). Para Richard Cleminson e Francisco Molina Artaloytia, isso demonstraria uma inclinação humanitária desse médico português diante do tema (CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012). Ao exprimir "embaraço" por dar uma resposta a essa questão de ética científica e considerando os casos de descrença do tratamento, Moniz sustenta que é favorável à intervenção clínica, apesar de considerar lícito incutir ao paciente curado o "dever moral de não ter descendência" (MONIZ, 1931: 498).

[131] No trecho sobre o tratamento, Moniz se preocupa essencialmente do tratamento em homossexuais do sexo masculino, que incluía o desvio do objeto de desejo do uranista efeminado para a mulher. A cura da efeminação consistiria na obrigação de liberar o paciente dos hábitos sexuais e das características associadas à efeminação (CLEMINSON e ARTALOYTIA, 2012).

Mas quem seriam esses indivíduos "doentes"? Esse neurologista português procura detalhar comportamentos que possibilitariam a identificação desses sujeitos, que se excitavam genesicamente com pessoas do mesmo sexo (MONIZ, 1931). Em seu estudo, a homossexualidade masculina e a feminina são abordadas separadamente, mas com algumas intersecções importantes de serem aqui ressaltadas.

Em ambos os casos, afirma Moniz, a homossexualidade era um fenômeno mórbido que atingia todos os graus da escala social. Contudo, asseverava-se entre as classes elevadas da sociedade, pois, assim como Moll, esse autor acreditava que as predisposições nervosas eram condições favoráveis ao desenvolvimento da perversão sexual e que essa predisposição existia principalmente nos meios mais cultos. Também Adelino Silva considerava a "pederastia" um vício das classes elevadas, de artistas e intelectuais. Abel Botelho[132], em *Patologia social* (1891), descrevia o perfil do pederasta como "aristocrata ocioso e estéril, casado por força das aparências, obcecado pelo desejo sexual", um esteta, amador das artes e da beleza do corpo masculino (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 283). O lesbianismo[133] era também considerado uma perversão própria do "grande mundo", onde as mulheres adquiriam hábitos masculinos (SANTANA e LOURENÇO, 2011).

A associação da homossexualidade com classes elevadas e cultas pode historicamente, em Portugal, estar associada a um contexto de divulgação de obras literárias no qual alguns autores expressavam a sua própria condição homossexual. Entre essas obras estão A *Confissão de Lúcio* (1913) de Mário de Sá-Carneiro, *Canções* de Antonio Botto e *Sodoma Divinizada* de Raul Leal, esses dois últimos apreendidos pelo Governo Civil de Lisboa em 1923, por reivindicação de estudantes antiliberais, juntamente com a obra *Decadência*, de Judith Teixeira (cujo único pecado, afirmam Santana e Lourenço, era o de ser uma mulher de "reputação duvidosa" e assumir em sua obra um discurso erótico) (SANTANA e LOURENÇO, 2011: 287). Segundo o historiador Régis Revenin (2013), a separação entre esfera pública e privada aplicada às mulheres recaía também sobre os homossexuais. Até o século XIX uma espécie de "mercado" procurava mantê-los na invisibilidade em troca de sua não penalização. No entanto, no século XIX, e de uma maneira geral, em todo o ocidente, essa separação "explode pelos ares" com o aparecimento de um mundo homossexual de territórios

[132] Diplomata português (1854 -1917).

[133] Em Portugal, naquele momento, havia a ideia de que o lesbianismo nas classes baixas estaria relacionado principalmente a desequilíbrios mentais ou, no caso das prostitutas, a uma resposta à brutalidade masculina (SANTANA e LOURENÇO, 2011).

específicos[134] no interior da cidade. A repercussão das obras acima citadas nos indica que, para além da instauração de espaços físicos, outro fator de preocupação diante da homossexualidade era sua circulação em outros espaços, como a literatura. A homossexualidade, dessa forma, tornava-se pública.

Em relação às características dos "invertidos", que se juntavam em *ménage* masculino, Moniz afirmava que os papéis distribuíam-se da mesma forma que em um "casamento real". Logo, a um caberia "o papel obediente e subordinado da mulher", enquanto o outro seria aquele que "dirige, manda e governa com característica de virilidade dum heterossexual" (MONIZ, 1931: 436). Esse quadro de divisão de papéis seria visto nas relações entre mulheres homossexuais, segundo uma noção corrente em todo o século XIX e que adentra o século XX, na qual a homossexualidade "é pensada em termos de gênero e não de orientação sexual, devendo cada um de seus parceiros preencher, com base no modelo heterossexual, seja o papel de 'mulher', seja o papel de 'homem'" (REVENIN, 2013: 467, tradução nossa).

Existiriam, no entanto, no discurso moniziano, algumas características gerais definidoras do comportamento dos homens homossexuais, como a preferência em se falar de assuntos relacionados ao amor e ao ciúme – ao invés de se preocuparem com temas como política, negócio e ciência, como os "homens normais" – além de serem propensos a se emocionarem vivamente com variadas manifestações de arte (MONIZ, 1931: 444). O modo de andar e seus costumes característicos constituiriam o que os psicopatologistas denominavam "efeminação" [135] e, na homossexualidade masculina de tendência congênita, ver-se-ia a preferência por brinquedos femininos, a habilidade com trabalhos manuais e a preocupação com o vestuário (MONIZ, 1931: 440). Dedicar-se-iam a profissões apanágio das mulheres, tornando-se alfaiates, cabeleireiros, floristas, atores, cozinheiros e escritores (MONIZ, 1931).

Ver-se-ia, também, na constituição patológica das mulheres homossexuais, a aversão a atividades consideradas eminentemente femininas, como a dedicação ao piano e à costura. Ao invés disso, a lésbica admiraria "as másculas mulheres da história ou as que, na sua época, se salientaram pela inteligência e atividade", e é mais atraída pelas

[134] Para Moniz "Esses infelizes procuram viver juntos, reunir-sem em pontos determinados. (...) Reúnem-se, tem os seus bailes e os seus chás (...)" (MONIZ, 1931: 444).

[135] A noção de efeminação está presente nos escritos do jurista alemão Karl Ulrichs (1825-1895) (inventor do termo "uranismo") que, em 1864, desenvolveu a ideia de que os homossexuais masculinos eram "seres dotados de uma alma de mulher encerrada num corpo de homem" (REVENIN, 2013: 476, tradução nossa). Ulrichs se engajou no projeto de despenalização dos "atos contra a natureza" em seu país que, segundo Régis Revenin, não obtiveram o mesmo sucesso de sua teoria (REVENIN, 2013).

ciências do que pela arte (MONIZ, 1931: 463). Repugna-lhe, assim como à prostituta impudica, a ideia de maternidade, compreendendo apenas o "amor estéril" (MONIZ, 1931: 463).

Nesse sentido, podemos problematizar a compreensão de que a orientação homossexual dos indivíduos determinaria neles a manifestação de gostos e aptidões historicamente legados ao sexo oposto, em uma associação de desejo com identidade sexual[136]. Para Revenin, "a medicalização das sexualidades desviantes se tornou a solução diante do 'problema' do homossexual, não tanto enquanto práticas entre homens, mas enquanto personalidade inteira" (REVENIN, 2013: 465, tradução nossa). Assim, homens homossexuais adentrariam domínios considerados femininos, como o amor e o ciúme, enquanto as mulheres homossexuais avançariam a fronteira da masculinidade, repudiando a maternidade e enaltecendo a presteza intelectual, na manutenção do binarismo mulher/sentimento x homem/razão. Em relação ao amor, que novamente surge nos escritos de Moniz associado ao feminino, Bourdieu ressalta que esse sentimento, enquanto "amor puro", "essa arte pela arte do amor" é, para ele, uma construção histórica recente e atribuído, sobretudo, às mulheres. A manifestação desse sentimento seria, para elas, "instituída como norma, como ideal prático, digno de ser perseguido por ele mesmo (...)" (BOURDIEU, 1998: 151, tradução nossa). O ciúme como sentimento feminino aparece em textos de grande repercussão naquele momento, como *A mulher criminosa e a prostituta*, onde Lombroso e Ferrero explicitam que "o ciúme e a inveja são particularmente evidentes nas relações de mulheres entre elas, que possuem umas pelas outras essa aversão (...)" (LOMBROSO e FERRERO, 1896: 157, tradução nossa).

Sob a lógica da incomensurabilidade biológica entre mulheres e homens – e que define os dois gêneros –, Moniz distingue como elemento patológico o deslocamento de alguns indivíduos para o campo de comportamento oposto (às mulheres uma conduta "masculina", aos homens uma conduta "feminina"). Seu discurso, ressoante com uma bibliografia mais ampla, nos permite refletir sobre a construção histórica da homossexualidade como inversão de gênero. Segundo o historiador Amilcar Torrão Filho, nessa construção vigora uma lógica na qual "o feminino é sempre a ameaça ao homem" e a "masculinidade é interdita à mulher, pois a mulher no lugar do homem é o

[136] Ao tratar da patologização da homossexualidade nos Estados Unidos nos séculos XX e XXI, Judith Butler critica essa associação afirmando que "seria um grande erro pressupor que a identidade de gênero causa a orientação sexual ou que a sexualidade tem necessariamente como referência uma prévia identidade de gênero" (BUTLER, 2009: 100)

‘mundo às avessas’, a ordem corrompida, a natureza ultrajada”. Por esse raciocínio, os homens homossexuais rebaixariam seu sexo “escolhendo estar abaixo de outros homens”; e as mulheres lésbicas, por sua vez, usurpariam “um poder que não lhes pertence, e ao qual sequer podem usar, já que são desprovidas dos meios da consumação da masculinidade” (TORRÃO FILHO, 2005: 143).

Moniz afirmava, ainda, que havia menos casos de homossexualidade feminina do que masculina. Justificava essa diferença informando que “a vida da mulher, por mais que pretendamos investigá-la, foge à nossa observação, quer pelas conveniências sociais, quer ainda pela falta de sinceridade nas suas confidências sobre tais assuntos” (MONIZ, 1931: 461).

Refletimos sobre as justificativas de Egas Moniz para a menor quantidade de casos relatados de homossexualidade feminina naquele momento a partir da análise da historiadora Rita de Cássia Collaço Rodrigues, que aponta a circunscrição das mulheres em espaços privados como uma das circunstâncias históricas que teriam promovido o menor conhecimento das práticas homossexuais femininas. Outro fator que justificaria a menor informação dessas práticas em relação à homossexualidade masculina seria a prudência das mulheres que, vendo-se alijadas de poder, optariam por “manter determinados costumes e especificidades ao abrigo da curiosidade desqualificadora e punitiva dos homens – senhores de todo poder” (RODRIGUES, 2012: 375).

Podemos, então, refletir sobre “a falta de sinceridade feminina” citada por Moniz como uma espécie de resguardo ou defesa, mais do que uma consequência do “ardil feminino” naturalmente legado às mulheres, como explora Bourdieu (BOURDIEU, 1998). O tabu sobre o prazer sexual feminino e a não compreensão de possibilidade do mesmo na mulher sem a presença do falo seriam igualmente, para Rodrigues, outros pontos que permeariam a falta de documentação sobre essa prática feminina.

Em torno de todo o panorama descrito, que Moniz constrói a partir vários interlocutores, notamos que o modelo dos dois sexos foi também diretor na categorização da homossexualidade a partir de dois pontos. O primeiro deles era a transposição de características consideradas heterossexuais para a relação homossexual. Assim, o amor homossexual era, para Moniz, comparado ao heterossexual, cabendo dentro da relação o papel de dominação de um parceiro e a subordinação do outro que conformariam a relação “normal” entre pessoas de sexos diferentes. No tratado médico moniziano o instinto sexual – e, portanto para ele, o amor – foi pensado em termos de união dos contrários e complementaridade dos sexos e dos gêneros, segundo a ideia de

que a diferença entre masculino e feminino implicava a necessidade de um "homem" e uma "mulher" nas relações sexuais/amorosas (ERIBON, 2008).

O segundo se refere à classificação dos homossexuais perpassada de noções de gênero que, naquele momento, eram atribuídas aos corpos sexuados saudáveis – à mulher com seus caracteres femininos e o homem com todos os componentes que a masculinidade requeria. Essas características foram transferidas para os comportamentos dos homossexuais na masculinização da lésbica e na feminilização do uranista, tão marcantes que permitiriam sua identificação por aqueles que fossem mais atentos. Observamos nesse enquadramento que a homossexualidade é considerada patológica não apenas pela procura de um parceiro do mesmo sexo para as relações sexuais, mas por determinações de gênero que conferem ao homossexual, seguindo a noção de inversão, características atribuídas ao sexo oposto e que servem para o seu diagnóstico.

Acreditamos que a homossexualidade nas teorias médicas mobilizadas por Moniz nasceu do modelo dos dois sexos, que determinava comportamentos de gênero essencialmente distintos para cada um deles. Ao atrelar o desejo sexual pelo mesmo sexo a comportamentos considerados inerentes ao sexo oposto, o discurso moniziano contribuiu para a fixação do que é a masculinidade e a feminilidade através da noção de "inversão sexual". Defendemos que a sistematização da homossexualidade como patologia divulgada por esse médico português contribuiu para reforçar o caráter de normalidade do modelo dos dois sexos, na medida em que ele é o padrão sobre o qual a teoria da inversão é construída. Essa concepção é reforçada pela ideia de que os homossexuais adotariam um modelo heterossexual dentro da relação e, individualmente, características de gênero consideradas normais no sexo oposto.

Considerações finais

Pretendemos na presente dissertação analisar a construção de noções de sexualidade normal e patológica que o neurologista português Egas Moniz organizou nos dois tomos da obra *A Vida Sexual*, um discurso construído a partir da interseção entre diferentes campos do conhecimento, tais como a psiquiatria e a psicanálise. Notamos que a organização de tal discurso teve por base o princípio da diferença sexual, que orientou suas elaborações sobre a fisiologia e patologia e que embasava também as ciências e teorias às quais ele recorreu para a construção de seu mosaico sobre a sexualidade humana. O intenso diálogo que Moniz promoveu com tratados diversos de sexologia, foi, a nosso ver, possibilitado pelo compartilhamento de um raciocínio que vinha sendo construído no campo das ciências médicas desde o século XVIII, no qual haveria dois sexos essencialmente e naturalmente diferentes – o masculino e o feminino. Essas diferenças, segundo alguns discursos científicos – assim como no discurso moniziano – refletiriam na atuação diferenciada de homens e mulheres na sociedade. Percebemos, ainda, que tal princípio de diferença sexual emergiu e foi conformado em um contexto de intensos debates sobre os papéis de gênero que ameaçavam, por exemplo, a estruturação social vigente entre o público – considerado espaço do masculino – e o privado como lugar de atuação feminina.

A diferença sexual construída cientificamente – e em nosso trabalho analisada a partir de *A Vida Sexual* – respondia, então, pelo viés da neutralidade e objetividade científicas, a questões sociais e de cunho político. Nossa reflexão defendeu que as produções e "descobertas" científicas estão profundamente atreladas ao social e que, em relação à sexualidade, elas foram (e ainda têm sido?) um meio de normatizar comportamentos requeridos fora dos muros dos consultórios e hospitais. Nesse sentido, elucidamos que tanto os modelos de sexualidade sadia quanto as doenças sexuais são produtos históricos e, por isso, surgem, modificam-se e desaparecem em função de organizações humanas – culturais, políticas e econômicas. Analisamos, então, a referida obra sob o olhar da história da medicina e das doenças, na intenção de, por meio dela, compreendermos a construção do modelo da diferença sexual e a relevância da mobilização desse modelo pelo médico português Egas Moniz.

Para tal, recorremos, no primeiro capítulo, a uma produção bibliográfica que embasasse teoricamente nosso estudo, inserido em uma perspectiva de análise de ciência e gênero. Nele, mobilizamos a noção de corpo sexuado como conceito

operacional para a leitura da obra, por considerarmos que ela sintetiza o que Moniz atribuiu aos corpos humanos: uma sexualidade intrínseca, que se difere no sexo masculino e no feminino. Elaboramos brevemente a construção do modelo dos dois sexos, sobre o qual, argumentamos, esse autor, fundamentado em várias referências bibliográficas, construiu seu discurso sobre a sexualidade.

No segundo capítulo, examinamos os debates em torno dos papéis de gênero em Portugal (situando-o num contexto mais geral do continente europeu) – e, em alguma medida, no Brasil – notando que no contexto em que Moniz publicou *A Vida Sexual*, papéis femininos e masculinos eram questionados por alguns setores sociais em seu país e no continente europeu, como os movimentos feministas. Esse questionamento gerava entraves sociais e políticos que os discursos médicos, filosóficos e jurídicos visavam regular, recorrendo às diferenciações sexuais como base argumentativa para a demarcação de lugares de atuação para homens e mulheres na sociedade. Mais do que isso, acreditamos que no ocidente discursos não científicos recorreram à ciência da sexualidade para legitimar o que defendiam em torno dos papéis de gênero. Entre os discursos científicos que visavam essa regulação de gênero, está o estudo de Egas Moniz sobre a vida sexual. Nesse estudo, a partir dos dispositivos da sexualidade, das doutrinas neomalthusiana e eugênica e da teoria psicanalítica de Sigmund Freud, percebemos que Moniz encontrou eixos para ordenação dos corpos sexuados, inserindo sua obra nos debates sobre o sexo naquele contexto e legando a ela visibilidade dentro e fora de seu país.

No terceiro capítulo, aprofundamos a análise da obra *A Vida Sexual*, para elucidar de que maneira seu autor colaborou, segundo um discurso médico-científico, para as delimitações de atribuições de gênero para homens e mulheres e demonstramos que tais atribuições foram organizadas por Moniz, primeiramente, através da fisiologia sexual. Os corpos sexuados comportavam, para ele, o instinto sexual, energia primária que coordenava as realizações da vida de todos os indivíduos, mesmo aquelas que pareciam se afastar da sexualidade. Os corpos, vistos através do sexo, seriam, assim, o locus de uma diferença que os ultrapassa, pois notamos, no discurso moniziano, que ser mulher ou ser homem excedia a condição corpórea dos indivíduos e os tornava adequados a posições sociais distintas. Todavia o instinto que coordenaria de maneira diferente os corpos de ambos os sexos, poderia ser corrompido por processos psíquicos, por influência do meio social e pela degenerescência. Segundo a percepção desses desvios, e de que eles requeriam atenção médica, Moniz escreveu o tomo sobre as

patologias sexuais de ordem mental. Os dois tomos de sua obra – Fisiologia e Patologia – nasceram, nesse sentido, não apenas da intenção de esclarecer como os corpos sexuados devem funcionar em seu estado normal, mas de elucidar quais desvios os acometeriam e promoveriam disfunções perigosas para toda a vida em sociedade. Por esse motivo, seu conteúdo, para Moniz, deveria romper os círculos acadêmicos e servir de material didático a todos aquele que buscassem conhecimento sobre a vida sexual.

Na elaboração da obra que alcançou ampla divulgação em Portugal nas primeiras décadas do século XX (SANTANA e LOURENÇO, 2011) pode ser constatado mais um caráter de compilação científica do que de produção (CLEMINSON, 2012). No entanto, essa coletânea de vários tratados de sexologia que circulavam na Europa, sobretudo nos campos da medicina-legal e psiquiatria, demonstra a interação de Moniz com as grandes correntes sobre o tema que inspiravam o discurso médico naquele momento. O historiador Richard Cleminson vê na análise de Boaventura de Sousa Santos sobre a complexidade da relação periférica de Portugal em relação à ciência europeia uma ponte para se compreender os estudos sobre a sexualidade naquele país. Para Sousa Santos, Portugal teria ficado, por um lado, excluído das principais tendências europeias no século XIX. Por outro, esse país teria colocado outros poderes europeus em uma posição colonial secundária, o que lhe atribuiria um caráter "semiperiférico". A compilação sobre a vida sexual de Moniz, que lega grande visibilidade à obra – com destaque para a difusão da teoria freudiana – o teria colocado no hall dos autores "ilustrados" que levaram para Portugal teorias de sexologia em voga nos demais países europeus (CLEMINSON, 2012).

Consideramos, por isso, que a análise histórica de *A Vida Sexual* nos apresentou o que uma ampla rede de autores inseridos nesse trabalho divulgava sobre a sexualidade. Diante do contexto dessa compilação, percebemos que novas configurações de gênero eram delineadas em Portugal e incitavam em Egas Moniz a necessidade de construir um resumo de teorias que as regulassem a partir do viés da sexualidade. Essa análise nos esclareceu, também, que, mais que do agrupar teorias de outros autores, Moniz promoveu nessa obra a sua própria defesa de um modelo de sexualidade normal.

Nesse sentido, encontramos em *A Vida Sexual* a participação de Egas Moniz na construção da diferença dos sexos que mobilizou uma grande bibliografia no ocidente. Na fisiologia ele encontrava o que deveriam seguir os instintos sexuais de homens e mulheres – em outras palavras, o corpo sexuado se apresentava como fundamento da

diferença. Na patologia, mais do que desvios de uma condição normal, foi possível perceber a hipérbole dessa dessemelhança. O masoquismo e o sadismo não seriam, senão, a exacerbação daquilo que a natureza atribuía ao sexo feminino – a passividade e a resignação – e ao masculino – o domínio e a violência. O homossexual, por sua vez, apresentaria de forma patológica características de gênero consideradas normais para o sexo oposto – e que conformariam essa normalidade. A nomeada inversão sexual romperia, dessa forma, com a delimitação que o corpo sexuado ditava como "saudável" e socialmente útil: a adequação do gênero ao sexo e a sexualidade de finalidade reprodutiva.

O dimorfismo sexual foi, assim, essencial para a patologização dos corpos, na mesma medida em que as patologias sexuais reafirmavam a diferenciação sexual. Não podemos encerrar essa análise sem nos atermos, novamente, ao lugar do corpo sexuado feminino na produção das diferenças sexuais, principalmente pelo viés patologizante. Se até o século XVIII os médicos acreditavam que as mulheres possuíam os mesmo órgãos sexuais que os homens (porém, invertidos), no fim desse século a mulher passou a ser vista como o oposto incomensurável do homem a partir de seu sexo e, frisamos, dominada por ele (ELDEMAN, 2000). Dentro dessa lógica, as patologias femininas tinham origem nos órgãos sexuais das mulheres e suas manifestações fisiológicas – já carregadas de teor mórbido. Elas foram, ainda, associadas a comportamentos nervosos quando o cérebro feminino passou a ser visto como uma extensão desses órgãos.

Os limites mais estreitos de procura pelo prazer por parte das mulheres estariam estritamente relacionados à sua constituição "neuropática". Isso pode ser observado quando Moniz lida com categorias como exagero ou perversão no que tange à prática sexual feminina sem o intuito reprodutivo. Se a sexualidade normal estava para ele fundamentalmente ligada à finalidade reprodutora – o que a distingue das perversões – essa finalidade se inscrevia, sobretudo, no corpo sexuado da mulher, já que, nele, o instinto sexual a direcionaria para a maternidade e, no homem, o equiparia com uma sexualidade que se consumava com a satisfação sexual. A sexualidade masculina, muito menos permeada por limitações, parece-nos aqui o reflexo da ampla gama de atividades que o homem poderia desempenhar socialmente.

Observamos, no estudo das patologias, que as doenças são construções históricas e que emergem, dentre outros fatores, em função de questões de gênero. Por isso, nosso estudo se voltou para o que socialmente era atribuído aos dois sexos, pois concebemos, assim como Georges Canguilhem (1978), que é preciso olhar para além do corpo para

compreendermos os julgamentos sobre o que é normal e patológico. É, mais do que o corpo, o meio social que instaura a norma e o que foge dela. Notamos isso na defesa do modelo familiar, heterossexual e de finalidade procriadora considerado, também dentro da medicina, como um parâmetro de normalidade que defendia a regulação de corpos saudáveis para homens e mulheres. Esse modelo requeria, contudo, maior controle da sexualidade feminina em prol da tarefa materna e da administração do meio doméstico, em um momento no qual algumas mulheres reivindicavam participação política, autonomia no lar e emancipação sexual (como através de correntes anarquistas em Portugal).

Recorremos novamente a Canguilhem para compreender os limites entre o normal e patológico que, acreditamos, podem ser utilizados como chave de leitura para a análise das patologias sexuais. Para esse autor, o estado patológico ou anormal não seria consequência da ausência de qualquer norma, mas da incapacidade, por parte do doente, de ser normativo (CHANGUILHEM, 1978). Nesse sentido, ao pautar a sexualidade feminina pela função maternal e a masculina pela realização do prazer sexual em si, Moniz constrói um discurso que institui normas sexuais e morais diferentes para os dois sexos. Notamos que a incapacidade normativa era por ele encontrada em mulheres que procuravam relações sexuais fora do período fértil (mulheres na menopausa), não intencionando a gravidez ou fora de relacionamentos socialmente almejáveis (como no caso das prostitutas e de onanismo feminino), ou dentro desses relacionamentos, no casamento, mas com indiferença e frieza nas relações sexuais (não visando à satisfação sexual do parceiro ou colocando em risco sua função reprodutiva). Esse discurso patologizou a busca de prazer sexual das mulheres, considerada em si um exagero, enquanto tal procura por parte dos homens era preocupante principalmente na medida em que se dava com o excesso de comportamento sádico – e onde era difícil delimitar uma violência normal e patológica – ou na homossexualidade.

Assim, em defesa de uma sociedade saudável, Moniz se empenhou em categorizar o estado normal do instinto sexual de uma maneira didática, e definiu em sua obra não apenas o modelo de normalidade, mas as "taras" sexuais que reafirmariam esse modelo. Sobre tais desvios, o olhar médico deveria se voltar, não somente para a instrução dos indivíduos, mas para o tratamento daqueles que manifestavam as perversões. Moniz, para nós, fez parte de um projeto médico que desde o século XVIII se ocupou da sexualidade – assim como a psiquiatria e a justiça penal – e que cedia

subsídios ao controle social que se desenvolvia em torno dela. Nesse projeto moderno, segundo Foucault, a ciência médica filtrava a sexualidade de casais, pais e filhos e prevenia perigos para os quais solicitava diagnósticos e organizava terapêuticas (FOUCAULT, 1985).

Em sua empreitada médica, Moniz viu no sexo um objeto de regulação individual e coletiva. A repercussão em torno de sua obra se deu pelo tratamento do tema de maneira explícita, pela atribuição da libido sexual a homens, mulheres e crianças, por sua aberta defesa da eugenia, pela difusão de práticas neomalthusianas e pelo uso de uma linguagem acessível ao público leigo. Em uma sociedade profundamente marcada pela sensibilidade religiosa, apesar dos avanços de pressupostos racionalistas e, na qual, obras com esse teor não eram, até então, produzidas com finalidade divulgadora, podemos destacar a inovação de Egas Moniz no campo da sexologia portuguesa. Não intencionamos aqui, tratar da recepção da obra, mas podemos ressaltar que, em 1900, cerca de 25% da população em Portugal era alfabetizada e esse percentual chegou a 55% até meados do século XX (CANDEIAS, SIMÕES, 1999). Esses números, somados à quantidade de edições e exemplares publicados da obra, podem nos servir de indício de que *A Vida Sexual* possuía o potencial de circulação entre um público não acadêmico ansiado por seu autor. Mas, apesar da promoção de um discurso sobre o sexo "avançado" e polêmico para o contexto português, que culminou na censura da obra em 1933, observamos que as prescrições médicas divulgadas por Moniz são perpassadas por preceitos conservadores, principalmente, no que diz respeito à sexualidade feminina, que deveria ser realizada dentro do casamento, motivada pelo sentimento amoroso e pelo instinto maternal. Se por um lado Moniz contribuía com o processo de secularização que acontecia em Portugal desde o século XIX – e que se radicalizou com um cientificismo que punha em causa a crença religiosa –, por outro, difundia um pensamento próximo, por exemplo, ao defendido pelo catolicismo no mesmo período. Moniz sustentou, com argumentos científicos, a ideia de realização sexual da mulher regulada pela maternidade, em um momento no qual a Igreja Católica defendia que a mulher abnegada no lar era a base da felicidade do marido e dos filhos, argumento que amparou o fenômeno de feminização dessa religião ocorrido em Portugal no século XIX (MOURA, 2011).

Na medida em que o discurso presente em *A Vida Sexual* reafirma, sob o estatuto da ciência, o modelo da diferença sexual, acreditamos que sua análise dentro da perspectiva de história da ciência e gênero contribui para a percepção de discursos

médicos-científicos como geradores de subsídios de ordenação das relações de gênero em sociedade. Consideramos, sobretudo, que esses discursos legitimam comportamentos e papéis sociais para homens e a mulheres – como a violência masculina e a submissão feminina do ponto de vista físico e intelectual. Desse modo, concordamos com Amílcar Torrão Filho, que defende que as ciências humanas podem dar às ciências exatas e da natureza uma compreensão histórica e uma dimensão ética, evitando que suas "descobertas" sejam arregimentadas na forma de compreensões errôneas da natureza humana e de ideologias de controle (TORRÃO FILHO, 2005).

Podemos pensar, ainda em relação à(s) ciência(s), em que medida observamos rompimentos e continuidades de discursos que procuram nos corpos e na sexualidade de homens e mulheres elementos que determinariam sua atuação na sociedade e a adequação a princípios femininos e masculinos. Acreditamos, assim, na importância do exame histórico do trabalho de desistorização que, segundo Pierre Bourdieu, produz e reproduz a "diferenciação na qual os homens e as mulheres não param de ser submetidos e que os leva a se distinguir se masculinizando ou se feminilizando". Assim, esse exame, segundo Bourdieu, deveria se voltar para a descrição e análise de princípios de divisão que constroem e reconstroem os gêneros e as diferentes categorias de práticas sexuais, notavelmente as heterossexuais e as homossexuais. O estudo histórico dessas divisões permite, ainda, problematizar as separações de gênero segundo um padrão heterossexual, a partir da percepção de que esse padrão não é inato aos indivíduos, mas construído socialmente como modelo "universal" da prática sexual considerada "normal" (BOURDIEU, 1998: 116, tradução nossa).

A produção e reprodução dessas diferenças no corpo sexuado atribuem, assim, padrões normativos segundo o modelo de incomensurabilidade e complementaridade dos dois sexos – ele mesmo construído em resposta às mudanças nas relações de gênero. Como nos atenta Susan Paulson, o corpo biofísco influencia a experiência de cada indivíduo, assim como o papel sociocultural de cada pessoa influi em seu corpo (PAULSON, 2002). Nessa dupla influência, a interiorização de discursos sobre a diferença biológica – que ganha novas roupagens no século XX, como nas pesquisas sobre os cromossomos e os hormônios – não afeta os corpos apenas no sentido de adequação a um modelo heteronormativo. Esses discursos podem, ainda, ser absorvidos pelos indivíduos na forma de padrões patológicos, como no caso da homossexualidade compreendida como doença e na crença na desestabilização emocional feminina em função do ciclo menstrual. Em última instância, essas patologias são ainda objeto de

intervenções cirúrgicas e medicamentosas que visam à conformação de pacientes a quadros clínicos desejáveis segundo o seu sexo – ou ao que socialmente ele demanda. Podemos, previamente, citar o uso da leucotomia, técnica desenvolvida por Moniz. Essa técnica foi utilizada no Brasil em pacientes do sexo feminino com sintomas histéricos e com a chamada síndrome anormal ou perversa, que as levava a comportamentos sexuais considerados exagerados (como a masturbação e o desejo de ter relações sexuais com mais de um parceiro). Por isso, acreditamos que analisar a construção dessa diferença a partir dos discursos médico-científicos, e diante do contexto sociopolítico no qual emergem, é problematizar a circunscrição do gênero aos corpos sexuados, o que se deu a partir de contribuições de diversas esferas na cultura ocidental, sendo a(s) ciência(s) uma delas. É buscar a desistorização de uma organização sexual da sociedade que adquiriu um caráter "natural" e a-histórico. O estudo histórico da obra *A Vida Sexual* aqui elaborado procurou, em alguma medida, contribuir com essa desistorização.

Fontes

MONIZ, Egas. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Coimbra: França Amado, 1901-1902. Disponível em <http://bdigital.sib.uc.pt/hc/UCSIB-5-56-7-59_60/UCSIB-5-56-7-59/globalitems.html>. Acessado em 16 de Ago. 2014.

_____. *A Vida Sexual – Patologia*. Lisboa: Ferreira & Oliveira Ltda. Editores, 1906.

_____. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1916.

_____. *A Vida Sexual – Fisiologia e Patologia*. Lisboa: Casa Ventura Abrantes, 1931.

Bibliografia

Egas Moniz – Primeiro Centenário (1874 – 1974). Museu Nacional da Ciência e Técnica Coimbra. Coimbra: Coimbra, 1974.

Dossiê Judith Butler. *Revista Cult*, n. 185, pp. 20-47, novembro 2013.

ANDERSON, Nancy Fox. Woman against women in Victorian England: A Life of Eliza Lynn Linton. *Nineteenth-Century Literature*, vol. 43, n. 3, dez. 1988, pp. 407-411. Disponível em http://www.jstor.org/discover/3044905?sid=21105520892563&uid=2134&uid=70&uid=4&uid=2. Acessado em 2 Out. 2014.

ANTUNES, João Lobo. *Egas Moniz – Uma Biografia*. Lisboa: Gradiva, 2011.

ÁRAN, Márcia. A psicanálise e o dispositivo diferença sexual. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis , v. 17, n. 3, Dez. 2009 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300002&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Jan. 2015.

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* Rio de Janeiro: *Forense Universitária*, 1999.

ARNOULD, Jean Dr. L'examen medical prénuptial. In: Association du marriage chrétien. *L'église et l'eugénisme: la famille à la croisée des chemins*. Paris: Éditions Mariage et Famille, 1930.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado – O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BENTO, Berenice. Corpo-projeto. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 17(1): 265-283, janeiro-abril/2009.

BOURDIEU, Pierre. *La Domination masculine*. Paris: Éditions du Seuil, 1998.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. Desdiagnosticando o gênero. *Physis*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312009000100006&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25 Ago. 2014.

CABELEIRA, Mayara. *Neomalthusiano*: o controle da população revisitado. *Ecopolítica*, n. 6, Mai-Ago, *2013*.

CALEIRO, Regina Célia Lima. O positivismo e o papel das mulheres na ordem republicana. *Unimontes Científica*, Montes Claros, v.4, n.2, jul./dez. 2002. Disponível em http://www.ruc.unimontes.br/index.php/unicientifica/article/view/47/45. Acessado em 28 de Nov. 2014.

CANDEIAS, António; SIMÕES, Eduarda. Alfabetização e escola em Portugal no século XX: Censos Nacionais e estudos de caso. *Análise Psicológica*, 1 (XVII): 163-194, 1999.

CANGUILHEM, Georges. *O Normal e o Patológico*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.

CARRARA, Sérgio. *Tributo a vênus*: a luta contra a sífilis no Brasil, da passagem do século aos anos 40. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996.

CAUFEYNON, Dr. *La menstruation et l'âge critique : la femme nubile, causesdes règles, durée du deuxième âge, hygiène de la menstruation et de la ménaupose.* Paris: Offenstadt et Cie,1902. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k64788522/f7.tableDesMatieres. Acessado em 3 de Dez. 2014.

_____. *Histoire de l'Homme au point de vue sexuel*. Paris: Librairie des Publications Populaires, 1904.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). In: *Revista Pagu Fazendo Gênero,* n. 4, 1995.

CLEMINSON, Richard; ARTALOYTIA, Francisco Molina. Entre los "vicios genésicos" y la normalización de la homosexualidad: *A Vida Sexual* de Egas Moniz. *Ayer, Revista de Historia Contemporánea*, 87(3), pp. 67-88, 2012.

CLEMINSON, Richard; SOUTO, Luís. Traces of Eugenic Thought in the Work of Egas Moniz. *Portuguese Studies*, 28(1), pp. 63-76, 2012.

CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (Org.). Ludwik *Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2012.

CORBAIN, Alain. O encontro dos corpos. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo – Vol. II*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. A necessária manifestação da energia sexual. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo – Vol. II*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

_____. A virilidade reconsiderada sob o prisma do naturalismo. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História da virilidade – Vol. II*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CORDÁS,Táki Athanássios; WEINBERG, Cybelle. Clorose: a efêmera doença das virgens. *Rev. Psiq. Clín*. 29 (4):204-206, 2002.

CORREIA, Manuel. Egas Moniz: o político na sombra do cientista. In: *Vértice*, n.º 123/Julho-Agosto. Lisboa: Editorial Caminho, 2005.

_____. Egas Moniz e a leucotomia pré-frontal: ao largo da polêmica. *Análise Social*, vol. XLI (181). Lisboa: ICS, 2006.

_____. *Egas Moniz: Representação, Saber e Poder* (Tese de doutoramento). Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/15509.

CYFER, Ingrid. Liberalismo e feminismo: igualdade de gênero em Carole Pateman e Martha Nussbaum. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , v. 18, n. 36, Jun. 2010 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782010000200009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Jan. 2015.

DANNER, Fernando. O sentido da Biopolítica em Michel Foucault. In: Revista *Estudos Filosóficos*, n. 4, 2010.

DUARTE, Luiz Cláudio. Representações da virgindade. *Cadernos Pagu*, Campinas, (14), pp. 149-179, 2000.

ELDEMAN, Nicole. Répresentation de la maladie et construction de la différence des sexes. Des maladies des femmes aux maladies nerveuses, l'hystérie comme exemple. *Romantisme*, n. 110 (2000-4).

EHRENREICH, Barbara; ENGLISH, Deirdre. *Para o seu próprio bem*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 2003.

ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

_____. Psiquiatria e Feminilidade. In: PRIORI, Mary Del (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2007.

ERIBON, Didier. *Reflexões sobre a questão gay*. Rio de Janeiro. Companhia de Freud: 2008.

ESTEVES, João. Os primórdios do feminismo em Portugal: a 1ª década do século XX. *Penélope*, n. 25, pp. 87-112, 2011. Disponível em http://www.penelope.ics.ul.pt/indices/penelope_25/25_07_JEsteves.pdf. Acesso 6 ago. 2014.

FAURE, Olivier. O Olhar dos Médicos. In: CORBAIN, Alain (Org.). *História do Corpo – 2. Da Revolução à Grande Guerra*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FEITOSA, Lourdes; RAGO, Margareth. Somos tão antigos quanto modernos? Sexualidade e gênese na antiguidade e modernidade. In: *Subjetividades antigas e modernas*. RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo A.. (Org.). São Paulo: Companhia das Letras: 1986.

FERRÃO, Francisco Antônio Fernandes da Silva. *Teoria do Código Penal aplicada ao Código Penal Português*. Imprensa Nacional: Lisboa: 1857. Disponível em

http://google.bg/books?id=ZacWAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=bg#v=onepage&q&f=false. Acessado em 21 de Out. 2012

FERREIRA, Virgínia. *As mulheres em Portugal: situações e paradoxos.* Centro de Estudos Sociais - Laboratório Associado de Universidade de Coimbra, Junho de 1998. Disponível em <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/119.pdf>. Acessado em 12 Jun. 2013.

FLECK, Ludwik. *Gênese e Desenvolvimento de um Fato Científico*. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FONTES, Lore. Clínica da saúde e biopolítica. In: *Cartografias de Foucault*. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUSA FILHO, Alípio (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____ . *Histoire de la sexualité III: le souci de soi*. Paris: *Gallimard*, 1994.

_____. *O nascimento da clínica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1998.

_____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2013.

FRAISSE, Geneviève; PERROT, Michelle. Introdução (Modernidades). In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

FREIRE, João, LOUSADA, Maria Alexandre. In: *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 4.°-5.°, 1367-1397, 1982-3.

FREUD, Sigmund. *Obras Completas de Sigmund Freud.* Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. La vie sexuelle. Paris: Presses Universitaires de France, 2011.

_____. *O mal-estar na cultura*. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FURLANI, Jimena. Representações da mulher e do feminino na mídia impressa brasileira: desconstruindo significados na educação sexual. In: *Sexualidade* / Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. – Curitiba: SEED – Pr., 2009.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

GARNEL, Maria Rita Lino. Vítimas *e violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: O cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GRAMARY, Adrian. A crônica de um erro médico, *Saúde Mental*, Volume XI n. 3 Maio/Junho 2009. Disponível em <http://www.saude-mental.net/pdf/vol11_rev3_leituras.pdf>. Acessado em 01 Jul. 2013.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade* – Sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas. São Paulo: UNESP, 1993.

GONÇALVES, Andréia Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (Org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995),* ANPOCS⁄CAPES. São Paulo: Sumaré, 1999.

ICARD, Séverin. *La femme pendant la période mentruelle: Étude de psychologie morbide et de médicine légale*. Paris: Ancienne librairie Germer Baillère et cie, 1890. Disponível em

http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6373221n.r=La+femme+pendant+la+p%C3%A9riode+mentruelle.langFR. Acessado em 02 Jan. 2015.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário Enciclopédico de Psicanálise – O legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

KELLER, Evelyn Fox. *Reflexions on gender and science*. New Haven and London: Yale Universtity Press: 1985.

KLEIN, José Otávio. A gênese do conceito de dispositivo e sua utilização nos estudos midiáticos. *Estudos em Comunicação* n. 1, 215-231, 2007.

KLAUSEN, Susanne; BASHFORD, Alison. Fertility control: eugenics, neo-malthusianism and feminism. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (Org.). *The Oxford handbook of the history of eugenics.* Oxford University Press, 2010.

KRAFFT-EBING. *Psicopatía Sexual*. Buenos Aires: Librería "El Ateneo" Editorial: 1955.

LANDINI, Tatiana Savoia. *A menina perdida e a criança traumatizada - o papel dos saberes médico e jurídico na construção histórica da violência sexual*. In: 28o Encontro Anual da ANPOCS, 2004, Caxambu. Anais do 28o Encontro Anual da ANPOCS, 2004.

LAQUEUR, Thomaz. *Inventando o Sexo – Corpo e gênero dos gregos a Freud.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LEVINE, Philippa; BASHFORD, Alison. Introduction: eugenics and the modern world. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (Org.). *The Oxford handbook of the history of eugenics.* Oxford University Press, 2010.

LOMBROSO, Cesare; FERRERO Guglielmo. *La femme criminelle et la pros*tituée, Paris: Ancienne librairie Germer Baillère et cie, 1896. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k83334g.r=La+femme+criminelle+et+la+prostitu%C3%A9e++par+C+Lombroso.langPT. Acessado em 02 Jan. 2015.

LOPES, Maria Margaret. Sobre convenções em torno de argumentos de autoridade. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 27, Dezembro 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010483332006000200004&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 26 Ago. 2014.

LÖWY, Ilana. Universalidade da ciência e conhecimentos situados. In: *Cadernos Pagu*, Campinas, n.15, 2000.

_____. Fleck, squelettes et historiographie. In: FEHR, Johannes; JAS, Nathalie; LÖWY, Ilana. Penser *avec Fleck – Investigating a Life Studying Life Sciences*. Zurich: Collegium Helveticum, 2009.

_____. Fleck em seu tempo, Fleck em nosso tempo: Gênese e desenvolvimento de um pensamento. In: CONDÉ, Mauro Lúcio Leitão (Org.). *Ludwik Fleck: estilos de pensamento na ciência*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

MACIEL, Maria Eunice. A eugenia no Brasil. *Anos 90*, Porto Alegre, n. 11, jul. 1990.

MARGARIDO, Manuel. *Egas Moniz – Grandes Protagonistas da História de Portugal*. Lisboa: Planeta DeAgostini, 2005.

MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de mulheres no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005.

MARTINHO, José. Sobre a recepção de Freud em Portugal. *Metacrítica-Revista de Filosofia da Unidade de Investigação em Ciência, Tecnologia e Sociedade Universidade Lusófona*, n. 3, 2012. Disponível em <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/metacritica/article/viewFile/2732/2086>. Acessado em 23 Jul. 2013.

MARTINS, Ana Paula Vosne. *Visões do Feminino: a medicina da mulher nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

MASIERO, André Luis. A lobotomia e a leucotomia nos manicômios brasileiros. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, agosto 2003. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010459702003000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 03 Ago. 2014.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico: São Paulo 1890-1930. *Encontro Franco-Brasileiro*: o corpo das mulheres. Belo Horizonte: UFMG/Fac. Medicina, 2000.

MATOS, Patrícia Ferraz de. Aperfeiçoar a "raça", salvar a nação: eugenia, teorias nacionalistas e situação colonial em Portugal. In: *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, V. 50, 2010.

MAURISSEN, Sophie; PEREIRA, Mário Eduardo Costa. O conflito sexual infantil abordado de um ponto de vista psicanalítico por Egas Moniz, o pai da psicocirurgia. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, v. 15, n. 3, Setembro 2012. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415471420120003000 8&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 20 Jul. 2014.

MENDES, Teixeira. *A preeminência social e moral da Mulher segundo os ensinos da verdadeira ciência positivista.* Rio de Janeiro: Empreza Brasil, 1920.

MICHELET, Jules. *A mulher*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

MONIZ, Egas. *Confidências de um investigador científico*. Lisboa: Ática, 1949.

_____. O conflito sexual. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 15, n. 3, Set. 2012 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142012000300009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Jan. 2015.

MOREL, Benedict-Augustin. Tratado das degenerescências na espécie humana. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 11, n. 3, Set. 2008 . Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142008000300013&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Jan. 2015.

MOSSE, George, L. Masculinidade e decadência. In: *Conhecimento sexual, ciência sexual: a historiadas atitudes em relação à sexualidade*. PORTER, Roy; TEICH, Mikulás (Org.). São Paulo: Editora Unesp, 1998.

MOULIN, Anne Marie. Os frutos da ciência. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *As Doenças tem história*. Lisboa: Terramar, 1985.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *Sobre gênero, sexualidade e "O Segredo de Brokeback Mountain": uma história de aprisionamentos*. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tania Navarro (Org.). A *Construção dos Corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008.

NARVAZ, Martha G.. Masoquismo feminino e violência doméstica: reflexões para a clínica e para o ensino de Psicologia. *Psicologia: Ensino & Formação,* Brasília, v. 1, n. 2, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S21772061201000020005&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 25 Ago. 2014.

PARISOTTO, Luciana et al . Diferenças de gênero no desenvolvimento sexual: integração dos paradigmas biológico, psicanalítico e evolucionista. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul*, Porto Alegre , v. 25, supl. 1, Abr. 2003 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-81082003000400009&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 02 Jan. 2015.

PEREIRA, Mário Eduardo Costa. Morel e a questão da degenerescência. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo , v. 11, n. 3, Setembro 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142008000300012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 25 Ago. 2014.

_____. Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo. *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.,* São Paulo , v. 12, n. 2,

Junho 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141547142009000200011&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 13 Ago. 2014.

PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAULSON, Susan. Sexo e gênero através das culturas. In: ADELMAN, Miriam; SILVESTRIN, Celsi Brönstrup (Org.). *Coletânea gênero plural*. Curitiba: UFPR, 2002.

PERROT, Michelle. Sair. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Org.). *História das Mulheres no Ocidente*. Porto: Edições Afrontamento, 1998.

PESTRE, Dominique. *Introduction aux Sience Studies*. La Découverte, Coll. Repères, 2006.

PETER, Jean-Pierre. Les médecins et les femmes. In: ARON, Jean-Paul (Org.). Miserable et glorieuse – La femme du XIXe siècle. Paris: Éditions Complexe, 1984.

PINA, Madalena Esperança; CORREIA, Manuel. Egas Moniz (1874-1955): cultura e ciência. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro , v. 19, n. 2, Junho 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04 Abr. 2014.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor. Egas Moniz (1874-1955): Traços Biográficos. In: *Estudos do Século XX* n.5, Ciência Saúde e Poder. Coimbra: Ariadne, 2005.

PRIOR, Tamara. Contra a decadência: o mito da verdade eugênica. In: MOTA, André; MARINHO, Maria Gabriela S. M. C. (Org.). *Eugenia e História: Ciência, educação e regionalidades*. São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade Federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2013.

QUEIROZ, Alírio. *A Recepção de Freud em Portugal (1900-1956)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.

RACIBORSKI, Adam. *Traité de la menstruation, ses rapports avec l'ovulation, la fécondation, l'hygiène de la puberté et de l'âge critique*. Paris: J.-B. Baillière et fils,1868. Disponível em http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5672977n/f8.tableDesMatieres Acessado em 02 Jan. 2015.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. São Paulo: Paz e Terra: 2008.

REVENIN, Régis. Homossexualismo e virilidade. In: CORBAIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (Org.). *História do corpo – Vol. II*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RODRIGUES, Rita de Cássia Collaço. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. *História*, Franca, v. 31, n. 1, Junho 2012. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742012000100018&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 04 Abr. 2014.

ROHDEN, Fabíola. *Uma Ciência da Diferença: sexo e gênero na medicina da mulher*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2001.

ROUDINESCO, Elisabeth. *História da Psicanálise na França. A Batalha dos Cem Anos – Volume 1: 1885-1939*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 1989.

_____. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor: 2003.

SÁ, Eduardo; ANDREA, Mafalda; SILVA, Raquel Vieira da; SEIXAS, Rita. A Vida Sexual segundo Egas Moniz: Padrões e papéis sexuais na sociedade portuguesa no início do século XX. In: *Estudos do Século XX* n.5, Ciência Saúde e Poder. Coimbra: Ariadne, 2005.

SANTANA, Maria Helena; LOURENÇO, António Apolinário. No leito. Comportamentos sexuais e erotismo. In: MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene (Org.). *História da Vida Privada em Portugal: A época contemporêna*. Portugal: Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2011.

SCHLACHTER, Lina; BEIVIDAS, Waldir. Recalque, rejeição, denegação: modulações subjetivas do querer, do crer e do saber. *Ágora (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, Dec. 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982010000200005&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 28 Dez. 2014.

SCHOLZ, Sally, J. *Feminism*. Oxford: Oneworld Publications, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica**.** *Educação e Realidade.* Porto Alegre, 16(2): 5-22, Dezembro 1990. Disponível em <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/6393/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf>. Acessado em 14 Ago. 2014.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP: 1992.

SHIEBINGER, Londa. O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC, 2001.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

STEFANO, Waldir; NEVES, Márcia de. Mestiçagem e eugenia: um estudo comparativo entre as concepções de Raimundo Nina Rodrigues e Octavio Domingues. *Filosofia e História da Biologia*, v. 2, p. 445-456, 2007.

STERN, Alexandra Minna. Gender and sexuality: a global tour and compass. In: BASHFORD, Alison; LEVINE, Philippa (Org.). *The Oxford handbook of the history of eugenics.* Oxford University Press, 2010.

SWAIN, Tania Navarro. A invenção do corpo feminino ou "A hora e a vez do nomadismo identitário?". In: *Textos de História*, vol. 8, n. 1⁄2, 2000.

THURLER, Ana Liési. A construção dos corpos sexuados e a resistência das mulheres: o caso emblemático de Juana Inés de La Cruz. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira; SWAIN, Tania Navarro (Org.). A *Construção dos Corpos: perspectivas feministas*. Florianópolis: Mulheres, 2008.

TORRÃO FILHO, Amílcar. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. *Cad. Pagu*, Campinas, n. 24, Junho 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000100007&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 22 Abr. 2014.

TURDA, Marius. *Modernism and Eugenics*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010.

VAQUINHAS, Irene. A família, essa "pátria em miniatura". In: MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene (Org.). *História da Vida Privada em Portugal: A época contemporêna*. Portugal: Círculo de Leitores⁄Temas e Debates, pp. 118-151, 2011.

VAQUINHAS, Irene. Paixões funestas e prazeres proibidos. In: MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene (Org.). *História da Vida Privada em Portugal: A época contemporêna*. Portugal: Círculo de Leitores⁄Temas e Debates, pp. 322-350, 2011.

VAQUINHAS, Irene; GUIMARÃES Maria Alice Pinto. Economia doméstica e governo do lar. Os saberes domésticos e as funções da dona de casa. In: MATTOSO, José; VAQUINHAS, Irene (Org.). *História da Vida Privada em Portugal: A época contemporêna*. Portugal: Círculo de Leitores⁄Temas e Debates, 2011.

VIEIRA, Elisabeth Meloni. *A Medicalização do Corpo Feminino.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

VIEIRA, Luciana Leila Fontes. As múltiplas faces da homossexualidade na obra freudiana. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza , v. 9, n. 2, Jun. 2009 . Disponível em

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482009000200006&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 02 Jan. 2015.

Anexo I

Figura 2: "Desenvolvimento dos órgãos sexuais no homem", em *A Vida Sexual* (MONIZ, 1931: 30).

Figura 3: "Desenvolvimentos dos órgãos sexuais na mulher", em *A Vida Sexual* (MONIZ, 1931: 31).

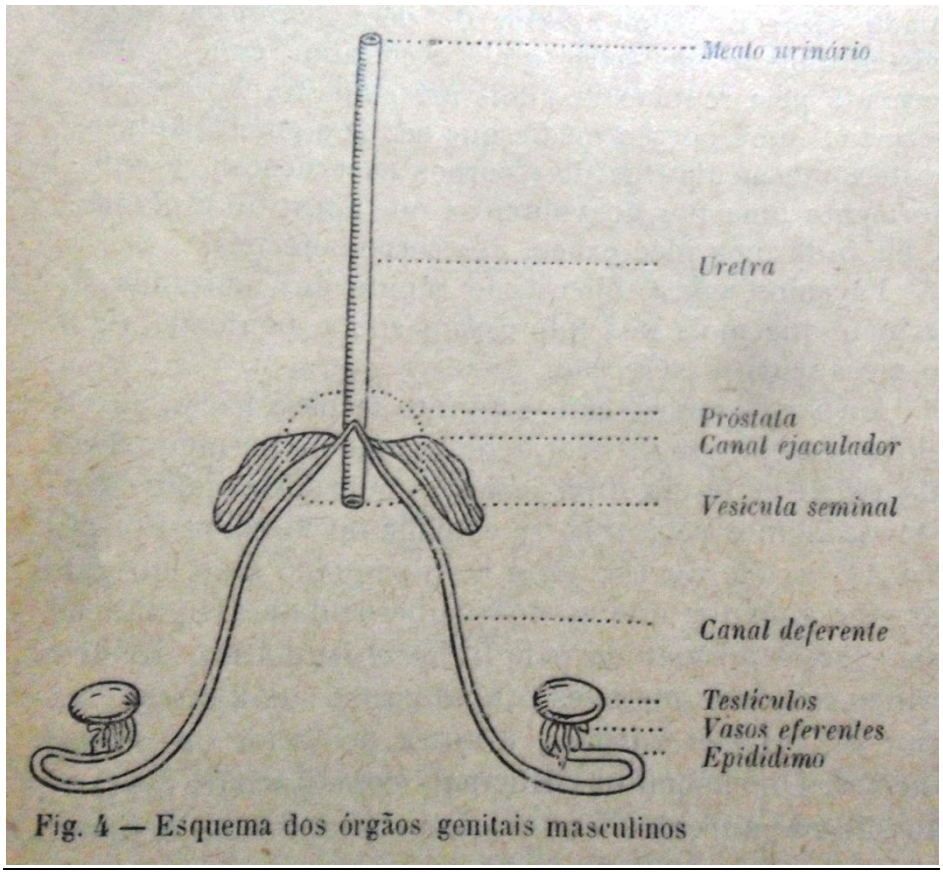

Figura 4: "Esquema dos órgãos genitais masculinos", em *A Vida Sexual* (MONIZ, 1931: 37)

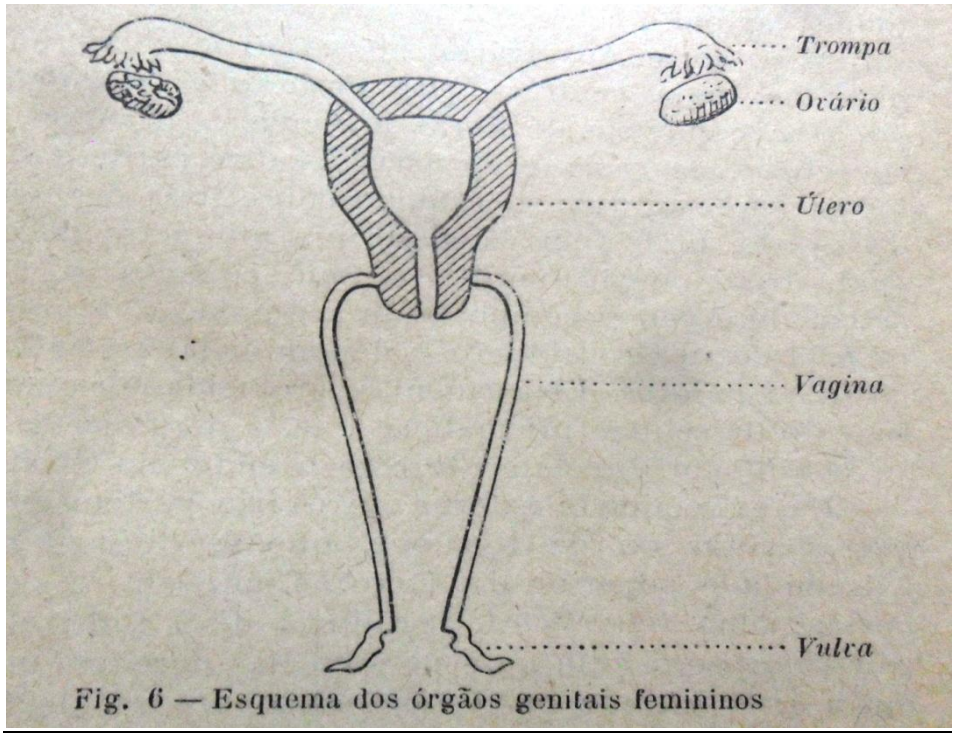

Figura 5: "Esquema dos órgãos genitais femininos, em *A Vida Sexual* (MONIZ, 1931: 45)